



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**KAREN BERNARDO VIANA**

**ABORDAGEM SEMIÓTICA DOS ELEMENTOS TOTALITARISTAS EM *O***  
***CASTELO*, DE FRANZ KAFKA**

**FORTALEZA**

**2021**

KAREN BERNARDO VIANA

ABORDAGEM SEMIÓTICA DOS ELEMENTOS TOTALITARISTAS EM *O*  
*CASTELO*, DE FRANZ KAFKA

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Práticas discursivas e Estratégias de Textualização.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Carolina Lindenberg Lemos

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- B444a Bernardo Viana, Karen.  
Abordagem semiótica dos elementos totalitaristas em O Castelo, de Franz Kafka / Karen Bernardo Viana. – 2021.  
124 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Prof. Dr. Carolina Lindenberg Lemos.
1. semiótica política. 2. totalitarismo. 3. Franz Kafka. I. Título.

CDD 410

---

KAREN BERNARDO VIANA

ABORDAGEM SEMIÓTICA DOS ELEMENTOS TOTALITARISTAS EM *O CASTELO*, DE FRANZ KAFKA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Práticas discursivas e Estratégias de Textualização.

Aprovada em: 01/10/2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Carolina Lindenberg Lemos (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Mariana Luz Pessoa de Barros

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

---

Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva

Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq, pois seu financiamento foi essencial para que eu pudesse concluir esta pesquisa.

Devo gratidão a minha orientadora, Carolina Lindenberg Lemos, pela orientação e paciência. Assim como aos professores Américo Saraiva e Ricardo Leite pela ajuda em semiótica e pelas conversas “semióticas”.

Agradeço também aos meus pais e a Deus, pois foi a certeza de que teria apoio financeiro, moral e espiritual que me fez terminar esta pesquisa. Gratidão eterna!

Agradecimento especial a minha irmã, Ana Viana. Meu porto seguro na vida, cuja porta do quarto aberta era a “luz no fim do túnel”, quando não sabia se conseguiria, visto que muitos foram os acontecimentos que abalaram meu campo de presença. Obrigada é pouco a você.

Ao meu plano da expressão, Rafael Martins, pelas ligações, confidências e amizade incondicional, tanto na jornada acadêmica, quanto em todas as outras áreas da minha vida. Não poderia chegar até aqui sem você, porquanto não há conteúdo sem expressão.

Ao João Vieira, muito obrigada! Você foi o passo fundamental para que eu iniciasse essa jornada.

Alef James e Ícaro Vieira, vocês têm minha gratidão. As conversas que tivemos foram a diversão necessária em meio ao estresse.

Ao Djavam Damasceno pela incrível paciência e ajuda em semiótica.

Aos colegas do Semioce, com destaque a Marilde, a qual me marcou nessa jornada e cuja tese me guiou na organização desse trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho de dissertação explora o regime totalitarista, mais especificamente elementos totalitaristas, com a finalidade de vermos como e quais elementos se manifestam no romance *O Castelo* (2008), de Franz Kafka. Para realizar este estudo, lançamos mão da teoria semiótica discursiva, Barros (2001, 2005, 2008 e 2011), Bueno (2006), Fiorin (2013 e 2016), Fontanille (2016), Greimas (2014) e Greimas e Courtés (2018), principalmente. A fim de estudarmos o totalitarismo restringimos a pesquisa - haja vista a complexidade que seria estudar um regime de governo – ao nos utilizarmos de três grandes teóricos do totalitarismo, Arendt (1989) e Friedrich e Brzezinski (1965). A partir do estudo dos autores, com o método semiótico discursivo, depreendemos características do regime totalitarista, os quais denominamos elementos totalitaristas, resultando em um quadro de elementos, com os quais será possível estudarmos o *corpus*. Os elementos se manifestam, tematizados e figurativizados, nos mais diversos discursos. No caso do nosso *corpus*, *O Castelo*, verificamos que há mais temas do que figuras, tornando o romance bem parecido com um texto filosófico. Além disso, as relações entre enunciador e enunciatário nos indicam que o enunciador busca esconder o /saber/, propondo ao enunciatário sempre o regime do /crer/, de maneira que o texto só faz sentido para aquele que crê. Dessa forma, o enunciador pode ser comparado ao próprio Castelo do romance que detém todo /poder/ e cujos servos somente têm de aceitar e crer.

**Palavras-chave:** totalitarismo; Franz Kafka; semiótica política.

## ABSTRACT

This dissertation work explores the totalitarian regime, specifically totalitarian elements, in order to see how and what elements are manifested in the novel *The Castle* (2008), by Franz Kafka. To conduct this study, we used discursive semiotic theory, Barros (2001, 2005, 2008 and 2011), Bueno (2006), Fiorin (2013 and 2014), Fontanille (2016), Greimas (2014) and Greimas and Courtés (2018), principally. In order to study totalitarianism, we restricted the research - given the complexity that would be to study a government regime - by using three great theorists of totalitarianism, Arendt (1989) and Friedrich and Brzezinski (1965). From the study of the authors, with the discursive semiotic method, we inferred characteristics of the totalitarian regime, which we called totalitarian elements, resulting in a framework of elements, with which it will be possible to study the *corpus*. The elements are manifested, thematized and figurativeized, in the most diverse speeches. In the case of our text under analysis, *The Castle* (2008), we found that there are more themes than figures, which makes the novel look like a philosophical text. Furthermore, the relations between enunciator and enunciatee indicate that the enunciator seeks to hide /knowledge/, always proposing to the enunciatee the regime of /believe/, so that the text only makes sense to the one who believes. Thus, the enunciator can be compared to the Castle itself of the novel that holds all / power / and whose servants only have to accept and believe.

**Keywords:** totalitarianism; Franz Kafka; political semiotics.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	15
<b>2.1</b>	<b>O totalitarismo</b> .....	15
<i>2.1.1</i>	<i>Franz Neumann</i> .....	15
<i>2.1.2</i>	<i>Friedrich e Brzezinski</i> .....	16
<i>2.1.3</i>	<i>Hannah Arendt</i> .....	18
<i>2.1.4</i>	<i>Totalitarismo em Semiótica</i> .....	19
<b>2.2</b>	<b>O Castelo</b> .....	20
<i>2.2.1</i>	<i>Sobre o autor e a obra</i> .....	20
<i>2.2.2</i>	<i>Interpretações e análises</i> .....	22
<i>2.2.3</i>	<i>Literatura</i> .....	22
<i>2.2.4</i>	<i>Psicologia e Psicanálise</i> .....	23
<i>2.2.5</i>	<i>Teologia</i> .....	24
<i>2.2.6</i>	<i>Sociologia e Filosofia</i> .....	25
<b>3</b>	<b>A TEORIA SEMIÓTICA</b> .....	28
<b>3.1</b>	<b>As bases teóricas</b> .....	28
<b>3.2</b>	<b>O percurso gerativo do sentido</b> .....	30
<b>3.3</b>	<b>Teoria das modalidades e manipulação</b> .....	32
<i>3.3.1</i>	<i>O saber e o crer</i> .....	37
<b>3.4</b>	<b>A enunciação</b> .....	40
<b>3.5</b>	<b>Figurativização e tematização</b> .....	45
<b>3.6</b>	<b>Intolerância</b> .....	50
<b>4</b>	<b>ELEMENTOS TOTALITARISTAS</b> .....	54

<b>4.1</b>	<b>O ditador, o partido e a juventude.....</b>	<b>56</b>
<b>4.2</b>	<b>A sucessão e o terror.....</b>	<b>59</b>
<b>4.3</b>	<b>A burocratização e o futuro do totalitarismo.....</b>	<b>63</b>
<b>4.4</b>	<b>Pontos principais do totalitarismo.....</b>	<b>67</b>
<b>4.5</b>	<b>Ideologia.....</b>	<b>68</b>
<b>4.6</b>	<b>Ideologia totalitarista.....</b>	<b>71</b>
<b>4.7</b>	<b>Elementos totalitaristas.....</b>	<b>76</b>
<b>5</b>	<b>O DOMÍNIO DO CASTELO.....</b>	<b>78</b>
<b>5.1</b>	<b>Parte I.....</b>	<b>78</b>
<i>5.1.1</i>	<i>O líder.....</i>	<i>78</i>
<i>5.1.2</i>	<i>Destinador (es).....</i>	<i>81</i>
<i>5.1.3</i>	<i>Destinatários.....</i>	<i>86</i>
<i>5.1.4</i>	<i>O elemento estranho.....</i>	<i>95</i>
<i>5.1.5</i>	<i>Conclusão.....</i>	<i>104</i>
<b>5.2</b>	<b>Parte II.....</b>	<b>104</b>
<i>5.2.1</i>	<i>O contrato enunciativo.....</i>	<i>105</i>
<i>5.2.2</i>	<i>O crer e o não saber do enunciatário.....</i>	<i>110</i>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nosso interesse pelo Castelo iniciou-se há muito tempo quando, ainda na graduação, nos deparamos com a obra e começamos a refletir sobre o tipo de sociedade e sistema que ali se configurava. O romance começou a revelar para nós problemas sobre ideologia e, posteriormente, mostrou ser uma exímia obra para tratar sobre o totalitarismo ou elementos totalitaristas. Enquanto linguistas, contudo, o estudo sobre o totalitarismo na obra não tem uma abordagem filosófica, sociológica ou histórica, porquanto encontramos na semiótica discursiva o ferramental teórico para um estudo linguístico.

O objetivo maior, deste trabalho, é depreender os elementos totalitaristas a fim de discutir de que maneira são construídos discursivamente no romance *O Castelo*, de Franz Kafka. Podemos depreender duas coisas. Primeira: nosso objeto é o totalitarismo; segunda: nosso corpus é o romance *O Castelo*. Essas informações são importantes, porque determinam toda a estrutura do trabalho que se segue, em que antes estudamos o totalitarismo e depois analisamos o romance.

Apesar de falarmos em estudo do totalitarismo, perceba o leitor que tanto no título quanto no objetivo nos referimos a elementos totalitaristas. Isso porque o estudo não é exaustivo. Não diferenciamos, por exemplo, o totalitarismo de outras formas de governo, de maneira a positivar sua definição a partir de uma negação, ou seja, definir o que ele é pelo que ele não é. Essa foi uma decisão tomada, entre outros motivos, pela própria extensão do mestrado, o qual não permitiria um trabalho tão extenso e aprofundado. Dessa forma, nosso estudo é um estudo sobre o totalitarismo, mas, especificamente, o totalitarismo de Friedrich e Brzezinski e Hannah Arendt.

Antes de nos voltarmos para nosso objeto, porém, foquemos um pouco em nosso corpus. Somos levados a *Prismas: crítica, cultural e sociedade* (1998), do filósofo Theodor W. Adorno, *Kafka: pró e contra* (1969), do filósofo Guther Anders e *Lição de Kafka* (2009), do tradutor e jornalista Modesto Carone. Acreditamos que o grande mérito dessas obras é colocar em perspectiva o que faz de Kafka um dos grandes nomes da Literatura, o qual mudou o modo de se fazer literatura, além de nos mostrarem as principais características presentes na maioria de suas obras, como em *O Castelo*, nosso corpus. Não é, todavia, nossa pretensão direta refletir sobre a obra pela perspectiva que propõem, mas o que é elencado pelos

pensadores vai delineando o que esperamos e encontramos na obra do autor. Por exemplo, o que Anders (1969, p. 20) chama de “trivialidade do grotesco”, em que “[...] o inquietante não são os objetos nem as ocorrências como tais, mas o fato de que seus personagens reagem a elas descontraidamente, como se estivessem de objetos e acontecimentos normais.” O autor tcheco torna banais os elementos fantásticos que se inserem na vida cotidiana, criando assim surpresa e desconforto para o enunciatário, como acontece em *Metamorfose*, em que Gregor Samsa acorda transformado em um inseto e a narrativa se desenrola como se não houvesse nada de tão surpreendente nisso. Dessa forma, poderíamos falar em uma crise de veridicção instalada nos textos, nos quais o que parece verdadeiro ou “real” configura-se somente como um parecer e não ser ou como algo que não parece algo, mas é. Uma mentira ou segredo, respectivamente, em termos semióticos. Conforme Fiorin (2016), há um contrato enunciativo que visa a um efeito de sentido de dissimulação, em que “X deve ser interpretado como não X”. Isso mostra-se como uma característica importante em suas obras e que será explorada no decorrer desta dissertação. Ademais, outro exemplo do que vai se delineando na obra, que também será abordado, é apontado por Anders (1969) e corroborado por Adorno (1998), a monotonia. O primeiro diz que “Na verdade, o ponteiro dos segundos do desespero corre incessantemente e em alta velocidade no seu relógio, mas o dos minutos está quebrado e o das horas parado.” (Anders, 1969, p. 39). O homem está perpetuamente condenado a essa vida malogrante, ou seja, está em uma prisão. O efeito de paralisação do tempo vai a tal ponto que, muitas vezes, as sequências de causa e efeito são invertidas: “as fúrias se antecipam ao crime” e o ato sexual começa antes mesmo de se dizer “bom dia”. Já Adorno (1998) corrobora ao afirmar que uma das falhas evidentes nos romances do tcheco é a monotonia, visto que o inacessível, o ambíguo e o incerto são repetidos infinitamente, muitas vezes custando a vivacidade da história. Essa “deficiência” temporal parece poder ser explicada na enunciação, estando ligada ao próprio contrato enunciativo, comentado mais acima, em que se cria uma espécie de sintaxe que vai de incerteza a incerteza. É importante salientarmos aqui que tanto a “trivialidade do grotesco” quanto a monotonia serão estudadas porque se mostram à serviço do estudo sobre o totalitarismo. Isto é, o livro apresenta esses dois fenômenos agregando ao efeito de sentido geral do romance que surgem do totalitarismo ali apresentado.

Voltando-nos agora para nosso objeto, vemos que vários são os estudos nas áreas de filosofia e sociologia, como Aguiar (2008), Vicente (2011), Poulantzas (1974) e Chasin (2013). Todos eles baseiam-se, principalmente, em Arendt (1989) e Friedrich e Brzezinsk

(1965). Esses três autores, aliás, foram fundamentais. Pois, apesar de não serem os únicos estudiosos sobre o totalitarismo, não esqueçamos Franz Neumann, eles têm uma percepção sobre essa forma de governo que seria mais paradigmática, que sintagmática. As características selecionadas por esses autores para definir o totalitarismo não requerem, em grande medida, que saibamos, por exemplo, a forma de governo ou o sistema econômico anteriores ao totalitarismo. Isto é, Friedrich e Brzezinski e Hannah Arendt não colocam a história como um fator determinante dentro das características do totalitarismo. Não requerer a história, por sinal, é uma exigência de nosso *corpus*. Pois, no romance, não sabemos que tipo de governo existia naquela sociedade até o personagem principal lá chegar. Subordinamos, então, o estudo de nosso objeto ao nosso corpus, de maneira a delimitar não só o que pretendíamos saber sobre o totalitarismo, como também ser possível analisar o totalitarismo na obra. Apresentamos, assim, outro motivo do porquê a análise sobre o objeto não ter sido exaustiva.

Os pesquisadores citados são de uma área estranha à linguística. Eles são filósofos, não linguistas. Precisávamos partir do que já foi dito e estudado sobre o totalitarismo, o que se deu na área de Filosofia, para chegarmos a uma noção de como o totalitarismo pode ser abordado em semiótica discursiva. O leitor, então, pode se perguntar se em semiótica não há estudos sobre o totalitarismo. Tudo que podemos afirmar é que em semiótica brasileira essa forma de governo ainda não foi posta como um objeto de análise. Além disso, autores não brasileiros como Fontanille, Zilberberg e Landowski citam o totalitarismo como um exemplo de extrema triagem, caso de Fontanille e Zilberberg na obra *Tensão e significação*, e uma programação, como afirma Landowski no artigo *Crise semiótica do populismo*. Essas análises nos trazem uma noção do que o totalitarismo é em semiótica, mas não são suficientes para que possamos analisar um romance, por exemplo.

Além dessa pergunta, podemos nos questionar qual a definição de totalitarismo de Friedrich e Brzezinski, Hannah Arendt e Franz Neumann e que tipo de obra é *O Castelo*. As respostas a esses questionamentos são respondidas logo mais, no capítulo 2, o qual chamamos de “Uma revisão bibliográfica”. Nesse capítulo apresentamos ao leitor tanto o objeto quanto o corpus.

Acreditamos que, pelo que já foi afirmado, tenha ficado claro que, apesar de tratarmos de uma forma de governo, esta pesquisa tem uma base linguística, a semiótica discursiva. Ou seja, queremos ver o totalitarismo a partir da teoria semiótica. O método de

análise dessa teoria é calcado no percurso gerativo do sentido, porquanto se entende que o texto pode ser descrito em três níveis de abstração – fundamental, narrativo e discursivo. Não focamos em todo o percurso, mas em pontos fundamentais para a análise que se apresenta nos capítulos 4 e 5. Expomos principalmente as manipulações e modalidades, entres estas o /saber/ e o /crer/, e os contratos enunciativos, como os de verdade ou falsidade. É possível encontrar a parte teórica no capítulo 3. Esse capítulo tem a finalidade de mobilizar e definir os conceitos necessários para levar a bom termo a análise do romance.

Depois de sabermos qual o objeto e o corpus, no capítulo 2, e entendermos a teoria e métodos de análise, capítulo 3, podemos partir para o primeiro capítulo de análise, o capítulo 4, que se chama “Elementos totalitaristas”. Retomamos os conceitos de Friedrich e Brzezinski e Hannah Arendt, que foram abordados no capítulo 2, de uma maneira mais aprofundada. O leitor verá que estruturamos o capítulo com base nos seis elementos de Friedrich e Brzezinski:

- a) ideologia;
- b) partido único, tipicamente dirigido por um só homem;
- c) polícia terrorista;
- d) monopólio de comunicações;
- e) monopólio de armamentos;
- f) economia centralizada.

E somente complementamos os elementos ideologia e terror a partir dos estudos de Hannah Arendt. Ao final do capítulo resumimos com um quadro não exaustivo de elementos totalitaristas. Esses elementos se constituem muito mais da parte narrativa que discursiva. Isso porque não analisamos um totalitarismo específico, mas a forma de governo em si, a qual pode se manifestar de diferentes formas. Entretanto, não há qualquer dúvida da aplicação desses elementos, porquanto o capítulo 4 mostra como eles se manifestam em uma sociedade tipo.

O próximo capítulo, portanto, mostra a figurativização e/ou tematização dos elementos totalitaristas encontrados. Dividimos o capítulo em duas partes. A primeira mostra como a sociedade do livro se estrutura. Pretendemos, com isso, introduzir ao leitor quem

domina, quem é dominado, quem é o personagem principal, entre outros. Dessa forma, quando mostrarmos, na parte dois, a construção enunciativa do texto, ficaram mais claros os efeitos de sentido. Por exemplo, na obra vemos que quem domina é o Castelo<sup>1</sup>, que tem todo o poder e manda no resto da sociedade, a qual é fanática e mostra um saber muito parco sobre o Castelo, mas, acima de tudo, o respeita. Além desses dois actantes, existe o actante sujeito, o personagem principal, que é completamente ostracizado. Veja que se sabemos dessa organização social é mais fácil de entender que se o enunciador permite ao narrador dar voz a um personagem que tenta presumir coisas do Castelo, nós, enquanto enunciatários, ficamos cautelosos em relação a essa informação. Dessarte, a divisão em duas partes do capítulo se mostra frutífera não só para ajudar na estruturação, mas também para mostrar a manifestação dos elementos totalitaristas encontrados tanto na parte narrativa quanto na parte discursiva.

Esta dissertação, assim, se apresenta da seguinte forma: capítulo 2 (introdução do objeto e do *corpus*), capítulo 3 (teoria semiótica), capítulo 4 (análise semiótica do que disseram Friedrich e Brzezinski e Hannah Arendt, além de quadro de elementos totalitaristas) e capítulo 5 (análise do romance a fim de mostrar como os elementos se manifestam na obra)

---

<sup>1</sup> Optamos por usar a letra maiúscula para nos referirmos a esse personagem, a fim de ironicamente prestarmos respeito.

## 2 UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo pretende apresentar os principais conceitos do totalitarismo, assim como explorar algumas das coisas que foram ditas sobre a obra *O Castelo*, a fim de apresentar ao leitor tanto nosso objeto quanto nosso *corpus*, mostrando onde nossa pesquisa se encaixa nesse contexto. Nesse sentido, dividiremos este capítulo em duas partes. A primeira exporá os principais conceitos de totalitarismo; já a segunda parte apresentará a obra e uma seleção do que foi dito sobre ela.

### 2.1 O totalitarismo

#### 2.1.1 *Franz Neumann*

Conforme Neumann (1969, p. 269), “O que distingue politicamente o totalitarismo é “a existência de um partido estatal monopolista”. Ou seja, o monopólio de poder, de acordo com o pesquisador, é uma das principais características desse governo. Nesse sentido, Neumann concorda com Arendt e Friedrich e Brzezinski. Um dos fatores de concordância é a questão do terror, como vemos nos fatores que ele elenca como essenciais da ditadura totalitária:

- a) transição de um estado de direito para um estado policial;
- b) transição de um poder difuso nos estados liberais para sua concentração no regime totalitário;
- c) a existência de um partido estatal monopolista;
- d) transição dos controles sociais que passam de pluralistas para totalitaristas;
- e) a presença decisiva do terror como ameaça constante contra o indivíduo.

Essas características nos mostram que, para o autor, o totalitarismo é uma oposição ao liberalismo.

O totalitarismo parece ser um liberalismo com sinal trocado. De acordo com Chasin (2013, p. 5), “a definição de totalitarismo por oposição ao liberalismo não é casual”, pois vemos que a primeira característica coloca em questão a oposição entre direito e força, a qual se justapõe à oposição da quinta característica, razão e violência. Todas as outras características partem dessas duas oposições. Conforme Chasin (2013, p. 15), “configura-se [...] uma concepção cujos pressupostos necessários são: uma abstrata relação excludente entre poder material e poder jurídico”. É atribuído um valor positivo ao poder jurídico e um negativo ao poder material. Esses pressupostos permitem considerar o estado liberal como racionalmente insuperável. Por isso o totalitarismo se opõe ao liberalismo, por ser resultado “de uma comparação com um modelo paradigmático” (NEUMANN, 1969, p. 16).

O estado totalitário, de acordo com o autor, “é a destruição da linha entre estado e sociedade, e a total politização dessa sociedade por meio do partido único” (Neumann, 1969, p. 270). Como veremos, ao contrário de Arendt e Friedrich e Brzezinski, o autor coloca dentro de suas características o que passa a ser, contrapondo-as ao que era, além de não abordar a questão ideológica. A parte histórica, melhor dizendo, sintagmática – que forma de governo era antes de ser totalitarismo - é um fator importante que nos faz considerar se cabe ou não nos utilizarmos de Neumann.

### ***2.1.2 Friedrich e Brzezinski***

Esses dois autores procuram examinar a anatomia dos regimes totalitários do século XX, buscando fixar seus elementos constitutivos. Para eles, o totalitarismo seria uma nova forma de dominação política. O totalitarismo se distingue das formas mais antigas de tirania e despotismo devido aos métodos de dominação. “Os regimes autocráticos do passado não se aproximam em crueldade das ditaduras totalitárias de nossa época.” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 13)

Friedrich e Brzezinski apontam seis características do totalitarismo:

- a) ideologia;
- b) partido único, tipicamente dirigido por um só homem;

- c) polícia terrorista;
- d) monopólio de comunicações;
- e) monopólio de armamentos;
- f) economia centralizada.

Observamos que essas características são mais paradigmáticas que as de Neumann. Elas nos mostram um estado, ou seja, o que o totalitarismo é ou como se qualifica. O trabalho dos autores, então, parece mais coerente para nossos objetivos do que o de Neumann, visto que nosso *corpus* mostra uma sociedade já estabelecida e estática.

A primeira característica, a ideologia, se trata de uma doutrina que rejeita uma sociedade pré-existente, apresentando uma nova proposta que transforme essa realidade. A ideologia, para se validar, baseia-se em leis inexoráveis, como História e Biologia. Quanto ao partido, este é dirigido por um ditador e fortemente hierarquizado. “É um núcleo ativista apaixonada e irrestritamente dedicado à ideologia e disposto a auxiliar portodos os meios a promoção de sua aceitação geral” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 19). O partido é auxiliado por uma polícia terrorista, terceira característica, que se volta não só contra inimigos do regime, “mas também contra classes da população selecionados arbitrariamente” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 19). Essa polícia utiliza o terror por meio da ciência e da psicologia. Como os autores destacam, o terror totalitário aumenta em violência à medida que o sistema totalitário se estabiliza. Primeiro o terror se volta para os inimigos, depois contra parcelas mais abrangentes da população. O quarto aspecto constitui uma das características mais notáveis das ditaduras totalitárias. Isso porque o monopólio das comunicações, como imprensa, rádio e cinema, permite a ampla difusão da propaganda totalitária (sua ideologia), a qual reforça o terror. Essa prática terrorista desumaniza os indivíduos, “privando-os de pensar e julgar independentemente” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 111).

Quanto à quinta e sexta características, referem-se ao monopólio “quase total [...] de todos os meios de efetivo combate armado [...]” e ao “[...] controle centralizado e direção de toda a economia[...]” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 19) que acontece por meio da coordenação burocrática de suas unidades produtivas.

Podemos concluir dessa abordagem que os pesquisadores não exploram a dinâmica global do totalitarismo, não tocando no assunto de suas origens, como fez Neumann. Segundo Traverso (2001), isso se dá porque os autores trabalharam os regimes totalitários não como formações históricas, mas como sistemas. Acreditamos, porém, que não se trata exatamente de uma definição sistemática, mas paradigmática, ou pelo menos, mais paradigmática que sintagmática. Como dissemos anteriormente, Neumann coloca fatores que aparecem um ao lado do outro como uma condição de formação do totalitarismo, por exemplo, o estado de direito que passa a ser um estado policial. Já Friedrich e Brzezinski trazem uma definição que coloca um elemento sem considerar um outro que deva necessariamente aparecer ao seu lado.

### **2.1.3 Hannah Arendt**

Se Friedrich e Brzezinski (1965) não trataram do movimento e processualidade dos regimes totalitários, Arendt (1989), em *As origens do totalitarismo*, trata justamente disso. Assim como os autores, Arendt entende que o totalitarismo é uma nova forma de dominação política, com um alto grau de penetração e mobilização da sociedade. A autora identifica a ideologia e o terror como aspectos centrais dos regimes totalitários.

Arendt restringe seu conceito de totalitarismo em dois pontos: primeiro, na constatação de que os regimes totalitários visam ao domínio mundial; segundo, esses regimes se utilizam dos campos de concentração para dominar. Por causa do fator “domínio mundial”, Arendt não considera a ditadura fascista como totalitária, pois, de acordo com a pesquisadora, não só o domínio mundial parecia impossível à Itália fascista, como era algo que estava longe das pretensões daquele regime. Friedrich e Brzezinski, por outro lado, consideravam o fascismo como um totalitarismo. Arendt diz que os governos totalitários são calcados nos campos de concentração, por isso somente nazismo e stalinismo foram regimes totalitários.

Nesse tipo de governo, não se tolera nenhuma oposição, nem se admite a liberdade de opinião política, por causa disso toda a população é vista como potencialmente suspeita ou inimiga. Ainda assim, a autora afirma que há uma exigência de lealdade total e

incondicional. Entretanto, o poder ilimitado e a lealdade total só seriam alcançados se os homens fossem dominados em todos os aspectos de suas vidas.

Para entender profundamente o funcionamento do totalitarismo, é preciso lançar mão do conceito de ideologia. De acordo com Arendt, a ideologia é a lógica de uma ideia, em que tudo acontece e ocorre segundo essa lógica. A ideologia é passada através da propaganda. Aquela é o principal instrumento do totalitarismo e o terror sua essência, porquanto o terror continua a ser propagado mesmo que a população já esteja completamente subjugada. O terror traduz o mundo fictício da ideologia. Essa tradução é que viabiliza os campos de concentração, os quais, segundo Arendt, mais caracterizam os regimes totalitários. Os campos de concentração servem para isolar os seres humanos, extirpando seu ser e sua singularidade, dando um sentimento de não pertencimento ao mundo.

Podemos concluir, então, do posicionamento da autora que, em consonância com Friedrich e Brzezinski, entende o totalitarismo como uma nova forma de governo, marcado, entre outros, pela ideologia e pelo terror.

Vemos que, apesar de Arendt tratar o totalitarismo de forma bem mais dinâmica que Friedrich e Brzezinski, a pesquisadora não escreve sobre a forma de governo para caracterizá-la, a partir do que era. As duas características apontadas pela autora, terror e ideologia, estão presentes no que se entende por totalitarismo, não na passagem de uma forma de governo a outra. Assim, os trabalhos de Arendt e Friedrich e Brzezinski concordam e se complementam. Neumann, portanto, é aqui citado por ser um importante estudioso do totalitarismo, mas não nos utilizaremos dos seus conceitos. Tanto por seu fator histórico, quanto pelas disparidades que apresenta em relação aos trabalhos de Arendt e Friedrich e Brzezinski é que o deixaremos de fora da análise.

#### ***2.1.4 Totalitarismo em Semiótica***

A semiótica brasileira, com exceção de Blikstein (2020), ainda não se deteve nos estudos sobre formas de governo. As questões políticas tratadas até o momento estão mais ligadas à intolerância e ao autoritarismo. Não se colocam as formas de governo sob

um estudo extenso. Falamos em estudo extenso, no sentido de se colocar o totalitarismo como objeto de análise. O livro de Blikstein, chamado *Semiótica e totalitarismo*, tem o mérito de apresentar, por exemplo, o par ariano vs semita como os contrários que resumem o regime nazista e que permitiram esse regime manipular os sujeitos e se instalar. Contudo, precisamos notar que essa análise não se trata da forma de governo totalitarismo, mas de uma análise do nazismo. Isso vai mostrando que há sim uma lacuna na semiótica política brasileira.

Em relação à semiótica estrangeira, principalmente, francesa, o totalitarismo é usado mais como um exemplo do que como um objeto, conforme vemos em Fontanille e Zilberberg (2001) e Landowski (2020), os quais se utilizam da semiótica tensiva e sociossemiótica, respectivamente. Os dois primeiros autores apresentam e discutem noções de semiótica tensiva. Ao falarem sobre valência, usam o totalitarismo como exemplo de uma triagem extrema, mas não discutem, a partir do que seria totalitarismo, o porquê de o colocar como triagem extrema. Da mesma forma Landowski, que discute sobre governos a partir da sociossemiótica, não parte dos conceitos das formas de governos para os colocar em formas de interação, como a programação, mas parte das formas de interação para falar sobre formas de governo.

O principal problema dessa falta de estudo é que não podemos tratar do fenômenototalitário semioticamente. Só temos uma ideia vaga do que é, como uma triagem ou programação. Não afirmamos, porém, que o totalitarismo não contenha triagem e/ou programação. A questão que se coloca, e que tratamos no capítulo 4, é que essa forma de governo parece ser mais do que triagem e programação. Dessa forma, é preciso colocar o totalitarismo como objeto de análise, partindo do que já foi estudado sobre ele. É aqui que nossa pesquisa se encaixa, sendo o primeiro passo.

## **2.2 O Castelo**

### ***2.2.1 Sobre o autor e a obra***

A obra *O Castelo* foi escrita por Franz Kafka, nascido em Praga em 3 de julho de 1883. Entre 1901 e 1906, estudou na Universidade Alemã de Praga. Formou-se em Direito, mas buscou estudar também Filosofia e História da arte. Acabou exercendo uma profissão na área de Direito, não se dedicando exclusivamente à literatura. Em 1902, conheceu Max Brod, que acabou se tornando seu melhor amigo e foi o principal responsável por divulgar suas obras e publicá-las postumamente. Morreu em 3 de junho de 1924, em Kierling.

O romance em questão, *O Castelo*, foi escrito “em cerca de seis meses, de fins de fevereiro, a fim de agosto/começo de dezembro de 1922” (CARONE, *apud* KAFKA, 2008, p. 353). O livro foi publicado postumamente, pouco antes de 9 de dezembro de 1926, por iniciativa pessoal de Brod.

Podemos dizer que o enredo da obra é:

[...] Um homem, K., é, ao que supõe, chamado à aldeia de um castelo e chega uma noite a esse lugar. Quer ser recebido, mas os que o chamaram nada sabem sobre o chamado: ele é, portanto, acolhido, embora também não seja propriamente mandado de volta. Toda a sua vida posterior – todo o conteúdo subsequente do livro – consiste, então nas tentativas e esforços mil vezes repetidos para ser aceito. Isto é: sua vida inteira é um nascimento contínuo, um infundável ‘vir ao mundo’. (ANDERS, 1969, p. 30).

O problema crucial do livro, conforme destaca Carone no posfácio, é saber o que significa o vaivém compulsivo de K. entre a aldeia e as proximidades do Castelo. Várias são as interpretações da obra, que se iniciam com a exegese teológica de Max Brod, para quem, segundo Carone, “o zigzague espiritual do herói é a demanda de clemência e reconhecimento a um *deus absconditus*” (CARONE, *apud* KAFKA, 2008, p. 358).

O romance não tem uma conclusão clara e é tido como uma obra não terminada. A esse respeito, Brod afirma que Kafka teria dito que a história “chegaria a um desenlace no qual K., já no leito de morte, cercado pelos habitantes da aldeia, receberia uma mensagem no sentido de que as autoridades do Castelo permitiriam que ele permanecesse na aldeia, embora sem o direito de reivindicar tal permanência.” (CARONE, *apud* KAFKA, 2008, p. 358).

### ***2.2.2 Interpretações e Análise***

Como dissemos mais acima, várias foram as interpretações feitas sobre a obra. Separamos as interpretações de acordo com algumas áreas do conhecimento: Literatura, Psicologia e Psicanálise, Teologia, e Sociologia e Filosofia. Para cada área, foram selecionados dois a três artigos ou dissertações, a fim de dar ao leitor uma ideia dos tipos de abordagens feitas e assim poder acompanhar as convergências e divergências que nosso trabalho estabelece com o que já foi dito até agora sobre o romance.

### ***2.2.3 Literatura***

Nessa área apresentaremos três dissertações, de Izabel (2013), Dias (2010) e Fratric (2008). O primeiro pesquisador afirma que se existe uma originalidade no texto kafkiano, ela se encontra na habilidade extraordinária de impedir originações. O texto se inicia e para nele mesmo, sem oferecer ao intérprete meios de utilizá-lo em contexto que não o do próprio texto. A origem ausente à qual o texto kafkiano constantemente se refere, sem nunca, no entanto, caracterizar completamente – tudo indica que para Kafka ela não existe – é, menos importante do que a narrativa sobre ela, a viagem é mais importante que a chegada da mensagem. Além da falta de origem, há a falta de causa e motivação. O leitor lida com uma identidade subjuntiva, ou seja, dependente, sempre às vias de se concretizar, sem nunca, no entanto, fazê-lo. De K. pouco se sabe e quando surge o momento de sua personalidade – como uma revelação bíblica – deveria surgir em potência, ressaltado pela ausência de outros detalhes, trata-se apenas de um episódio banal da infância, até mesmo bobo.

De acordo com Izabel (2013: 93):

Tudo já existe antes da chegada de K. sendo essa a única referência temporal determinante e clara no romance: a ausência de K. na origem da aldeia e a ausência da aldeia na origem de K. Todas as outras referências ao passado são confusas e, embora relevantes para alguns personagens, completamente desimportantes para a constituição do espaço no momento da chegada de K. Não há mito de origem ou história de surgimento de Westwest, a aldeia e o castelo aparentam estar ali desde sempre como modelo último de si mesmos, como fim estabelecido de sua própria história. na tentativa de suprir essa lacuna.

Dias (2010) procura mostrar que os textos de Kafka estão entre o literário e o dramático. O pesquisador afirma que, apesar de *O Castelo* ter adaptações teatrais, o romance não tem o potencial dramático kafkiano. Isso porque Dias (2010) concorda com Adorno, o qual afirma que uma das falhas dos romances de Kafka é a extensão, o que torna a fórmula Kafkiana cansativa. Já Fratric (2008) busca estabelecer a relação entre os aspectos da narrativa do romance à teoria dos conjuntos da matemática, em que um conjunto maior contém um conjunto menor. Assim é feita uma analogia, em que um conjunto maior *poder* contém o conjunto *burocracia*. Para o pesquisador, a obra aborda burocracia do início ao fim, o que é, na verdade, reflexo do poder. O autor propõe ainda que o poder possui caráter negativo, que é acentuado pela apresentação dialética, em que K. se rebela, mas busca entrar no Castelo a todo custo.

Devemos dizer que nosso trabalho mostrará tanto a falta de determinação dos eventos, em que tudo já existe de antemão, quanto esse poder que tudo engloba, estabelecendo, portanto, uma intersecção entre nossa pesquisa em semiótica e os trabalhos em literatura. Nossa abordagem difere essencialmente dessas pois insere a discussão nos quadros do totalitarismo, entendendo essas características como manifestações desse regime.

#### ***2.2.4 Psicologia e Psicanálise***

Já nessas duas áreas do conhecimento exporemos dois artigos de Glicksberg (1955) e Webster (1951). Glicksberg (1955) argumenta que o romance é um exemplo da dinâmica do complexo de Édipo. Tudo que acontece na obra, de acordo com autor, tem equivalentes simbólicos. Ele ainda diz que *O Castelo*, romance, equivale ao primeiro estágio da genitália.

Webster (1951) irá afirmar que, a seu ver, *O Castelo* é uma formulação artística do conflito entre o ego isolado, caracterizado por uma pseudo-agressão, e um passado psíquico centrado em um trauma infantil. O autor afirma que a aldeia seria a pré-consciência, região que tem as informações que somos capazes de lembrar, e o Castelo seria o subconsciente, a região que não temos como acessar. K., para o pesquisador, como o herói

da história tem a sua busca análoga à de um sujeito na infância. A lógica do Castelo é a lógica da arte que ilumina e cria uma ordem não achada na continuidade objetiva da vida. A obra é o projeto de Kafka contra a intensidade do ego.

Paralelos entre nossa perspectiva e a abordagem psicológica e psicanalítica são mais difíceis de estabelecer. A ideia de equivalentes simbólicos pode se aproximar da observação que viremos a fazer no correr da análise de que há pouca densidade semânticas figuras desse romance, o que condiz com leituras que interpretam a sociedade de *O Castelo* como realizações romanescas de outras sociedades históricas (o nazismo, o fascismo...). Também esse fraco investimento semântico está presente na construção discursiva da inacessibilidade do Castelo, que sugere a Webster essa aproximação do inconsciente. Esses paralelos são, entretanto, por demais localizados e qualquer aproximação mais sistemática é infrutífera.

### **2.2.5 Teologia**

Na área teológica temos Barbosa (2018b) e Calvani (2008), de um lado, e Kohzadi e Azizmohammadi (2013) e Barbosa (2018a), de outro. Os dois primeiros autores argumentam que o governante, o conde Westwest, é tão inacessível que não aparece, por isso talvez seja Deus. Klamm, outra figura de poder, como um governante, poderia ser considerado a figura de Jesus, pois aparece em carne e osso, é tratado com adoração e todos os habitantes da aldeia parecem com ele em alguma medida.

As mensagens enviadas para a aldeia (revelações) são obscuras e não parecem se adequar a quem as recebe, enquanto as mensagens enviadas para o Castelo (orações) podem não chegar ao Castelo. Barnabás como um mensageiro que traz e leva notícias da aldeia para o Castelo e vice-versa seria como um anjo. Finalmente a vontade do Castelo que algumas vezes parece cruel não seria mais cruel que a vontade de Jeová para que Abraão sacrificasse seu filho. Os mais felizes nessa sociedade, como Frieda ou Gardana, são aqueles que se submetem à vontade do Castelo.

Os autores terminam dizendo que se essa interpretação for aceita, Kafka pode ser colocado ao lado de teólogos como Paulo e Agostinho ou até Kierkegaard e Barth, os quais discutiram sobre a alteridade de Deus.

Barbosa (2018a) analisa como a escrita de Kafka funde exegese e criação literária. De acordo com o pesquisador, “O percurso do personagem de *O Castelo*, mais do que peripécias intrigantes, desenvolve, de modo paródico, uma prática exegetica própria da tradição judaica” (BARBOSA, 2018a, p. 1). O autor afirma que para o judaísmo não há nada fora do texto. Essa força do texto é mostrada muito claramente no romance, em que “o mundo é atravessado e diluído pela exegese” (BARBOSA, 2018a, p. 9). K., personagem principal, tudo tenta interpretar; por exemplo, as várias interpretações que efetua quando recebe uma carta de um chefe de um departamento.

A obsessão exegetica de *O Castelo* nos mostra que no mundo Kafkiano toda verdade está encoberta por muitas camadas de significação, chegando ao ponto em que não há conclusão ou verdade definitiva, pois sempre uma interpretação entra em conflito com a outra. (BARBOSA, 2018a, p.10).

Novamente, há pouco o que se possa encontrar de paralelos entre essas interpretações e o trabalho em semiótica. A interpretação de uma expressão figurada da religião judaico-cristã parece aproveitar mais uma vez da fraca densidade figurativa do livro de Kafka, o que permite as mais diversas analogias.

### **2.2.6 Sociologia e Filosofia**

Quanto à Sociologia e à Filosofia, apresentamos aqui o artigo e a dissertação de Zilcozky (1991) e Neto (2012). Zilcozky (1991) mostrará a influência de Schopenhauer em Kafka. Ele diz que o que atrai K., personagem principal, é o mistério; a possibilidade de uma verdade mais profunda por trás da burocracia incompreensível. Essa obsessão perpassa tanto o romance quanto a filosofia de Schopenhauer.

A relação entre os camponeses e o Castelo é um sistema de dominação. Os camponeses são, na linguagem de Schopenhauer, objetificações ou representações de uma Vontade; eles são subordinados ao capricho violento dessa Vontade. Essa Vontade escraviza

tudo e se materializa na forma de impulsos físicos, como vemos no romance na animalização dos servos, uma predominância do amor animal acima do amor humano. Assim, de acordo com Zilcosky (1991), K. não se encaixa nesse mundo. O paradigma filosófico de Schopenhauer caracteriza um ser humano excepcional que se recusa a ser escravo da Vontade, por isso é considerado não convencional pelo homem comum, como K. foi considerado pelos camponeses. Entretanto K. não tem um foco ou percepção total das coisas. Ele não consegue se libertar de seus impulsos fisiológicos, como vemos no seu romance com Frieda. Ele é uma falha do humano excepcional.

*O Castelo* de Kafka parece ser uma alegoria do sistema schopenhaueriano, em que o Castelo representa a Vontade e K. um artista falho schopenhaueriano. Qualquer alegoria direta não funcionaria, mas passa a fazer sentido se considerarmos a “alegoria negativa” em Kafka. Essa “alegoria negativa” é uma dúvida interna e diz respeito a ser direcionado indiretamente à verdade metafísica através dos significantes materiais. Em Kafka, essa incerteza não é esclarecida por uma base de significado estável. Essa tendência à “alegoria negativa” também se encontra em Schopenhauer. Sentindo a co-incidência da Vontade e a representação dela no corpo, um sujeito nota que o mundo material consiste em objetificações da Vontade, da mesma forma que no livro, os objetos na aldeia são entendidos como significantes materiais da Vontade.

Já Neto (2012) se debruçará sobre o tema da burocracia em Kafka. O autor destaca, no livro, o fato de o prefeito afirmar que uma repartição determina uma coisa e outro não sabe dessa determinação é uma confusão típica das amplas estruturas burocráticas, em que é possível ver a existência de conflitos de autoridade. Outra coisa destacada pelo pesquisador é que Sordini, uma figura de poder na obra, acumula uma quantidade absurda de papéis. Dessa forma, a única explicação para o fato de uma organização responsável pela administração de uma pequena aldeia gerar tamanha papelada, é dada se admitirmos a sua pretensão em regular burocraticamente as mais corriqueiras formas de relações sociais, criando regras e procedimentos completamente supérfluos (NETO, 2012, p. 141).

O pesquisador ainda afirma que o funcionamento administrativo do Castelo é confuso, mesmo em uma decisão como contratar ou não um agrimensor. Um comportamento intrínseco à burocracia e que também aparece no romance é a pré-determinação do sistema, de modo a ser difícil corrigir erros, por exemplo, no livro, temos

uma informação que deveria ter chegado a uma repartição, mas chegou a outra, desencadeando vários mal entendidos.

Por fim, entre outras coisas, o autor escreve que o romance está cheio de exemplos de como uma organização social pode influenciar de maneira negativa a vida do indivíduo. “A alienação dos homens em relação aos meios de controle social está tão desenvolvida que o aparato de dominação socialmente construído se transforma numa realidade autônoma, cujo funcionamento não mais depende dos indivíduos”. (NETO, 2012, p. 143).

Na sociologia e na filosofia, encontram-se mais aproximações. A análise do Castelo como Vontade e sua influência absoluta sobre a aldeia é coerente com a concentração do poder totalitário. A excepcionalidade de K. nesse contexto é particularmente saliente, uma vez que põe em evidência o caráter limite, beirando o absurdo do sistema do Castelo. Por outro lado, também a burocracia tem um papel importante no totalitarismo e será analisada, no decorrer desta dissertação, como um fator central de controle, garantindo assim o funcionamento do regime. Todo o poder dos indivíduos – de K., no caso – se perde em meio aos meandros burocráticos do Castelo.

Apesar de não tocarem diretamente no tema do totalitarismo, essas resenhas se configuram, em maior ou menor grau, em insumos e pistas para a reflexão semiótica e serão parcialmente retomados na análise.

Passemos, então, para o aparato teórico que guiará esta pesquisa: a teoria semiótica.

### 3 A TEORIA SEMIÓTICA

#### 3.1 As bases teóricas<sup>2</sup>

O ponto de partida é a linguística estrutural iniciada pelo suíço Ferdinand de Saussure, o fundador da linguística enquanto ciência. Algumas descobertas de Saussure são muito caras à semiótica discursiva, entre elas a noção de língua, as relações sintagmáticas e paradigmáticas e os conceitos de significante e significado. A língua é “um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2006, p. 66). Ou seja, é um sistema de signos que exprime ideias, conforme Mendes (2011). O signo, como veremos na parte do significante e significado, é a união de uma imagem acústica com um conceito.

Quanto às relações, vemos que a primeira mostra que há um encadeamento linear, dada a impossibilidade de se pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. A segunda, também chamada de associativa, mostra que há associações entre os elementos, os quais podem ser substituídos uns pelos outros no encadeamento sintagmático. Por exemplo, a frase “o sorvete é amarelo” mostra um elemento após o outro, o que indica a relação sintagmática. A palavra sorvete poderia ser substituída pela palavra bolo ou até mesmo blusa, pois são todos substantivos, o que mostra uma relação associativa entre os termos, os quais podem se substituir na frase.

Já a última descoberta de Saussure diz respeito ao próprio signo linguístico, visto que significante e significado são os formadores do signo linguístico. O signo é a união de um conceito com uma imagem acústica, sendo o conceito o significado e a imagem acústica o significante. Tanto a parte conceitual quanto a parte sonora teriam um valor, que os distingue, melhor dizendo, o signo, portanto significante e significado juntos, teria um valor em relação a outros signos. O que importa são as diferenças que permitem distinguir um elemento de outro. Um exemplo dado por Saussure é o do jogo de xadrez, em que uma peça, como o cavalo, poderia ser substituída por qualquer outro objeto, mas continuaria

---

<sup>2</sup> Essa seção apresenta as bases teóricas de maneira muito sucinta. Nesse sentido, recomendamos ao leitor que busque as sugestões de leitura indicadas na nota de rodapé.

tendo o mesmo valor dentro do sistema que o diferenciaria. Ou seja, o que há na língua são diferenças ou oposições.

Além de Saussure, Louis Hjelmslev é o outro linguista, criador da glossemática, cuja teoria muito fundamenta a semiótica discursiva. Ele pretende apreender as premissas puramente formais da linguagem. Hjelmslev reformula a teoria de Saussure, estudando significante e significado de uma maneira mais formal. Assim, ao invés de tratar de significante, Hjelmslev estuda o plano da expressão, e, ao invés de tratar de significado, o autor estuda o plano do conteúdo. Segundo Mendes (2011), Saussure define significante e significado substancialmente, não formalmente, o que diferirá de Hjelmslev, o qual dirá que tal definição se dá pela forma, não pela substância. Isso acontece porque a forma, ao recortar o sentido – os quais são as impressões, sensações e percepções dos seres humanos-, dá origem à substância. Os conceitos de conteúdo e expressão, assim como forma e substância são, entre outros, essenciais para a semiótica discursiva.<sup>3</sup>

A partir desses dois autores, então, em 1966, com a publicação do livro *Semântica estrutural*, do linguista lituano Algirdas Julien Greimas, são lançadas as bases para o que seria posteriormente conhecido como semiótica discursiva. A primeira escolha metodológica feita por Greimas é entender a percepção como lugar não linguístico da apreensão do sentido. A semiótica discursiva se preocupará, dessa forma, com o parecer do sentido, não com o sentido ontológico. Sua segunda escolha é classificar os significantes de acordo com sua ordem sensorial, o que implicará em entender o texto como tudo aquilo que produz sentido, segundo Mendes (2011). No plano linguístico, o sentido se torna, então, significação porque dois objetos são apreendidos ao mesmo tempo e possuem uma relação. Seu conceito de estrutura, portanto, se relaciona bastante com a concepção de língua de Saussure de que a língua é feita de oposições.

A busca inicial no *Semântica estrutural* de fazer uma análise exaustiva do plano do conteúdo se mostrou impossível, pois, conforme Fiorin (2003), “[...] isso seria fazer uma descrição completa do conjunto das culturas.”<sup>4</sup>. Entretanto, o método próprio que Greimas

---

<sup>3</sup>Para mais informações sobre os conceitos de Hjelmslev, consultar Prolegômenos a uma teoria da linguagem, Fiorin (2003) e Mendes (2011).

<sup>4</sup> Para mais informações, buscar a obra *Semântica Estrutural*, de Greimas.

criara para a análise semântica acaba constituindo as bases para o que viria a ser a semiótica. Pois, ao se perceber que os textos têm uma estruturação própria, o pesquisador passa a procurar descrever e explicar os mecanismos que engendram os sentidos dos textos, surge, então, a semiótica. Ultrapassa-se o domínio da semântica e passa-se a estudar como se constrói o sentido do texto, ou, conforme Barros (2005, p. 11), a semiótica “procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz.” Para a semiótica, há uma preocupação em apreender o sentido no e pelo discurso, o que explica sua filiação linguística. Ela se filia também, no entanto, à antropologia cultural e à fenomenologia. Isso porque preocupa-se com a cultura e o parecer do sentido.

O projeto greimasiano seria, em síntese, sintagmático, geral e gerativo. Sintagmático porque preocupa-se com o texto, o qual é a junção de expressão e conteúdo, em que os elementos aparecem em contiguidade, conforme Mendes (2011); geral porque se interessa por qualquer tipo de texto e gerativo porque entende a produção de sentido do texto como um percurso gerativo que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto. O percurso gerativo mais do que a premissa da teoria se constitui como seu método de análise, como veremos.

### **3.2 O percurso gerativo do sentido**

O texto pode ser descrito em diferentes níveis de abstração. Existem, então, etapas entre imanência e a aparência. Conforme Barros (2001, p. 14), “As razões que levaram à escolha de certas etapas e não de outras, igualmente possíveis, resultam da concepção de discurso e de construção de sentido assumidas e serão percebidas, mais claramente, na explicação de cada patamar.”

A concepção de discurso se baseia na consideração de que a enunciação é pressuposta ao discurso. Ela converte as estruturas narrativas em estruturas discursivas

relaciona o texto com suas condições sócio-históricas. A construção do sentido, como dissemos, vai do mais abstrato ao mais concreto.<sup>5</sup>

O percurso se constitui de três etapas: estruturas fundamentais, instância mais profunda, em que se encontram as estruturas elementares de significação; estruturas narrativas, “nível sintático-semântico intermediário” (BARROS, 2001, p. 14), e estruturas discursivas, nível mais concreto que revela as condições sociais e históricas. Cada etapa possui sua sintaxe e sua semântica.

Em resumo,

No nível das estruturas fundamentais, uma sintaxe explica as primeiras articulações da substância semântica e das operações sobre elas efetuadas e uma semântica surge como um inventário de categorias sêmicas com representação sintagmática assegurada pela sintaxe; na instância das estruturas narrativas, uma sintaxe regulamenta o fazer — simulacro do fazer do homem no mundo e das suas relações com os outros homens — e uma semântica atribui estatuto de valor aos objetos do fazer; na etapa mais superficial das estruturas discursivas, uma sintaxe organiza as relações entre enunciação e discurso e uma semântica estabelece percursos temáticos e reveste figurativamente os conteúdos da semântica narrativa. (BARROS, 2001, p. 15).

Para termos uma breve ideia do funcionamento do percurso, tomemos um exemplo. Um texto qualquer como “o coveiro ama seu trabalho” pode ser analisado nos três níveis do percurso. Dessa forma, vemos que, no nível fundamental, existem as categorias vida vs morte, as quais compõem a semântica do nível fundamental, em que morte é euforizada. Quanto à sintaxe – apesar de não haver uma operação que mostre a mudança de uma categoria a outra, a articulação de opostos não deixa de existir, compondo assim a sintaxe fundamental. Já no nível narrativo, temos um sujeito que está em conjunção com seu objeto de valor, pois o coveiro está em conjunção com seu trabalho. Esse sujeito se mostra modalizado por um /saber fazer/, pois sem este, aquele não poderia cumprir sua função. Há, entretanto, um /dever/ próprio do trabalho, ou seja, ele /sabe fazer/, mas acima de tudo, ele /deve fazer/, pois o verbete trabalho subentende essa modalidade. O objeto de valor, trabalho, revela a semântica nesse nível. A sintaxe não é clara pois trata-se de um estado – assim, se falássemos sobre seu fazer, em que os estados mudassem, poderíamos ver a

---

<sup>5</sup> Para mais explicações, procurar por Barros (2001).

sintaxe desse nível com clareza. No entanto, todo estado pressupõe uma mudança passada ou futura e as operações sintáticas do fazer estão subentendida ao enunciado de estado. Partindo, então, para o último nível, vemos que o sujeito é figurativizado por coveiro e seu objeto de valor como trabalho, o que revela a semântica do nível discursivo. Já a sintaxe se revela por um enunciador que coloca um narrador em terceira pessoa. Acontece uma debreagem enunciativa, o que resulta em um efeito de sentido de objetividade. Isto é, o enunciador tenta esconder as marcas de que um “eu” se pronuncia, deixando o texto falar por si.

Esses conceitos, até aqui apresentados, foram expostos de forma muito geral. O objetivo era criar uma base mínima comum para que possamos nos debruçar sobre conceitos mais diretamente relevantes. Por isso, nas próximas seções, trataremos os conceitos do nível narrativo e discursivo, que serão utilizados na análise do objeto, de maneira mais detida.

### **3.3 Teoria das modalidades e manipulação**

Uma das partes mais importantes do nível narrativo e que será de fundamental importância para o decorrer deste texto são as modalidades. A fim de adentrarmos no assunto de modalidades, é essencial sabermos o que é um enunciado elementar. O enunciado elementar é um predicado, que é uma função, que combina actantes. Ou seja, na medida em que existe uma função relacionando actantes, existe aí um enunciado elementar. Existem dois tipos de predicados básicos: *fazer* e *ser*, que, devemos dizer, não recebem tais denominações por acaso. Eles são a possibilidade de indicar transformações e estados, em um nível mais abstrato, anterior ao investimento da carga semântica que reveste a logicidade pretendida pela teoria nos níveis inferiores. Dessa forma, se existem esses dois predicados básicos, existem duas funções, que são chamadas /junção/ e /transformação/, indicando respectivamente *ser* e *fazer*. De forma bastante sintética, podemos dizer que elas indicam, respectivamente, que os actantes estão em conjunção ou disjunção ou que há mudança nessa junção.

Os actantes, que pertencem a uma sintaxe narrativa, são basicamente o sujeito e o objeto, que nada mais são do que relações abstratas sobre as quais recaem os investimentos semânticos. De acordo com Greimas e Courtés (2018), o conceito de actante “cobre não só seres humanos, mas também animais, objetos e conceitos”. Isto é, actante é um lugar de investimento semântico. Como diz Greimas (2014), é o valor subsumido ao enunciado de estado que nos permite considerar que um determinado sujeito e objeto existem semioticamente um para o outro. A existência semiótica é, portanto, uma relação estrutural. Os actantes, sujeito e objeto, da narração podem, ainda, ser transformados em actantes funcionais a depender da posição que assumem no interior de um percurso narrativo e do seu investimento modal.

Desse modo, o actante sujeito, por exemplo, será sucessivamente dotado de modalidades tais como as do *querer-fazer*, do *saber-fazer* ou do *poder-fazer*: nesse caso, o sujeito assume os papéis actanciais de sujeito do querer, sujeito do saber, sujeito do poder-fazer, os quais assinalam outras tantas etapas na aquisição da sua competência modal (preliminar à sua *performance*). (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 20).

A função do enunciado de estado estabelece uma relação conjunta entre sujeito e objeto. Dessa forma, o sujeito pode estar em conjunção ou disjunção com o objeto de valor, passando de um estado a outro através da transformação. A /transformação/, visando a um estado, pode ser definida como /fazer ser/ e a /junção/, sendo um estado, é o /ser do fazer/ ou /ser do ser/, ou seja, um predicado modifica outro, a fim de resultar em uma função. Essa regência de predicados se chama modalização. Chamamos atenção para esses predicados, pois eles já nos mostram a competência e a performance, encontradas nas estruturas narrativas. Não confundamos a competência com a junção e a performance com a transformação. Segundo Greimas (2014, p. 80), as funções são termos lógicos, sem a carga semântica que possamos atribuir à competência e à performance, por exemplo.

Os dois predicados podem ir regendo um ao outro, surgindo vários tipos de modalidades, como /ser fazer/, /fazer fazer/, /fazer do ser/, /fazer ser/ e outros. Em uma modalidade do /fazer fazer/, por exemplo, o modalizador visa a um outro fazer, mas é necessário que a competência do modalizado seja alterada, ou seja, a relação entre os fazeres é mediada pela transformação da competência. Barros (2001) diz que, no fundo, o manipulador /faz ser/, pois com sua ação de natureza cognitiva transforma o estado modal do manipulado, dando valores modais para que ele faça algo.

Sendo a competência pragmática, portanto, o /ser do fazer/, conforme Greimas (2014), ela é a instância anterior ao fazer e ao estado resultante dela. Ela pode ser sobremodalizada através de quatro modalidades: /querer/, /dever/, /poder/ e /saber/.<sup>6</sup> Cada uma delas pode ser considerada como um modo diferente de organizar a competência, portanto é possível projetar essas modalidades regendo ou o /ser/ ou o /fazer/ em um quadrado semiótico.

É importante que tenhamos em mente até aqui alguns conceitos, como actante, transformação, junção, competência, performance e modalidade. Para isso, tomemos um pequeno exemplo: “A princesa fugiu do castelo para se casar com o príncipe”. Nesse pequeno texto, vemos que “fugiu” revela, em profundidade, um fazer. O fazer, como vimos, é uma função; sendo uma função, devemos procurar os actantes que relaciona. Essa função relaciona princesa e castelo, pois ela entra em disjunção com o castelo. Podemos, então, concluir que princesa e castelo são actantes, em que princesa é o sujeito e castelo o objeto. Ora, se a princesa fugiu, ou seja, se o actante realizou um fazer, podemos concluir que esse actante o realizou porque sabia, podia e, já que nada nos indica o contrário, queria. Assim, princesa tem papéis actanciais definidos, como o sujeito do saber, por exemplo. Podemos ver, ainda, que, se ela precisou fugir para se casar, então estava em disjunção com seu objeto de valor. Dessa forma, realiza um fazer para transformar seu estado e entrar em conjunção com o valor, nesse caso, o príncipe. Se a princesa o fez porque queria e sabia, como vimos no seu papel actancial, então ela mostrou a competência para realizar uma performance, a qual, no fundo, alterou o seu estado. Por último, podemos ver que a competência pragmática, ou seja, o estado anterior a qualquer transformação, no caso da princesa, se resumiu a saber, poder e querer, os quais são modalidades que organizam a competência e mostram se a performance pode ou não se realizar. Isso porque a princesa poderia querer se casar com o príncipe mas não saber como fugir ou não poder fugir, o que indicaria que ela não tinha competência para realizar a performance.

Agora que já temos os conceitos de maneira mais clara, podemos continuar nossa exploração sobre as modalidades. Dentre as modalidades, – querer, dever, saber e poder -, o /querer/ e o /dever/ são chamados virtualizantes e dão a condição mínima para o fazer. Por isso, muitas vezes, as manipulações estão focadas em primeiro fazer com que um sujeito queira ou deva algo. Devemos entender, contudo, que a ordem em que essas modalidades aparecem no

---

<sup>6</sup> Essas modalidades foram estabelecidas por Greimas após um longo estudo. Ele chegou à conclusão de que elas são as modalidades base, presentes em qualquer texto.

percurso modal de um sujeito não é rígida; não há sempre um sujeito que quer ou deve para em seguida poder ou saber; podem existir histórias em que um sujeito possa, mas não queira. Por isso, Greimas (2014) estabeleceu uma confrontação das modalidades, propondo uma série de homologações. O pesquisador mostrou, como em um cálculo, de que maneira as modalidades podem se organizar e surgir, mostrando diferentes configurações programáticas, por exemplo, um sujeito que deve fazer e não pode não fazer.

A homologação das modalidades levou Greimas (2014) a avaliar tanto as compatibilidades e incompatibilidades das estruturas modais – verificando aquelas que poderiam ser inseridas em um mesmo programa de modalização –, quanto as denominações que poderiam ser dadas às modalidades. Conforme vemos no exemplo abaixo:



Fonte: Greimas (2014, p. 97)

Assim, poderíamos pensar, por exemplo, na distribuição dos papéis actanciais dos sujeitos do consentimento:



Fonte: Greimas (2014, p. 99)

Essa tipologia de sujeitos pode nos esclarecer certos aspectos da tipologia das culturas e, mais precisamente, a descrever as “atitudes” dos indivíduos em relação à sociedade. O que uma cultura valorizaria mais, por exemplo, se a obediência ativa ou a resistência passiva. Essa tipologia se mostra interessante principalmente se pensarmos que nossa pesquisa se volta justamente para o estudo de um tipo de sociedade. As articulações

internas dessa sociedade serão manifestadas justamente pela atitude dos indivíduos frente às imposições do poder central. Dessa forma, como veremos, podemos aplicá-la com grande proveito em nossa análise.

Greimas (2014, p. 101) ainda nos lembra que a confrontação das modalidades pode ser concebida de duas maneiras diferentes: a primeira maneira é “no nível da competência, ela determina os modos de ação eventuais e pode originar uma tipologia de papéis sociais” e a segunda, após a realização das performances. A partir da segunda maneira, podemos constituir uma grade no interior da qual poder-se-á exercer a sanção “(exames, rituais de iniciação, qualificação e reconhecimento dos sujeitos etc.)”, como uma veridicção para avaliar a competência dos sujeitos.

É importante destacar que as modalidades não só mostram a competência, mas podem ser vistas como valores, sejam estes descritivos (valores semânticos *stricto sensu*) ou modais. Assim, o /saber/ pode ser visto como um valor com o qual um sujeito quer estar em conjunção, sendo sobremodalizado, por exemplo, como /desejável/, ou seja, um /querer ser/.

O estudo das modalidades factivas, aliás, mostrou ao mestre lituano que todo enunciado modal que tem por predicado fazer e por sujeito  $S^1$  está apto a modificar outro enunciado de fazer, cujo sujeito é  $S^2$ . A relação factiva surge, então, como a relação entre dois sujeitos hierarquicamente distintos:  $S^2$ , sujeito modal, e  $S^1$ , sujeito de fazer. Assim,  $S^1$  fará  $S^2$  fazer algo. Ora, o /fazer fazer/ é a própria manipulação, como bem nos lembra Greimas e Courtés (2018, p. 302), “enquanto /fazer fazer/, a manipulação parece dever inscrever-se como um dos componentes essenciais do esquema narrativo canônico”. A manipulação, conforme Fiorin (2008a) e Barros (2005), é considerada a primeira etapa do percurso narrativo de ação (manipulação – competência – desempenho – sanção). A manipulação é, portanto, a ação de um homem sobre outros homens, podendo ser uma ação tanto pragmática, quanto cognitiva.

O fazer persuasivo torna-se estratégia de manipulação, avaliando quais objetos de valor o sujeito manipulado deseja ou teme. Por exemplo, afirmando que está em posse de um objeto que o sujeito quer muito, a fim de seduzi-lo, ou indicando tirar algum de seus objetos de valor, intimidando-o. A provocação, a tentação, a intimidação e a sedução são exemplos básicos de formas de manipular. Logo, podemos perceber que a manipulação está

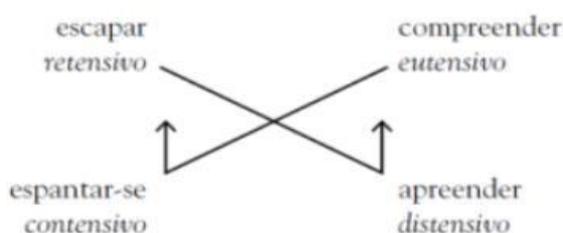
em tudo que possamos imaginar. Somos manipulados e manipulamos, não havendo forma de escaparmos desse /fazer fazer/.

### 3.3.1 O saber e o crer

O estudo aprofundado sobre a dimensão cognitiva do discurso, como atenta Greimas (2014), fez surgir o estudo de outra modalidade, o /crer/. Há no discurso um contrato fiduciário que nos faz entender o /fazer saber/ sobretudo como um /fazer crer/. Como lembra o autor, somos, muitas vezes, obrigados a constatar não somente que o saber instalado não consegue expulsar o crer, mas que o crer, às vezes, repousa, e mesmo se consolida, sobre a negação do saber.

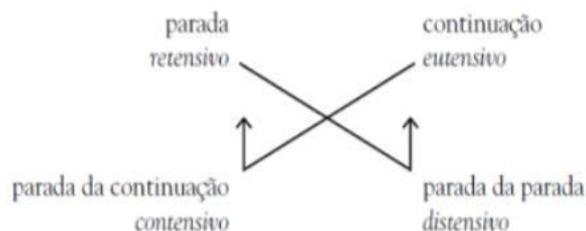
“Tudo se passa como se o crer e o saber estivessem alinhados em uma estrutura elástica que no momento de tensão se polarizasse produzindo uma oposição categórica, mas que ao relaxar chegasse ao ponto de confundir os dois termos.” (Greimas, 2014). Nesse sentido, o autor usará uma abordagem semiótica clássica no tratamento desses dois universos, isto é, colocará as modalidades em quadrados. Apesar de as modalizações aléticas serem estritamente categoriais, as modalizações epistêmicas são graduais, conforme Greimas (2014). Assim, pode-se /duvidar/ mais ou menos, por exemplo. Greimas, através do tratamento gradual das modalidades epistêmicas, mostra uma formulação que seria posteriormente conhecida como tipicamente zilberberguiana, em que os termos são colocados em pontas de um gradiente tensivo e comportam inúmeras gradações entre si.

Zilberberg, partindo de Greimas, constrói uma estrutura que denomina “quadrada cognição”, dando um trato tensivo à dimensão cognitiva:



Fonte: Zilberberg (2006, p. 198)

Esse quadrado, sobreposto ao quadrado tensivo – que representa a forma geral das estruturas cognitivas, consegue explicar o que Greimas denomina o “ato epistêmico” do sujeito. Segue abaixo o quadrado tensivo:



Fonte: Zilberberg (2006, p. 200)

Assim, Zilberberg, como afirmam Lopes e Beividas (2009), vem a complementar o ponto de vista categorial de Greimas. Nesse mesmo sentido, Fontanille se debruçará longamente sobre a dimensão cognitiva. O autor usará a modalidade como um elemento delineador da identidade do sujeito, aliada às diferentes gradações tensivas e à quantidade de objetos visados, por exemplo, o fanático, o crédulo e outros.

Fontanille (1982) dirá que a modalização própria aos objetos de crença é o /dever ser/, porque remete à dominação de um outro sujeito, e que a modalização própria aos objetos do saber é o /poder ser/, porque remete estritamente ao desejo de domínio cognitivo do sujeito  $S^2$  sobre o objeto. Assim, no universo do crer a relação mais característica é aquela entre sujeitos, uma ligação entre pessoas, e, no universo do saber, uma relação entre objetos, uma ligação entre ideias, segundo Fontanille (1982, p. 11).

As diferenças entre os dois universos de conhecimento, em profundidade, parecem depender da relação do sujeito a respeito do conhecimento, uma relação de dominação reversível. O sujeito em um mesmo universo cognitivo pode alternar entre os universos do saber e do crer. Ao homologar as modalidades referentes ao crer e ao saber, /dever ser/ e /poder ser/, Fontanille (1982) viu que se abre um percurso transgressivo de um sistema para outro, por exemplo, quando saímos do sistema do saber, cujo percurso é admitir – contestar – afirmar – recusar, para entrar no sistema do crer, cujo percurso é aceitar – duvidar – aderir – repelir. O sujeito oscila, muitas vezes, entre os dois no exercício de sua adequação cognitiva, em que crenças e saberes se virtualizam e atualizam, pois quando uma operação se atualiza em um sistema é virtualizada no outro. Essa passagem de um sistema ao outro pode ser vista quando o sujeito sai da dúvida indo à contestação e

refutação, saindo do crer em direção ao saber e vice versa. A contestação, aliás, é uma operação cognitiva própria do cético, que parece seguir a gradação tensiva de duvidar.

Fontanille (2016) distinguirá saber e crer recordando a possibilidade de vermos as modalidades como valores, quando projetamos os conteúdos modais sobre os gradientes de intensidade e extensidade. Isso é útil quando entendemos que essas modalidades podem, então, definir a identidade do sujeito. Assim, o sujeito que somente visa objetos cognitivos em intensidade máxima e quantidade mínima: “em se tratando de saberes, estaremos lidando com um erudito; em se tratando de crenças, teremos diante de nós um fanático.” (FONTANILLE, 2012, p. 228). O erudito faz uma triagem somente para incluir mais objetos cognitivos, assim seu posicionamento não interfere na sua relação com outros sujeitos, e também, não influencia no seu posicionamento em relação aos próprios objetos cognitivos. Já o fanático aplica uma forte triagem a outros universos de assunção, o que implica triar tanto os sujeitos cognitivos quanto os objetos cognitivos. Dessa forma, valorar os objetos cognitivos acarreta valorar os sujeitos que os assumem.

O fanático faz uma operação que lhe é bastante típica, o /crer saber/. Ele é um ignorante não pelo fato de não perceber o fenômeno, mas por seu fazer interpretativo ser deficitário. Ele é um refém de um fazer interpretativo sempre enviesado, para o qual as variações nas gradações (ritmo, andamento e tonicidade) associadas a essa modalidade não representa seu aperfeiçoamento ou melhora.

Uma diferença entre o fanático e o ingênuo, portanto, está no fato de o crer do fanático ser intenso, reduzindo seu campo de presença e o tornando pouco extenso, fazendo com que raros sejam os objetos de saber visados e poucos aqueles nos quais ele crê. Por outro lado, o crer do ingênuo é extenso, sua ligação é átona e pouco intensa. Assim, Cruz (2008) explica que o saber átono do ingênuo funciona como um inibidor da tensão de sua relação com o objeto, o que torna suas crenças voláteis, por isso da mesma maneira que as adquiriu pode perdê-las: “o saber átono explica ainda por que o investimento semântico dos objetos mostra-se secundário para o ingênuo que, ao contrário do fanático, tem um crer extenso, mas átono.” Cruz (2008, p. 2).

Outros casos marcados por Fontanille (2012) são: um sujeito que visa objetos cognitivos em quantidade máxima e intensidade mínima, teremos, no caso do saber, um sujeito “cultivado” e, no caso do crer, um sujeito “crédulo”. O sujeito “cultivado” não

marca seu posicionamento, em oposição ao sujeito “crédulo”, que, por estar sob o regime do crer, marca sua posição, mas não a deixa identificável, já que se desloca entre objetos, confundindo as fronteiras entre os universos de assunção.

Até aqui tivemos uma discussão, mesmo que sucinta, sobre as estruturas narrativas. Podemos passar, então, para o estudo da última etapa do percurso gerativo, a enunciação.

### **3.4 A enunciação**

Como vimos, na parte em que resumimos o percurso gerativo do sentido, a sintaxe do nível discursivo diz respeito às relações entre enunciação e discurso. Conforme Barros (2005, p. 53), “as estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação.”. É a enunciação que media as estruturas narrativas e discursivas.

Nesta seção, trataremos da sintaxe do nível discursivo. Portanto, veremos não só as relações entre enunciação e discurso, mas também entre enunciador e enunciatário. Entretanto, antes de tratarmos desses dois tipos de relações, precisamos estabelecer o que entendemos por enunciação. Tomamos aqui a definição de Greimas e Courtés (2018, p. 166), “[...] instância linguística, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que dela contém traços e marcas)”. Conforme Leite e Farias (2017, p. 177), “[...] isso equivale a dizer que somente temos acesso ao sujeito, tempo e espaço da enunciação por meio de marcas deixadas no enunciado.”. Assim, através de pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos e outros, vemos as marcas da enunciação no enunciado.

Devemos atentar, ainda, para o fato de que não vemos a enunciação propriamente dita, mas a enunciação enunciada, a qual é “o conjunto de marcas, identificáveis no texto, que remetem à instância da enunciação” (FIORIN, 2016, p. 31). Essa enunciação se opõe ao enunciado enunciado, “que é a sequência enunciada desprovida de marcas de enunciação” (FIORIN, 2016, p. 31). Barros (2002) diz que os textos em

primeira pessoa, mais subjetivos, são exemplos da enunciação enunciada, já os textos em terceira pessoa, mais objetivos, são exemplos de enunciado enunciado.

A enunciação é, portanto, sempre uma instância pressuposta. Isso quer dizer, conseqüentemente, que o sujeito da enunciação é também pressuposto. Livrando-se de todo psicologismo e ontologia, a semiótica não trata do autor real, mas de um autor implícito. O sujeito da enunciação é um sujeito lógico; mero efeito de sentido da organização discursiva. Logo, a identidade do enunciador é descoberta através de suas estratégias discursivas, como o contrato veridictório, os efeitos de sentido, figuras, temas e valores, por exemplo. Resumindo, “é no ato enunciativo que tanto o enunciado quanto o sujeito da enunciação são gerados.” (LEITE; FARIAS, 2017, p. 177)<sup>7</sup>.

Voltando-nos para as relações entre enunciação e enunciado, podemos perceber na primeira relação, entre enunciação e discurso, que existem diversas formas de projeções da enunciação. Essas projeções dizem respeito ao modo de fabricação do discurso, em que a enunciação projeta os actantes e as coordenadas espaço-temporais do discurso. Os mecanismos de projeção no discurso são dois: *debreagem* e *embreagem*.

A *debreagem*, segundo Greimas e Courtés (2018, p. 111), é “a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base”. A *debreagem* é, portanto, o que constitui o enunciado. Fazendo nossas as palavras de Fiorin (2016, p. 37), “Uma vez que a enunciação é a instância da pessoa, do espaço e do tempo, há uma *debreagem* actancial, uma *debreagem* espacial e uma *debreagem* temporal.” Há dois tipos de *debreagem*: enunciativa e enunciva. A primeira diz respeito a pessoa, tempo e local da enunciação. Um exemplo nos ajudará mais facilmente a entender: “Eu amo morangos”. Vemos que há um eu enunciador instalado no enunciado, assim como um verbo no presente que indica concomitância com o momento da enunciação, o que demonstra que há uma *debreagem* actancial e temporal enunciativa. Tanto as *debreagens* temporal e espacial são consideradas enunciativas se estiverem em relação ao tempo e espaço da enunciação. Já a *debreagem* enunciva é aquela em que são colocados o actante, o tempo e o espaço do enunciado. Por exemplo, “Era tarde da noite quando K. chegou. A aldeia jazia na neve

---

<sup>7</sup> É interessante que o leitor verifique o verbete Enunciação em Greimas e Courtés (2018) para um maior entendimento sobre enunciação.

profunda.” (KAFKA, 2008, p. 7). Nesse trecho, vemos o ator K., que foi instalado no enunciado. Da mesma forma, o tempo não é aquele em relação à enunciação, mas em relação a algo instalado no enunciado, que é a chegada de K. O lugar “aldeia” também está instalado no enunciado, sem fazer relação com o local da enunciação. Trata-se, portanto, de uma “demarcação constituída no texto” (FIORIN, 2016, p. 39).

Essas duas debreagens causam dois efeitos de sentido: subjetividade e objetividade. Como já falamos, a enunciação enunciada que se refere à debreagem enunciativa produz o efeito de subjetividade. Já o enunciado enunciado que se refere à debreagem enunciativa cria o efeito de objetividade. Para que esses dois efeitos não se confundam, conforme Fiorin (2016), é necessário distinguir os níveis de enunciação. Isso porque o enunciador é uma instância pressuposta no enunciado que instala no texto um “eu”, chamado narrador, para relatar. O enunciador é da instância da enunciação, portanto, na medida em que ele instala uma instância que, apesar de narrar, não se refere à enunciação, no caso da debreagem enunciativa, cria-se o efeito de sentido de que não há um eu que relata, mas parece que a informação fala por si. Esse distanciamento entre enunciação e enunciado é que cria o efeito de objetividade.

O primeiro nível tem como actantes o enunciador e o enunciatário. Eles correspondem a uma espécie de autor e leitor implícitos. São sempre pressupostos. O segundo nível é o do destinador e destinatário instalados no enunciado, os quais são o narrador e o narratário. São os sujeitos delegados do enunciador e do enunciatário. Nesse sentido, o texto que lemos, seja ele em primeira ou terceira pessoa, está sendo contado por um narrador, o qual implica um enunciador. Logo, nos exemplos que demos para ilustrar as debreagens vemos um narrador que diz eu ou que diz ele. É interessante notarmos que, ao instalar o narrador para relatar de um modo determinado, o enunciador está usando algumas estratégias, relativas a sua manipulação, a qual ficará mais clara quando falarmos da relação enunciador e enunciatário. O terceiro nível da hierarquia surge como uma debreagem interna, ou seja, quando o narrador dá voz a um actante do enunciado, instaurando um diálogo. Nesse nível, os actantes que recebem voz são chamados de interlocutor e interlocutário. Por exemplo: “Já Frieda não mencionou K., foi o hospedeiro afinal que teve de fazê-lo. – E onde está o agrimensor? – perguntou” (KAFKA, 2008, p. 51). O trecho em questão, extraído do romance que analisaremos, narrado em terceira pessoa, mostra o actante hospedeiro que recebe a voz, em um discurso direto; ele tem um turno de voz,

indicado pelo travessão. Sendo que o interlocutor se dirige a outro actante do enunciado, instaura-se Frieda como o interlocutário.

Entendendo agora as debreagens, os efeitos de subjetividade e objetividade e a diferença de níveis, indicando a delegação de vozes no discurso, passemos para o estudo da embreagem. Ao contrário da debreagem, que instala ou projeta no enunciado a pessoa, o tempo e o espaço da enunciação, a embreagem neutraliza as categorias de pessoa, tempo e espaço, causando um efeito de retorno à enunciação. Um exemplo torna as coisas mais claras. Uma mãe conversa com seu filho dizendo: “a mamãe te acha fofo”. Nesse caso, a mãe, ao invés de dizer eu, usa a terceira pessoa. Isto é, o eu que deveria ser usado é substituído por um ele, o que neutraliza o eu. A debreagem que instalaria primeiramente esse eu está implícita, como se a embreagem, ao utilizar a terceira pessoa, no exemplo, dissesse que existe uma debreagem que a precede, mas que “prefere” outra pessoa que não aquela da debreagem, a fim de causar outros efeitos de sentido. A embreagem, assim como a debreagem, envolve pessoa, tempo e espaço. Portanto, há uma embreagem actancial, temporal e espacial.

Além dos mecanismos de projeções da enunciação, debreagem e embreagem, e a delegação de voz, é preciso discutir a delegação do saber. Há narradores que sabem e os ignorantes, por exemplo. Há também uma variação no objeto de saber: se sabe sobre as paixões, competências ou fazeres. “A combinação desses elementos de saber daria a classificação em narrador onisciente ou não onisciente, entre difusão (onisciência multisseletiva) ou concentração de saber.” (FIORIN, 2016, p. 91). Existe uma voz que narra e uma perspectiva através da qual se relata. Existem, portanto, duas instâncias, o narrador e o observador. O observador é colocado no enunciado pelo enunciador para o fazer cognitivo. Ele é o ponto de vista que orienta a narrativa, podendo ser o do narrador ou de uma das personagens. Assim, a função de falar é do narrador; a de ver e ouvir pertencem ao observador. “Os dois podem estar em sincretismo, mas são completamente distintos em sua função” (FIORIN, 2016, p. 95). Por exemplo, “K. ouviu essa notícia com muito gosto, pediu-lhe que não fosse buscar cerveja mas o acompanhasse até o albergue, trabalhos importantes ainda o esperavam lá. Mas verificou-se então que ela não queria ir tão longe [...]” (KAFKA, 2008, p. 41). Vemos aqui que o não querer algo, por exemplo, é algo sabido pelo observador. O fato de não ser mostrado como foi verificado ou quem verificou

o não querer mostra uma limitação do saber do observador, não do narrador, o qual só relata.

O observador pode ainda ter uma focalização parcial ou total. Na focalização parcial, podemos ver uma focalização interna ou externa. Na focalização parcial interna, “o narrador sabe mais que o personagem” (FIORIN, 2016, p. 96). O que caracteriza a focalização interna é a possibilidade de se alterar o discurso, mudando somente os pronomes gramaticais, sem haver incongruência semântica. Por exemplo, “[...] disse K. satisfeito com esse anúncio” (KAFKA, 2008, p. 291). Nesse exemplo, K. poderia ser substituído pelo pronome sujeito eu sem qualquer alteração no resto da sentença. Já na focalização parcial externa, vemos apenas as ações das personagens, sem sabermos de seus sentimentos e pensamentos. “Focaliza-se a exterioridade da cena e não se vê a partir do íntimo do observador” (FIORIN, 2016, p. 97). Por fim, a focalização total, a qual não é nem o exterior nem o íntimo das personagens, revela um observador que sabe mais que os personagens, conhecendo suas ações, sentimentos e pensamentos. Há, contudo, segundo Fiorin (2016), a possibilidade de acontecer uma violação no ponto de vista. Por exemplo, a novela *O assassinato de Roger Ackroyd*, em que há uma focalização interna, mas o assassino em nenhum momento pensa no que fez. Essa violação acontece, muitas vezes, para causar os mais diversos efeitos de sentido, como, por exemplo, ironia.

Até aqui tratamos da primeira relação, sendo ela a relação entre enunciação e discurso. Quanto à segunda relação, entre enunciador e enunciatário, devemos saber que o enunciador é um manipulador, que tenta convencer o enunciatário de determinados valores para levar o enunciatário a crer. Estabelece-se um contrato que diz como o enunciatário deve ler a verdade. Esse contrato se baseia na cultura, formação ideológica, o tipo de discurso e outros, porquanto uma receita e uma notícia requerem contratos diferentes, por exemplo. Nesse sentido, o enunciatário encontrará marcas de como ler o discurso a fim de considerá-lo verdadeiro, falso, mentiroso ou secreto. Conforme Barros (2001, p. 93),

A interpretação depende, assim, da aceitação do contrato fiduciário e, sem dúvida, da persuasão do enunciador, para que o enunciatário encontre as marcas de veridicção do discurso e as compare com seus conhecimentos e convicções, decorrentes de outros contratos de veridicção, e creia, isto é, assuma as posições cognitivas formuladas pelo enunciador.

Assim, o enunciador cria efeitos de sentido de verdade ou falsidade. Os discursos parecem verdadeiros, não necessariamente o são. O enunciador irá manipular o enunciatário a querer ou dever, ou então, saber ou poder. No primeiro grupo encontramos uma propaganda ou discurso didático. Já no segundo, uma receita de cozinha, por exemplo.

Quanto ao contrato veridictório, podemos nos basear em Fiorin (2008b) para falar sobre três tipos de contratos. O primeiro contrato é aquele em que reconhecemos as obras realistas ou naturalistas. O enunciador apaga as marcas da enunciação ao fazer uma debreagem enunciativa e faz descrições detalhadas e abundantes das expressões do mundo natural. Há uma preocupação em encontrar o vocabulário preciso. Essas são as marcas principais desse contrato. No segundo tipo de contrato, reconhecemos os textos da era romântica, por exemplo. Neles há uma idealização dos personagens. Todo o “real” é construído a partir da subjetividade do narrador. Os adjetivos, por exemplo, de caráter mais subjetivos são abundantes nesse contrato. O terceiro contrato é marcado pelo pressuposto de que a relação homem/mundo se dá por meio da linguagem. A verossimilhança é algo que se constrói no próprio texto, não como uma adequação ao referente, segundo o primeiro contrato. O terceiro contrato trabalha com a instabilidade e a imprecisão, pois não há uma instância narrativa que possa afirmar a verdade dos fatos. Ao contrário do primeiro contrato, o qual se pretende sério e grave, este se pretende brincalhão e irônico. Um exemplo desse último contrato está nos textos de Machado de Assis, em que o narrador interfere na obra, confundindo, como em *Dom Casmurro*, interferindo na obra e comentando sobre a escrita.

Tendo entendido essa parte da sintaxe discursiva, podemos adentrar no estudo da semântica discursiva. Nela teremos muito mais clareza de como o enunciador dá concretude ao discurso, criando um “mundo” extremamente fiel à realidade ou completamente abstrato, por exemplo. É através das figuras e dos temas que o /dever/ do nível narrativo, por exemplo, passa a ser representado, ou melhor dizendo, figurativizado ou tematizado como trabalho, funcionário, empresa, burocracia e outros. Por isso, é nesse nível que veremos com maior precisão a posição ideológica do enunciador.

### **3.5 Figuratização e Tematização**

De acordo com Greimas e Courtés (2018, p. 212), “o qualificativo figurativo é empregado somente com relação a um conteúdo dado [...], quando este tem um correspondente no nível da expressão da semiótica natural.” Nesse sentido, podemos entender a denominação, figuratividade, como a maneira de o método semiótico tratar de referência.

Shimoda (2020, p. 37) afirma que a figuratividade tem a ver com a reconstrução linguística: “não se trata simplesmente de transplantar, dentro dos textos-enunciados, uma coleção de objetos já pré-prontos”. Trata-se da linguagem reconstruindo o mundo, por isso há diferentes graus de adesão ao mundo assumido como real, visto que existe uma espécie de “largo espectro contínuo”, segundo Shimoda (2020, p. 37), que vai das figuras mais densas às, mais rarefeitas. Considerando-se o mundo natural uma semiótica, ou seja, comportando um plano da expressão e um plano do conteúdo, podemos entender a relação discurso e mundo da percepção como o encontro entre duas semióticas, conforme Bertrand (2003). Logo, ao percebermos o mundo, já atribuímos um sentido a ele, por isso o autor afirma que as “propriedades sensíveis” são inseparáveis das “propriedades discursivas”. Shimoda (2020, p. 38) corrobora afirmando que se trata “da interface de conversão de figuras do mundo, alimentadas pelo ato perceptivo, em figuras do discurso, já autônomas e emancipadas de seu substituto natural imaginário.” Assim, uma vez que percepção e linguagem estão tão imbricadas, o repertório de figuras tende a coincidir com os objetos que povoam o mundo do senso comum. Nesse sentido, as figuras só são apreendidas de forma inteligível graças à mediação de estruturas de linguagem. O repositório figurativo é intermediado por formas languageiras, assim como os códigos culturais que lhes são correlatos (SHIMODA, 2020, p. 40). Destarte, a figura depende de um discurso particular; reconhece-se, assim, seu estatuto de construto linguístico, e não mais de pré-dado natural.

A ilusão referencial ou efeito de realidade, pelo qual a figuratividade é responsável, tem a ver com um encadeamento isotópico de figuras, correlativo a um tema dado, segundo Greimas e Courtés (2018, p. 213). A isotopia, como diz Bertrand (2003, p. 421), é a recorrência de elementos de significação qualquer que seja seu nível de construção.

Assim, veremos que há uma associação de figuras – própria de um universo cultural determinado –, em que, uma vez lançada, a primeira figura irá exigir a presença de alguns traços e excluir outros nas figuras que a sucederem, restringindo assim o inventário

possível de figuras que podem ser convocadas (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 213). É interessante salientar que a isotopia dirige a leitura, no sentido de encaminhar para uma interpretação. Assim, muitas vezes, a divergência de opinião é resultado de uma seleção diferente de isotopia. Por exemplo, um mal entendido pode ser consequência de escolhas diferentes de um núcleo isotopante.

Como diz Bertrand (2003), é possível criar uma “leitura forçada”, em que o enunciatário atualiza semas compatíveis com uma isotopia presumida. Por exemplo, a interpretação da famosa frase de Chomsky “As ideias verdes incolores dormem furiosamente” pode ser feita de maneira que a palavra “ideias” seja reconhecida como núcleo isotopante /política/; o que levaria, assim, “incolores” a ser interpretado como “nem de esquerda, nem de direita”; e todo o resto seguiria essa interpretação. Esse jogo interpretativo confirma a existência de um espaço fiduciário, que comanda a interpretação dos enunciados. Conforme Shimoda (2020), as figuras precisam ser validadas pelo enunciatário, pois há um crer-verdadeiro que enleia enunciador e enunciatário.

As isotopias são, na maioria das vezes, complexas e estão dentro das realidades textuais. Bertrand (2003) diz que a leitura é, muitas vezes, o reconhecimento e hierarquização de isotopias. Assim uma isotopia regente mais profunda será isolada e dominará os conjuntos de isotopia de nível superior.

Existem dois tipos básicos de isotopias, as figurativas e as temáticas. As primeiras concernem, antes de mais nada, aos atores, ao espaço e ao tempo, sendo distintas das segundas, que são mais abstratas, e estabelecidas pela leitura a partir da superfície figurativa. Tomemos o exemplo de Barros (2001) para mostrar os dois tipos de isotopias em um texto:

Rios sem discurso

Quando um rio corta, corta-se de vez  
o discurso-rio de água que ele fazia;  
cortado, a água se quebra em pedaços,  
em poços de água, em água paralítica.  
Em situação de poço dela mesma,  
E porque assim estanque, estancada;  
E mais: porque assim estancada, muda,  
E muda porque com nenhuma comunica,  
porque cortou-se a sintaxe desse rio,  
o fio de água por que ele discorria.  
O curso de um rio, seu discurso-rio,  
chega raramente a se reatar de vez;  
um rio precisa de muito fio de água

para refazer o fio antigo que o fez.  
 Salvo a grandiloquência de uma cheia  
 lhe impondo interina outra linguagem  
 um rio precisa de muita água em fios  
 para que todos os poços se enfrasem:  
 se reatando, de um para outro poço,  
 em frases curtas, então frase e frase,  
 até a sentença-rio do discurso único  
 em que se tem voz a seca ele combate.  
 (MELO NETO, 1985).

As palavras: rios, (dis)curso, corta, água, poços, estanque e outras são figuras que fazem surgir uma isotopia de água, em que é possível ler a história dos rios do Nordeste, interrompidos pela seca. Já as figuras e sentenças: discurso, isolada, situação dicionarária, com nenhuma comunicação, linguagem e outras remetem a uma isotopia figurativa de palavra. Essas duas isotopias, como podemos observar, se conectam através do verbete discurso. As duas leituras podem ser feitas porque os traços figurativos garantem isso, porquanto verbos como cortar ou correr nos levam à oposição, por exemplo, continuidade vs descontinuidade, em que água e discurso continuam ou discorrem ou o fio de água se quebra e a sintaxe é cortada. Tanto a isotopia da água quanto a da palavra são recobertas por isotopias temáticas. “A água recobre o tema da produção da vida, num trabalho miúdo e sem parada da natureza, e a palavra investe o tema da criação operada pelo homem.” (BARROS, 2001, p. 127).

Existem múltiplas possibilidades de figurativizar um único e mesmo tema, pois pode estar subjacente a diferentes percursos figurativos. Por exemplo, o tema “sagrado” pode ser assumido por figuras diferentes, como “padre”, “sacristão” ou “bedel”. De acordo, com a figura escolhida todo o desdobramento figurativo será afetado, como ação, lugar e tempo, conforme Greimas e Courtés (2018).

Os autores apontam ainda que “em certos casos, a isotopia figurativa não tem nenhum correspondente no nível temático”, por exemplo, uma receita culinária que remete à isotopia muito geral do culinário, mas não se liga a nenhum termo preciso. Assim também, pode acontecer de uma isotopia figurativa corresponder a uma isotopia temática, como “a isotopia fornecedor/consumidor é ilustrada como um conjunto de comportamentos somáticos do Ogro e do pequeno polegar”. Pode-se estabelecer, portanto, que a isotopia mais profunda pressupõe uma de superfície, e não o contrário. Os autores ainda falam que pode acontecer de diversas isotopias figurativas corresponderem a uma única isotopia temática.

Até o momento, vimos como se produzem as impressões referenciais. Resta-nos ver como podemos explorar os componentes figurativos da expressão linguística. Bertrand (2003) coloca iconicidade e abstração como as duas formas de explorar esses componentes. Trata-se dos graus de figuratividade. Por exemplo, um lógico, ao apresentar a ossatura de seu raciocínio, não nos faz imaginar um mundo concreto onde se realiza essa organização. Os elementos figurativos, embora presentes, estão de alguma forma suspensos ou em segundo plano. Esse é o caso da abstração, que se forma quando a densidade sêmica é baixa, ou seja, pode existir uma larga faixa de variações semêmicas e os contextos de uso são abertos.

O contrário da abstração, a iconicidade, se forma quando a densidade sêmica dos traços é elevada. Em outras palavras, o semema escolhido admite poucas variações sêmicas e suas associações são bastante restritivas. Por exemplo, a palavra “gradador”, do *Germinal*, de Zola, cujo semema designa uma coisa e somente ela, num contexto sociocultural preciso. É interessante citar o romance, pois como Bertrand (2003) afirma, a história cria um universo semântico fechado, em que os valores são equivalentes, substituíveis. Assim, as variações estão sujeitas somente a esse universo, o que representa uma máxima iconização.

Assim, podemos notar que a iconização “é um arranjo particular dos conteúdos figurativos virtuais no ato de sua discursivização.” (BERTRAND, 2003, p. 212), que ocorrerá se os traços que o formante reúne forem suficientes para permitir a interpretação como representante de um objeto do mundo natural. Por outro lado, a abstração apresenta figuras que não criam imagens de um universo particular, o que lhe confere uma universalidade na interpretação. Alguns exemplos de abstração são os discursos científicos, filosóficos e retóricos.

A tematização consiste em dotar uma sequência figurativa de significações mais abstratas. Sua função é alicerçar os seus elementos e uni-los, indicar sua orientação e finalidade, ou inseri-lo num campo de valores cognitivos, conforme Bertrand (2003). Dessa forma, a figuratividade precisa ser assumida por um tema. Algumas vezes a significação do tema pode se manifestar de maneira explícita, por meio de um termo abstrato que condensará um conjunto de sequências figurativas. Segue um exemplo abaixo:

‘a mãe tinha uma aversão terrível à caçula. Ela a obrigava a comer na cozinha e a trabalhar sem descanso. Entre outras coisas, a pobrezinha era obrigada duas vezes por dia a ir buscar água a mais de meia légua de casa.’. O desenvolvimento figurativo e

a precisão icônica (mais de meia légua) confirmam e intensificam o conteúdo temático-passional aversão. (BERTRAND, 2003, p. 213)

Concluimos que as isotopias, figurativas e temáticas, são o modo de produzir organizadamente as impressões referenciais. Não em todos os casos elas se correspondem, podendo haver desde um tema tão geral que é difícil identificar com precisão até um tema manifestado de maneira explícita. A figurativização é uma propriedade semântica fundamental da linguagem e nos mostra como discurso e mundo se relacionam, assim como é um processo gradual sustentado de um lado pela iconização, que garante a semelhança com as figuras do mundo, e, de outro, pela abstração, que delas se afasta. Do mesmo modo, a tematização é o alicerce da figuratividade. Assim, apesar de por vezes não explícito, sempre há um tema.

Após entendermos o percurso gerativo do sentido, passamos para a última parte teórica que se mostra essencial para a análise: a intolerância. Haja vista que a intolerância incorpora todos os elementos do percurso gerativo, a colocamos como o último ponto de explanação teórica neste capítulo.

### **3.6 Intolerância**

Barros (2008, 2011) estabelece quatro tipos de procedimento para avaliar os discursos intolerantes: o exame narrativo, os percursos passionais, temas e figuras e a organização tensiva. Apesar de a autora não estudar diretamente o lexema intolerância nesses textos, cremos que esses procedimentos são suficientes para caracterizar não só os discursos intolerantes, mas a própria intolerância, enquanto um tema que perpassa os mais diversos discursos, até mesmo aqueles que caracterizam formas de governo. Dessa maneira, levamos as características que marcam os discursos intolerantes para além do objetivo inicial da pesquisadora, encontrando-as também em uma forma de governo.

O exame narrativo nos mostra que a intolerância é uma sanção negativa. O destinador julga e pune o destinatário de acordo com seu contrato social, assim, ele considera o destinatário como um mau cumpridor do contrato. Alguns exemplos de contratos sociais, como lembra Barros (2011), são o branqueamento da sociedade, pureza

da língua e heterossexualidade, conseqüentemente, aquele que descumpre o contrato é um preto ignorante, judeu perigoso, índio bárbaro ou homossexual pervertido. Esses “maus cidadãos” recebem punições que podem ir desde a perda de direitos até a morte.

Quanto aos percursos passionais, há uma predominância de “paixões malevolentes (antipatia, ódio, raiva, etc.)”, segundo Barros (2016), assim como o medo do diferente. Os sujeitos intolerantes são sempre sujeitos apaixonados, querendo fazer mal àqueles que descumpriram o contrato e sentindo medo do que o diferente pode causar. Seu ódio sempre está em oposição ao seu amor a algo, por exemplo, o sujeito odeia o estrangeiro, mas ama sua pátria. “É esse jogo entre o querer fazer mal e o querer fazer bem que caracteriza passionadamente o sujeito apaixonado intolerante.” (BARROS, 2011, p. 6). Há duas etapas: a do preconceito, que caracterizamos acima, em que o sujeito rejeita o outro, e a da intolerância propriamente dita, em que o sujeito passa à ação. São ações apaixonadas de vingança ou revolta, que se distinguem da justiça desapaixonada.

O outro é considerado um antissujeito que disputa os valores com o sujeito intolerante. Dessa maneira, o medo do diferente, de sua violência ou imoralidade, por exemplo, e do que pode causar, como falta de emprego, de segurança e outros, são justificados socialmente. Mesmo que o medo seja disfórico e a coragem eufórica, conforme Barros (2011), o perigo que o outro representa acabam por se sobrepor à disforia do medo.

Segundo Barros (2011, p. 12), “Muitos governantes e partidos políticos têm usado o medo que incutem na população, sob a forma de um saber sobre os riscos da imigração, para justificar ações intolerantes contra imigrantes.” É interessante relacionar essa estratégia com as usadas por ditadores totalitaristas, como Hitler, que diziam, por exemplo, que o judeu era um perigo para o desenvolvimento mundial<sup>8</sup>. Assim, o medo que se tinha dos judeus, assim como o medo que se tinha do governo, “justificavam” as atrocidades dos nazistas. Os sujeitos intolerantes, então, estão intensificados pelas paixões. Conforme Barros (2016, p. 8), “As paixões do medo do diferente provocam as paixões do ódio ou somam-se a essas paixões malevolentes e fazem crescer de intensidade os percursos passionais e as ações intolerantes.”

O terceiro procedimento diz respeito às figuras e aos temas, que, nos discursos intolerantes, estão relacionados à oposição semântica fundamental entre igualdade ou identidade e a diferença ou alteridade. Essas diferenças podem ser de etnia, religião, gênero

e outras. É muito comum que o diferente perca seus atributos de ser humano, sendo sempre considerado como um animal, louco ou doente. Bueno (2006, p. 29) corrobora com o assunto afirmando: “O outro deve ser eliminado para se eliminar a ameaça de dissolução da identidade do grupo”. Há sempre uma forte tendência à identidade exclusiva, pois o intolerante crê em suas certezas e valores de maneira intensa. Essa intensidade se relaciona ao que já falamos sobre o crê do fanático, que tem um crer intenso e pouca extensidade. Ou seja, além de a alteridade tem de estar somente subentendida, sua manifestação é completamente rejeitada, o sujeito intolerante se mostra como um fanático.

O último procedimento é a organização geral tensiva. Barros (2011) diz que os discursos intolerantes são sobretudo discursos do acontecimento, pois têm um caráter fortemente passional e de reação ao inesperado. Entretanto, alguns deles assumem uma orientação mais inteligível e racional. Ou seja, são discursos do exercício, de fatos mais extensos e ordinários, cuja organização é mais causal. Os discursos intolerantes baseiam-se, não raro, em discursos científicos, por exemplo, o discurso racista que se baseia em teorias da biologia e da genética. Barros (2011) afirmará, então, que existem aqueles discursos intolerantes que se apresentam como discursos do acontecimento e outros que se constroem como discursos do exercício. De acordo com Barros (2011, p. 17):

O discurso do exercício é o discurso dos fatos extensos e ordinários, que se caracteriza pela organização mais racional e casual da dependência – se A, então B –, como ocorre com os discursos históricos, no dizer do autor. O discurso do acontecimento, por sua vez, é o dos fatos intensos e extraordinários, que apresenta organização mais passional e concessiva – B, apesar de A –, como nos discursos míticos.

Pensar nos conceitos de triagem e mistura, também da semiótica tensiva, levou Barros (2016) a considerar as formas mais violentas de intolerância, ou seja, em uma exacerbação da intolerância. Muitas vezes, os sujeitos tornam a quebra dos contratos como intoleráveis, mostrando uma intolerância ao intolerável, por isso se acham justificados. Os valores de absoluto, de unicidade, de pureza e de exclusividade, próprios da triagem, acabam por ser exacerbados. O limite da triagem é a ausência de qualquer impureza ou, em outras palavras, de qualquer diferença. Para tanto, a triagem é reiterada em uma triagem da triagem, conforme Barros (2016), o que muitas vezes acaba gerando violência. Dessa maneira, a existência de qualquer pluralismo e a relativização de identidade e alteridade são

consideradas inaceitáveis, portanto não há mistura. Fazendo nossas as palavras de Bueno (2006), somente há “a identidade exclusiva e a alteridade absoluta”. Esse extremo da triagem, aliás, parece ser uma característica principal dos regimes totalitaristas, que não aceitam qualquer diferença, pretendendo a uma identidade una, controle total e valores exclusivos do destinador, conforme veremos no próximo capítulo.

Vimos, então, que a intolerância sanciona o diferente, pois este é um mau cumpridor do contrato social; há o ódio e medo desse descumpridor, que é visto como antissujeito. Todos devem cumprir esse contrato para que possam ser considerados humanos. Assim, seu descumprimento faz o desobediente ser considerado irracional, por exemplo. Não há espaço para mistura de elementos, mas sempre uma triagem, que se exacerbada pode levar os sujeitos a uma sanção pragmática, eliminando o diferente.

Acreditamos que até aqui conseguimos de maneira sintética apresentar ao leitor a parte da teoria que usaremos nas análises que se seguem. Portanto, podemos passar agora para o estudo do totalitarismo, ou melhor, para uma análise semiótica do totalitarismo.

#### 4 ELEMENTOS TOTALITARISTAS

Este capítulo busca os meios semióticos para a abordagem do totalitarismo em *O Castelo*, que será o objeto do Capítulo 5. Para tanto, buscaremos traçar aproximações entre os conceitos de Arendt (1989) e Friedrich e Brzezinsk (1965) e a teoria semiótica a fim de construir as bases para o tratamento dos elementos totalitaristas que serão identificados no romance. Entenda o leitor que não nos interessa aqui saber como se chega ao totalitarismo, ou seja, seu antes ou origem. Interessa-nos o totalitarismo enquanto forma de governo acabada ou já estabelecida, porquanto nosso *corpus* mostra uma espécie de sociedade estabilizada, em que não há revolução ou reivindicação. Portanto, ao ler este capítulo, o leitor deve ter em mente que não abordaremos como se manipula o povo para que se chegue ao totalitarismo, isto é, não abordaremos um /fazer crer/ que leve ao crer que estabelece esse regime, pois se tratamos de um totalitarismo já instalado, pressupõe-se que o povo encontra-se manipulado. Não queremos com isso dizer que não há manipulação, conforme será visto, mas que tratamos do que já é, não do que foi ou como passa a ser.

A primeira coisa que devemos dizer sobre o totalitarismo é que não deve ser confundido com as tiranias, ditaduras e autocracias. Chamar o totalitarismo de qualquer uma dessas formas de governo é “uma espécie de elogio”, como afirmam Friedrich e Brzezinski (1965, p. 161). Essa comparação levaria a amenizar um aspecto central no totalitarismo que é o de um domínio total, o que faz dele a única forma de governo com a qual não é possível coexistir, conforme Arendt (1989). Esse adjetivo, “total”, aliás, sugere a oposição entre máximo e mínimo. Assim há uma espécie de variação de domínio, isto é, de um governo que controla tudo, nada ou pouco, o que poderíamos chamar de variações tensivas de controle. Dessa maneira, o domínio total corresponderia ao controle máximo. As variações tensivas de controle, portanto, são nosso primeiro indício de diferenciação entre as formas de governo mencionadas. Porém mais pode ser dito para a análise e a diferenciação dessa forma de governo. Assim, voltamo-nos para os aspectos identificados por Arendt (1989) e Friedrich e Brzezinski (1965). Aquela diz que a ideologia e o terror são o que definem o totalitarismo; estes apresentam seis aspectos: ideologia, partido unicamente dirigido por um só homem, polícia terrorista, monopólio de comunicações, monopólio de armamentos e economia centralizada.

Por considerarmos mais didático e completo, verá o leitor que organizamos nossa exposição, neste capítulo, em torno de Friedrich e Brzezinski, uma vez que não só abrangem os aspectos de Arendt (1989), mas também, porque, se tomarmos por base esses aspectos, veremos que nem despotismos orientais, nem as monarquias ou tiranias do passado mostram essa combinação de aspectos, destacando assim, definitivamente, o totalitarismo dos demais regimes. As ditaduras e tiranias podem chegar a apresentar alguns desses elementos, mas não todos ao mesmo tempo, segundo Friedrich e Brzezinski (1965). Talvez por isso mesmo não tenham chegado a atingir o controle total, visto que esses aspectos podem também ser vistos como meios para tal fim. Saiba o leitor, no entanto, que Arendt (1989) explana com mais detalhes o terror e a ideologia. Portanto, apesar de os dois elementos já estarem em Friedrich e Brzezinski, achamos essencial nos utilizarmos da pesquisadora.

Antes de determo-nos um pouco mais nos aspectos de Friedrich e Brzezinski, não podemos deixar de citar a diferenciação apontada por Arendt (1989). A autora afirma que há diferentes tipos de hierarquia: aquelas nas quais os funcionários têm o mesmo poder e autoridade de quem os nomeia – trata-se de hierarquias reguladas, provavelmente por uma lei –, e há as hierarquias do totalitarismo:

Uma escala de comando hierarquicamente organizada significa que o poder do comandante depende de todo o sistema hierárquico dentro do qual atua. Toda hierarquia, por mais autoritária que seja em seu funcionamento, e de toda escala de comando, por mais arbitrário e ditatorial que seja o conteúdo das ordens, tende a estabilizar-se e constituiria um obstáculo ao poder total do líder de um movimento totalitário. Na linguagem dos nazistas, é o ‘desejo do Führer’, dinâmico e sempre em movimento que é a ‘lei suprema’ num Estado totalitário. (ARENDR, 1989, p. 319, grifo nosso).

Como podemos observar, então, os seguidores que compõem a hierarquia totalitarista são treinados com o único fim de transmitir o desejo do Líder. A concentração de poder é, portanto, evidente. Ora, dentre os seis aspectos de Friedrich e Brzezinski (1965), não podemos deixar de notar que três deles poder ser caracterizados como formas de monopólio. Destarte, tanto Arendt (1989), no trecho citado, quanto Friedrich e Brzezinski (1965), em seus aspectos, nos apresentam a concentração de poder, ou melhor, o controle como uma característica do totalitarismo. Agora que já sabemos como considerar o totalitarismo, voltemo-nos para os aspectos.

#### 4.1 O ditador, o partido e a juventude

Indícios mostram que o ditador, dos regimes totalitários de que temos notícia, detinha o poder absoluto, apesar de contar com um partido que o mantinha no poder. O ditador, então, é aquele que manda, que põe os valores em jogo; ele é o destinador. Conforme vimos no capítulo anterior, o destinador é a instância que manipula e coloca valores no campo de presença do sujeito. O que devemos destacar aqui é o “poder absoluto”, pois ao colocar o adjetivo “absoluto” o destinador não rivaliza com um antidestinador. Este se torna tão enfraquecido a ponto de desaparecer o antagonismo. Ou seja, não há qualquer outra instância que possa oferecer valores e manipular o sujeito, tornando-o, portanto, um prisioneiro. Se trouxermos esse caso para a semântica discursiva, veremos que o sujeito pode ser figurativizado como um ser humano. O ser humano tem vários destinadores, como os pais, a sociedade e o governo, por exemplo. No caso em questão, o ser humano tem somente um destinador, o líder ou ditador. Entretanto, aos olhos de quem está dentro do regime, não se trata de uma prisão, pois o líder e os liderados possuíam um vínculo que fez com que criassem uma ligação com o tirano através de uma ideia central, por exemplo, a identificação com a raça ariana ou como conceito de classes, nos governos nazistas e comunistas, respectivamente. Assim, no contexto desses dois regimes, identificar-se com o líder é ser ariano ou ter consciência de classe. Vejamos que essa coincidência de valores torna ainda mais clara a noção de um só destinador. Além disso, essa coincidência nos mostra que não há um conflito modal. Este pode surgir nos casos em que o sujeito ainda tem um dever moral. Por exemplo, ele quer viver no sistema, mas seu dever moral diz que o que estão fazendo é atroz. Contudo, à medida que o sistema vai se estabelecendo, a tendência é que não surja conflitos modais nos sujeitos que compõem o sistema.

“[...] o líder totalitário detém um poder mais próximo ao absoluto do que qualquer outro tipo anterior de líder político; [...] ele está completamente identificado com a massa seguidora, [...], numa espécie de união mística.” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 31). Essa identificação nos faz pensar nos contrários identidade *vs* alteridade, na medida em que a massa seguidora passa a levar os valores do líder, tornando-se um destinador para o resto do mundo, assim como passa a tentar ser o mais parecido com esse líder, tornando as figuras que identificam líder e seguidores quase as mesmas. As figuras que compõem a identidade do sujeito para si têm de ser as mesmas encontradas no destinador. Dessa forma,

quanto maior o controle que esse tipo de governo consegue, maior a identificação entre o destinador e os destinatários, pois de acordo com a intensidade de controle, aquele conseguirá não só obediência total, como manipular totalmente os destinatários de maneira que queiram a conjunção com o valor a qualquer custo.

Os liderados são, não somente as massas, mas também os membros do partido, que adota uma forma diferente da que usualmente conhecemos em governos democráticos. Como já é de se esperar, os membros estão sujeitos ao líder. O papel do partido é proporcionar ao ditador uma massa seguidora com a qual possa se identificar. São completamente dependentes dos soberanos, conforme destacam Friedrich e Brzezinski (1965) ao afirmar que aqueles que compõem o partido perdem quase que completamente sua identidade pessoal à medida que se sentem absorvidos no todo maior. A obediência dada ao líder é irrestrita, sendo educados para isso desde pequenos, por exemplo nos governos nazistas e fascistas, que repetiam incansavelmente a fórmula: “Cria, Obedeça, Lute”.

Esse partido geralmente é extremamente burocrático. Não aceita a livre admissão, exigindo uma prova de entrada, e a saída pode ser a simples expulsão, sem qualquer processo judicial. Dentro da organização do partido, a burocratização é grande, sendo maior ou menor a depender do governo específico. A título de exemplo, podemos citar o regime soviético, que, como explicam Arendt (1989) e Friedrich e Brzezinski (1965), era mais burocrático que os nazistas e fascistas. Os dirigentes dos partidos, por lidar com direção e supervisão, estão com frequência ocupadíssimos e a papelada alcança proporções fantásticas. Os membros fazem diversas atividades em prol do cumprimento das tarefas, dando exemplo às massas com sua energia, espírito de sacrifício e total devoção ao dever. A identidade pessoal se dilui na totalidade do partido e o poder do partido torna-se fonte de gratificação pessoal. Assim, esses liderados têm uma atitude de servil submissão ao chefe, o que “constitui tão somente a contrapartida psicológica à implacável afirmação da vontade e da determinação do Partido em dirigir e formar a sociedade à sua imagem.” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 42). Mais uma vez é reiterada a alteridade que se dilui na identidade. Parece que estamos circulando em um sistema que não aceita qualquer alteridade, como um todo uno, que sanciona e tria qualquer diferença, condenando até a vontade de ser diferente, pois todo valor e todo o /querer ser/ se dilui no /dever ser/ dado pelo destinador. Obviamente não há identidade sem uma alteridade. Ou seja, há, na verdade, o efeito de sentido de uma alteridade que se dilui da identidade.

Seu mecanismo de manipulação poderia ser resumido na fórmula citada acima – crer, obedecer e lutar. Esses indivíduos devem crer de maneira intensa, a fim de atonizar o saber, não havendo dúvida. Estão igualmente investidos de um /dever fazer/ e /querer fazer/, porquanto os sujeitos devem sempre estar dispostos a sancionar o diferente e tentar torná-lo um igual, se possível, eliminando-o, se não. Os indivíduos, portanto, estão modalizados por uma espécie de obediência ativa e vontade passiva, se pensarmos nas homologações das modalizações deonticas e buliáticas feitas por Greimas (2014).

A educação, nesses governos, advém da preocupação em transmitir o poder e o programa ideológico, principalmente para a geração mais jovem, constituindo-se em um mecanismo privilegiado de manipulação. Ou seja, quanto mais jovem o indivíduo, mais vantajoso será para o regime, pois será mais fácil imprimir sua ideologia. Os jovens são, então, ensinados a fundir sua individualidade no esforço coletivo. Os jovens soviéticos, por exemplo, estavam cada vez mais interessados em serem parte do Partido Comunista, identificando seu futuro com o do sistema. Desse modo, “[...] se lhe for dado tempo, poderá ter êxito em transformar os pensamentos e as atitudes de toda uma sociedade – plano nunca tentado pelas autocracias tradicionais – e assim perpetuar-se.” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 60). Devido ao monopólio das comunicações, à pressão constante, assim como ao apelo para um futuro utópico, os jovens não têm como não aceitar os valores dados pelo destinador. Friedrich e Brzezinski (1965) afirmam ser difícil para os jovens “resistir às tentações totalitaristas.”

Essa estratégia de manipulação constrói-se como algo bom, em que aquele valor é o mais adequado e melhor, visto que a conjunção com ele fará do sujeito um sujeito de ação, que fundará esse futuro utópico. Essa estratégia também cria uma ilusão de saber, uma vez que, com o monopólio de comunicações, somente o destinador sabe. Assim, ao tornar-se idêntico ao destinador, o sujeito crê adquirir o saber. Entretanto, essa estratégia mostra-se, na verdade, como uma intimidação, pois está a todo tempo atualizado um estado disfórico que se manifestará caso o sujeito não ceda à manipulação. Quanto mais fechado, unívoco o caminho, mais fica patente para o sujeito que não tem escolha no processo. A não conformidade com o contrato proposto é impensável.

Desse modo, a tentação citada pelos autores é uma intimidação mascarada. Isto é, parece uma tentação, mas é uma intimidação; parece existir um /querer/ em jogo, quando, na verdade, trata-se de um /dever/. Essa estratégia está intimamente ligada a outro aspecto

principal dessa forma de governo, o terror. O terror parece configurar-se como uma versão extremamente tônica do medo. Surge das ameaças do líder e do partido, que são propagadas pelas pessoas e que têm o intuito de manter o controle sobre a própria população. A cada vez que propagadas, as ideias intensificam o medo. Sendo um dos aspectos diferenciadores desse regime e, por conta de sua construção por ameaça, podemos concluir, previamente, que o terror é a realização figurativa da intimidação, estratégia de manipulação preponderante do totalitarismo.

Uma hipótese é que, se essa forma de governo realmente tiver êxito e transformar toda uma sociedade, então não haverá qualquer resistência. É difícil imaginar como seria empiricamente uma sociedade completamente dominada, cujo /querer/ dos indivíduos se resumisse ao /querer/ do destinador. O mesmo não parece ocorrer, porém, na literatura. *1984* de George Orwell – obra citada tanto por Arendt (1989), quanto por Friedrich e Brzezinski (1965) – e *O Castelo* de Franz Kafka – nosso *corpus* de pesquisa – parecem dar o êxito ao que se mostra quase impossível na vida real, levando às últimas consequências o controle desse tipo de sistema. Desenvolveremos esse argumento no capítulo seguinte.

#### **4.2 A sucessão e o terror**

É interessante notar que a morte do líder, geralmente, significa a ruína desse governo. Poderíamos pensar que, como há uma interdependência entre o chefe e o partido, então este seria responsável por solucionar o problema da sucessão, como uma máquina burocrática com uma estrutura hierárquica de legitimidade. Porém o fato de o partido não reconhecer um sucessor com a mesma legitimidade do primeiro, geralmente, significa o fim desse sistema. É frequente que, logo após a morte do líder, os membros tentem manter o sistema. A tendência é que surja “uma assustadora imagem de todo um sistema, que compreende milhões de pessoas politicamente controladas, governado por um corpo coletivo impessoal, [...], como imaginou George Orwell em 1984.” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 262). As massas, entretanto, não sabem o que acontece, a não ser o que os jornais oficiais publicam, o que torna ainda mais impossível uma briga por

sucessão. Há um segredo e um total afastamento da maioria dos sujeitos que compõem esse sistema.

É necessário, nesse momento, explicitar o que são as massas, pois não se trata somente dos indivíduos que não compõem o partido. As massas são uma espécie de sociedade atomizada, ou seja, não têm status social, nem relações comunitárias, em cuja estrutura o bom senso faz parte. Do mesmo modo que o grupo, que Arendt (1989) denomina, *ralé*, está fora de toda ramificação social e representação política, mas, ao contrário da *ralé*, reflete não só os padrões das classes dominantes, mas de todas as classes. Portanto, trata-se de pessoas neutras e apáticas em relação à organização política, como bem afirma Arendt (1989). O sentimento de nacionalismo e a vontade de pertencer a algo é a resposta para o desamparo da sua existência. Assim, são facilmente manipuláveis e, por constituir a maior parte da sociedade, sua adesão ao sistema é essencial para a manutenção dessa forma de governo. Para suprir esse desamparo, chegam a quase se fundir com o sistema. Por isso, segundo Arendt (1989, p. 278), “A identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo como a tortura ou o medo da morte.” As massas seriam, em um primeiro momento, sujeitos que não conhecem seu objeto, que buscam um objeto mas não sabem qual. Ora, a apatia é justamente uma falta de querer. Se nos voltarmos para o que a semiótica diz em seu nível narrativo, veremos que o querer e o dever são as modalidades virtualizantes, impulsionadores que levam o sujeito a um objeto. Se não se coloca em questão um dever e o sujeito não tem um querer, logo qualquer objeto que se coloca no campo de presença desse sujeito será fácil de ser visto como algo a ser buscado. Por isso, é fácil manipular as massas e dar tonicidade ao objeto que se coloca para elas. Uma vez instaurado o regime, essa apatia se converte no desejo de adesão, com diferentes graus de intensidade: desde o indivíduo que defende fervorosamente o sistema até aqueles muitos que levam sua vida em grande medida sem se perguntar sobre as consequências de viver naquele regime.

Uma das grandes características das massas é a fuga da realidade, o que é evidenciado pelas propagandas totalitárias. Conforme Arendt (1989, p. 311), “as massas pronunciam um veredicto contra um mundo no qual são forçadas a viver e onde não podem existir.” Assim, “O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos são inventados.” (ARENDR, 1989, p. 310). Por isso, os nazistas, em sua propaganda, afirmavam que ser

contra os judeus não era uma questão de opinião acerca de um povo diferente da maioria, mas sim uma preocupação íntima de todo indivíduo na sua existência pessoal, pois os judeus seriam um perigo para o desenvolvimento mundial, segundo Friedrich e Brzezinski (1965). Dentro do sistema nazista, essa afirmativa era coerente e funcionava, não importando, dessa forma, o fato em si. Ou seja, não importava se o judeu era ou não um perigo, porque dentro do sistema nazista “culpar” o judeu por infortúnios fazia sentido.

Nesse sentido, se pensarmos na distinção feita por Greimas e Courtés (2014) entre axiologia e ideologia, veremos que o destinador não só seleciona os valores, mas intenta configurar uma nova axiologia, pois somente seus valores podem existir e ser buscados. Dessa forma, nesse sistema, o /saber/ está completamente condicionado ao /crer/ e ao /querer/ do destinador, por isso não importa o fato em si ou o objeto do /saber/, mas os valores selecionados pelo destinador, que ao simular formar sua própria axiologia, faz os valores funcionarem coerentemente.

Se imaginarmos, ainda, as consequências últimas desse sistema, poderemos pensar que os sujeitos que aceitam a manipulação, assim crendo nesses valores, podem ter os contrários dos valores selecionados como quase impensáveis e totalmente inaceitáveis. Por exemplo, uma sociedade cujo líder impõe a obediência como um valor, sendo completamente absurdo sequer pensar no seu contrário, a desobediência. Isso relaciona-se não só ao fanatismo, mas também à intolerância.

As propagandas totalitárias, aliás, revelam essa fuga da realidade e manipulam porque são completamente relacionadas ao líder. Isso acontece por causa do monopólio de comunicações. Lembremos que o líder tem o poder absoluto, manipulando a população. A maneira de manipular é através das propagandas, por isso ele controla todos os meios de comunicação. Os conteúdos transmitidos são totalmente controlados e relacionados ao líder. Entendendo esse funcionamento das propagandas, podemos ver porque o terror está ligado tanto ao monopólio de comunicações quanto às propagandas. Trata-se de um meio para a intensificação do medo, ou seja, um /saber/ sobre um suposto estado disfórico. A cada vez que uma ameaça é amplamente propagada, o medo se intensifica e se espalha, ou melhor dizendo, o medo cresce tanto em intensidade, quanto em extensidade.

Ademais, essa ligação entre propaganda e terror é outra característica distintiva entre os governos totalitários e não-totalitários, pois visa que as pessoas façam ou não alguma coisa, dá aos sujeitos um modo de raciocinar, chamado de tirania da lógica.

Como observam Friedrich e Brzezinski (1965), o modo de raciocinar ensinado por esses governos é quase impossível de não ser aprendido. Por exemplo, ex-cidadãos soviéticos, mesmo aqueles que professavam a mais violenta hostilidade contra o regime, mostram propensão para raciocinar segundo os padrões que lhes foram inculcados por ele. A propaganda serve também para mostrar que todos os membros “normais” da sociedade participam de uma unanimidade, ficando de fora os desajustados socialmente. Nesse viés, o nazismo criou um conceito de normalidade centrado no antissemitismo, ou seja, ser judeu é ser desajustado socialmente, portanto, não poderiam pertencer à unanimidade.

O terror totalitário ameaça não só seus adversários idênticos, como seria comum em um típico terror ditatorial, mas a todos. Segundo Arendt (1989, p. 288), “O totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que se tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja, mesmo que se trate de xadrez.” Isso evidencia o principal ponto do terror: os indivíduos não se relacionam mais por medo de denúncias, de que o outro seja seu inimigo. Dessa forma, a propaganda é um auxílio para instalar o medo e mostrar a todos a paixão do totalitarismo por unanimidade. Friedrich e Brzezinski (1965) ainda afirmam que “A escala total do terror totalitário e o seu caráter de penetração e continuidade, operando numa atmosfera de compulsão ideológica, o tornam aspecto crucial do totalitarismo moderno.” É no estágio final do totalitarismo que o terror alcança plenitude. Isso se deve ao medo intenso que já não precisa mais de propagandas, pois toda a prospecção negativa de um estado disfórico já é um /saber/ coletivo. Arendt (1989) diz que “Onde o reino de terror atinge a perfeição, como nos campos de concentração, a propaganda desaparece inteiramente.” A propaganda surge, então, por causa do mundo não totalitário, enquanto o terror é a própria essência dessa forma de governo.

Friedrich e Brzezinski (1965) apontam que os limites do terror são o vácuo. Trata-se da ausência de comunicação eficiente, tanto na hierarquia do partido, como com o resto do povo e do mundo. Assim, por causa do terror, são mais uma vez evidenciadas a desintegração das relações humanas e a identidade unificada do sistema, pois segundo os autores afirmam: “Sob todas as formas, o terror é um fenômeno tão formidável que não parece haver fuga possível. Quando reforçado pela propaganda totalitária, ele invoca o espectro de uma

população de milhões de pessoas que pensam e falam da mesma maneira.” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 153). Portanto, a propaganda é o meio de manipular os sujeitos intimidando-os, o que corrobora e confirma a intimidação como a principal manipulação do totalitarismo. Assim também, o terror, considerado como um medo intenso, é decorrente da intolerância que marca esse regime. Pois, como lembra Barros (2011), a intolerância apresenta, entre outras características, a total rejeição do diferente, procurando sancioná-lo de todas as formas, o que gera a expectativa disfórica nos sujeitos, o medo de serem acusados como diferentes.

Se pensarmos novamente no sistema em que os valores do destinador estão perfeitamente instaurados, em que todos os sujeitos sentem o terror, pois já estão intimidados, a propaganda é desnecessária. Os próprios sujeitos serão os responsáveis por se intimidarem, assim como se sancionarem. Isso faz cair também o objetivo de uma polícia terrorista, pois não há necessidade de um órgão sancionador, visto que os próprios sujeitos já assumiram essa função.

#### **4.3 A burocratização e o futuro do totalitarismo**

O estudo de Friedrich e Brzezinski (1965) sobre os regimes totalitaristas passados mostrou que o monopólio de comunicações, armas e economia levava a uma enorme burocratização, pois a quantidade de funcionários contratados era imensa. Todos eles dependiam de uma estrutura hierárquica encabeçada pelo governo. Os líderes de organizações ganhavam uma espécie de autoridade absoluta para cumprir especificamente a sua função, mas mesmo em sua autoridade estavam completamente sujeitos ao líder. Conforme salientam Friedrich e Brzezinski (1965, p. 161), os empregados de um regime totalitário “[...] são funcionários dependentes de uma imensa máquina controlada pelo governo. Em suma, depara-se-nos o que pode ser chamado de burocratização total.” Entretanto, segundo apontam os autores, o governo totalitário tem uma tendência a uma burocracia disfuncional, porquanto os elementos formadores de uma burocracia em desenvolvimento do tipo ocidental são manchados com influências corruptoras.

Friedrich e Brzezinski (1965) tomam de Max Weber os elementos formadores de uma burocracia profissional. São eles: centralização e supervisão; diferenciação de funções; qualificação para o cargo; objetividade; precisão e continuidade e secretividade (discrição). Estes foram e são completamente deturpados, principalmente pela ação do partido, o que demonstra a suposta tendência de que qualquer outro regime totalitarista também deturpe esses elementos. A centralização de controle (hierarquia) era continuamente desafiada pela interferência dos membros do partido; as funções de vários funcionários eram usurpadas por departamentos do partido; a objetividade foi trocada pela ideologia e nem precisão, nem continuidade vigoravam quando eram contrárias às vontades do líder. Esses são alguns exemplos da corrupção que torna a burocracia disfuncional.

Para entendermos melhor a burocracia nos utilizaremos de Motta (1994). O que é burocracia? Motta (1994, p. 7) diz que “[...] é uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado”. Em sua origem, tratava-se de um grupo social que se separou do resto da sociedade e se impôs, dominando-a. A dominação é feita através de organizações como o Estado, as empresas, as escolas e etc, os quais transmitem um modo de pensar. Nesse sentido, o Estado ou as empresas, por exemplo, seriam aparelhos impessoais hierárquicos. Ora, se sabemos que esses aparelhos tratam de um coletivo, então é porque existem vários sujeitos. O aparelho é impessoal porque toma a forma de sua alteridade, balanceando várias identidades. A burocracia totalitarista, então, deturpa a burocracia desde o início, pois, ao invés de balancear essas várias identidades, a burocracia totalitarista pensa somente na vontade do líder.

A burocracia ainda monopoliza todo o conhecimento e o mantém em segredo. O segredo é uma de suas armas fundamentais, sendo também seu meio de poder. A manutenção do segredo diz respeito ao conhecimento especializado, implicando submissão das instituições educacionais. Podemos parar um pouco para pensar o que quer dizer segredo em semiótica. Trata-se de modalidades. É um ser e não parecer, ou seja, não se deixa ver em superfície, não está acessível ao conhecimento, no entanto existe, é. Sendo assim, na burocracia o segredo diz respeito à inacessibilidade do conhecimento, instaurando o não saber dos sujeitos, reservando o saber a um grupo específico e restrito de indivíduos. Não falamos, portanto, do segredo como a denominação do ser e parecer, mas como um não saber. Como vemos, esconder o saber é uma forma de se manter como destinador, porquanto

ter saber está estreitamente ligado com o poder. Deter saber é, em grande medida, se tornar aquele que manda. Novamente dizemos que não estamos falando do sentido semiótico. Poder aqui não é uma das realizações concretas da definição geral de Greimas e Courtés (2018, p. 372) “conceito indefinível” e somente “suscetível de ser interdefinido em um sistema de valores modais escolhido e postulado axiomáticamente.” (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 372). Poder aqui é, segundo Motta (1994, p. 23), como “a possibilidade de alguém ou algum grupo impor o seu arbítrio sobre o comportamento dos outros”. É um poder dominante. Trata-se, portanto, de uma realização de superfície da modalidade /poder/.

Dominação é um estado de coisas em que o governante crê poder exercer o poder e o governado crê ser sua obrigação obedecer. Esse tipo de poder é bastante característico dos governos totalitários, que dominam, pois os sujeitos estão imersos em um mundo aterrorizante em que não há outra alternativa que não seja obedecer. A liberdade, nesse sistema, é limitada. Em resumo, o poder da burocracia se mantém através do /saber/ do destinador e do /não saber/ do destinatário. O destinador, ao possuir o /saber/, é aquele que é visto como o que pode instaurar os valores e impor fazeres aos sujeitos justamente porque sabe mais, sabe o que é melhor. Em alguns casos, o /saber/ acaba sendo sobredeterminado pelo /poder/, pois o destinador passa a ser aquele que pode porque sabe, conseqüentemente pode saber e pode poder. Seu poder passa a ser inquestionável e ilimitado.

Esse dever de obedecer dos sujeitos e poder do destinador se relacionam diretamente ao que Motta (1994, p. 73) chama de “fetiche da autoridade necessária”, em que “existem aqueles que dirigem porque sabem e podem pensar e os dirigidos que não sabem e devem executar”. A alienação se pronuncia bem nesse fetiche. Não devemos esquecer de que a burocracia aliena. Mas, afinal, o que é alienação? Ela “diz respeito a uma situação em que as pessoas não falam em seu nome, não têm domínio de seu próprio destino, não são incluídos no processo de decisão, mas são faladas pelo dirigente” (Motta, 1994, p. 73). Há um completo esvaziamento modal e o sujeito perde completamente sua identidade, portanto. Não existem valores seus, mas somente aqueles do destinador. Vemos essa mesma perda de identidade – em que os sujeitos não têm autonomia e se tornam somente objetos modais, não sujeitos de fazer, do destinador – no governo totalitário. Ou seja, o totalitarismo é alienante, seja porque é burocrático, seja porque aliena e passa a ser burocrático. O que podemos afirmar é que do ponto de vista desse sistema ou do destinador, os sujeitos são objetos. A

burocracia pode ser entendida, então, como o balanceamento de várias identidades, o /saber/ e o /poder/ do destinador e a objetificação dos sujeitos.

Por trás da burocracia encontramos, naturalmente, o terror. Nos regimes estudados pelos autores, qualquer funcionário que tentasse manter os padrões de legalidade e objetividade era visto como perigo para o governo e para a segurança do povo, por isso era expulso ou punido com exoneração, reclusão em campo de concentração e execução. Dessa forma, todos aqueles que faziam parte dessa máquina burocrática, até mesmo os mais medíocres obedeciam a qualquer diretriz arbitrária do Partido. Tendo em vista esses fatos, Friedrich e Brzezinski (1965, p. 172) afirmam “O que distingue a ditadura totalitária, à parte a ausência de qualquer padrão institucional de responsabilidade, é o nítido dualismo de burocracia governamental e de partido.” Ou seja, trata-se sempre da cúpula de poder do líder, nada resiste a ela.

Por isso, os mesmos autores explicitam a dificuldade de oposição à ditadura totalitária, “justamente por ser ela totalitária” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 173). Isto é, não há espaço para qualquer recusa dos seus valores, visto que o destinador já impôs sua axiologia e ideologia de maneira intolerante. Uma intolerância que se mostra intensa, já que o menor sinal de /não querer/ e desobediência são fortemente sancionados. Portanto, estamos mais uma vez nos referindo à obediência ativa, vontade passiva, intimidação, terror e outros, que parecem resumir essa forma de governo.

Até o momento caracterizamos a ditadura totalitária. Entretanto, como alertamos no início do capítulo, não tratamos de seu início/origem. Contudo, podemos nós falar sobre seu futuro? Ou seja, esse governo em seus últimos estágios? Como apontam Friedrich e Brzezinski (1965, p. 261):

Nem podemos pensar que o totalitarismo esteja a caminho do fim, pois o fim de alguns chegou por causa de alguns aspectos da sua ideologia, nem podemos supor como George Orwell, que vê em 1984 o mundo dividido em três grupos belicosos de totalitaristas.

Ao que parece, não podemos afirmar nenhum dos dois extremos, nem que chegou

ao fim, nem que já atingiu seu último estágio, pois ainda está em processo evolutivo. “A ditadura totalitária, uma nova forma de governo altamente dinâmica, mas ainda em processo evolutivo.” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 267).

Aqueles que esperam que o regime consiga atingir seus objetivos esperam que ele se torne menos violento: “Tomando-se como referência o sentido passado da evolução, o mais provável é que as ditaduras totalitárias continuem a se tornar mais totais, ainda que o índice de intensificação possa diminuir.” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 266). O que podemos notar é que espera-se que ela se estabilize, de maneira a não precisar mais de propaganda, nem ter mais qualquer oposição. Desse modo, o terror já estará instalado; os únicos valores conhecidos e aceitos são aqueles que o destinador escolheu; destinador e destinatários são quase idênticos; o /saber/ é diluído no /querer/ do destinador. Essas e outras características parecem marcar um suposto estágio final ou ápice dessa forma de governo.

#### **4.4 Pontos principais do totalitarismo**

Apresentamos até o presente momento as principais características do totalitarismo como forma de governo. É preciso frisar que se trata de uma forma de governo, pois, ao despi-las – as formas de governo – de sua ideologia típica, como fizemos nesta seção, estamos descrevendo, principalmente, o nível semiótico da narratividade. Uma vez que são os investimentos semânticos que mostram as formas de governo funcionando dentro de um contexto sócio-histórico, ou seja, a ideologia, e as diferenças específicas entre duas realizações concretas de uma mesma forma de governo, por exemplo, entre nazismo e comunismo, passaremos então a discutir o nível discursivo.

Antes de falarmos sobre ideologia – a última característica –, é interessante que ressaltemos as principais características dessa forma de governo, a fim de ajudar o leitor:

- a) o poder absoluto do líder;
- b) a estratégia de manipulação por intimidação;
- c) o foco em uma só identidade, sem alteridade;
- d) a intolerância, pois qualquer oposição é violentamente sancionada;

- e) o terror que marca todo o sistema, tirando qualquer /querer/ dos sujeitos;
- f) o /saber/ sobre determinado pelo /crer/ e pelo /dever/, porquanto a obediência e a crença cega são euforizadas;
- g) os valores selecionados pelo destinador, que parecem criar uma nova axiologia; e, por fim,
- h) a deturpação da burocracia, com o foco no líder, o /saber/ e o /poder/ do destinador, a objetificação dos sujeitos e a hierarquia, completamente subordinada ao líder, pois este tem total controle.

#### 4.5 Ideologia

Ideologia parece ser um fenômeno que se refere a tudo. Conforme Zizek (1996, p. 9): “Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social até um conjunto de crenças voltado para a ação”. Dessa forma, parece mais viável tomar o posicionamento de Foucault e renunciar a falar diretamente sobre o fenômeno. Contudo, Zizek (1996) alerta sobre a falsa ideia de que criticar a ideologia ou mesmo abandoná-la pode implicar um lugar privilegiado, que regula a visibilidade e a invisibilidade sociais, uma vez que já expõe a própria prova de ideologia. É um paradoxo, pois a saída daquilo que denunciemos como ideologia é a própria forma de nossa escravização a ela. Se não temos como fugir, resta-nos tratar desse fenômeno, que, desde o momento em que pensamos em forma de governo, denuncia sua importância. Podemos destacar dois grandes teóricos para abordar ideologia, Marx e Althusser. Devemos deixar claro que a exclusão de outros teóricos não se dá por questões de importância, mas por não serem os teóricos nos quais as principais teorias sobre discurso baseiam seu conceito de ideologia.

Para Marx, a ideologia é a aparência da essência, um mascaramento da realidade social, uma vez que recorta os valores e as normas como se fossem condizentes com a realidade. Althusser se contrapõe a Marx, pois afirma que as relações entre os homens são necessariamente imaginárias. Para o autor, Althusser, o homem cria formas simbólicas para representar sua relação com a realidade concreta. Isto é, esse falseamento da

realidade é natural do homem. Dessa forma, as ideias dos homens ganham materialidade na medida em que sua existência só é possível através de um aparelho ideológico material que prescreve práticas materiais. Essa materialidade refere-se justamente às práticas e rituais, que são perpetuadas pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) – (por exemplo, escola e religião) -, os quais, ao contrário dos Aparelhos Repressores de Estado (ARE) – (por exemplo, governo e polícia), - não funcionam, principalmente, pela repressão e sanção.

Zizek (1996) baseia-se na tríade hegeliana do Em-si/Para-si/Em-si-e-Para-si para distinguir os conceitos dos autores. Assim, Marx teria uma concepção imanente, ou Em-si, de ideologia. Ou seja, “ideologia como doutrina, conjunto de ideias, crenças e outros, destinada a nos convencer de sua ‘veracidade’, mas, na verdade, servindo a algum inconfesso interesse particular de poder.” (ZIZEK, 1996, p. 15). Já Althusser teria uma concepção Para-si: a ideologia em sua alteridade-externalização, sua existência nas práticas, rituais e instituições ideológicas, isto é, a prática revela sua crença. Conforme Zizek (1996, p. 18), “[...] o fato de você seguir o ritual é uma expressão/efeito de sua crença íntima; ao ser executado, o ritual ‘externo’ gera sua própria base ideológica.” Dessa forma, parece que seguir uma ou outra linha de pensamento, de acordo com Zizek (1996), seriam somente diferentes maneiras de abordar o fenômeno.

A ideologia baseada em Marx foi descrita em semiótica discursiva por Fiorin (1988, 1993). Segundo o autor, o conceito de Marx de falseamento da realidade é entendido na semiótica como uma mentira, ou seja, parece mas não é. Importante salientar que o conceito de realidade, em semiótica, está longe de ser ontológico. Por isso, o entendimento de ser, conforme Greimas e Courtés (2018, p. 458), é: “utilizado para denominar a categoria modal da veridicção: ser/parecer” e “designa, enfim, o termo positivo da imanência: está, então, em relação de contrariedade com o parecer”. Trata-se, portanto, de um conceito estrutural.

Dentro da metodologia semiótica, encontramos a ideologia no nível mais complexo do percurso gerativo do sentido, a semântica discursiva. Os elementos nos níveis mais profundos não são suficientes, podendo falsear a análise, pois o /poder fazer/ em uma história pode ser um anel mágico e em outra, um cargo político, por exemplo, sendo então passível de diferentes investimentos ideológicos. Além disso, história e enunciador só surgem no nível discursivo. Consequentemente a ideologia, como um fenômeno sócio-histórico, é prioritariamente do nível discursivo.

Contudo, devemos ver não só os elementos na semântica discursiva, mas também a foria dos valores, visto que, a depender de como os valores se constroem, as visões de mundo podem ser diferentes. Fiorin (1993, p. 21, grifo do autor) exemplifica da seguinte forma:

O conto ‘a gata borralheira’ e o romance *Justine*, do Marquês de Sade, colocamem jogo praticamente as mesmas oposições semânticas [...]. No primeiro dos textos, são eufóricas as virtudes de submissão e humildade [...]. No segundo texto, eufóricos são os elementos valorizados negativamente no primeiro texto.

Dessa forma, apesar de se manifestar prioritariamente na semântica discursiva, todo o percurso é mobilizado para estabelecer qual a ideologia que perpassa determinado texto. Por apresentarmos uma pesquisa em semiótica discursiva, usaremos a concepção proposta por Fiorin (1988, 1993): a ideologia parece, mas não é – trata-se de uma mentira. Entretanto, não podemos nos desvencilhar do conceito de ideologia dado por Greimas e Courtés (2018, p. 252):

2. Assim, parece oportuno distinguir-se duas formas fundamentais de organização do universo dos valores: suas articulações paradigmática e sintagmática. No primeiro caso, os valores são organizados em sistemas e se apresentam como taxionomias valorizadas que se podem designar pelo nome de axiologias; no segundo caso, seu modo de articulação é sintático e são investidos em modelos que aparecem como potencialidades de processos sintáticos: opondo-os às axiologias, podemos considerá-los como ideologia (no sentido restrito, semiótico, dessa palavra); 4. Uma ideologia se caracteriza então pelo estatuto atualizado dos valores que ela assume: a realização desses valores (isto é, a conjunção do sujeito com o objeto de valor) extingue, ipso facto, a ideologia enquanto tal. Em outros termos a ideologia é uma busca permanente dos valores, e a estrutura actancial que a informa deve ser considerada como recorrente em todo o discurso ideológico.

Mesmo sendo um conceito estrutural, a noção de ideologia explica em profundidade o falseamento, pois a seleção de valores, em menor ou maior grau, como no totalitarismo, condiciona o sujeito a desconsiderar a variedade da axiologia, ou seja, os outros valores subjacentes no paradigma, mas não selecionados no sintagma. No totalitarismo, em que essa desconsideração de valores parece ser mais intensa, tenta-se criar ou fazer parecer criar um novo paradigma a partir do sintagma. Por exemplo, valores como a humildade, em uma sociedade, podem ser tão euforizados – com um máximo de adesão – que a arrogância não vigoraria entre as possibilidades de escolha, negando o lugar estrutural

que lhe é garantido pela oposição. Sendo assim, o valor manifestado de humildade faz parecer que não há outro possível. Ou seja, o totalitarismo faz parecer que sua ideologia é a própria axiologia, ou seja, o único sistema de valores existente, por isso um parecer que não é ser – uma mentira. Tratemos então em mais detalhes da ideologia totalitarista. Pois, se a ideologia é uma mentira, então qual a mentira pregada pela formade governo totalitarista?

#### **4.6 Ideologia totalitarista**

Arendt (1989) diz que podemos comparar a ideologia do totalitarismo com as propagandas publicitárias pelo caráter científico que dão às suas afirmações. Um exemplo dado pela autora é de uma publicidade de sabonete antiacne para mulheres. Ao afirmar que aquelas que utilizam o sabonete são lindas e estão de acordo com os ideais de beleza, sugere que por isso são cobiçadas por homens e se casam. Cria-se uma triagem, pois implica que aquelas que não o usam são feias e por isso solteiras. Dessa forma, homens não procuraram mulheres que não lavam o rosto com o sabonete. Parece absurdo esse tipo de lógica. Entretanto, os governos totalitaristas se utilizam desse pseudo-cientificismo a fim de reconstruir o passado, criar um mundo novo, apelando para uma espécie de “profecia científica”, como chamam Friedrich e Brzezinski (1965). Os autores afirmam que essa reconstrução é baseada nas “ideias referentes a meios práticos para modificar ou reconstruir totalmente uma sociedade pela força, baseados numa crítica universal ou total daquilo que existe de errado numa sociedade existente ou antecedente.” No final das contas, essa mudança total não será fruto exclusivo da propaganda e só poderá ser atingida pela violência, pois como disseram Friedrich e Brzezinski (1965) e Arendt (1989), a ideologia totalitária precisará em algum momento se adaptar à realidade e às necessidades circunstanciais. Entretanto, essa adaptação é materialmente impossível devido à própria lógica interna de triagem absoluta do conteúdo ideológico, como a ideia de raça pura – ainda que de valorização exclusiva, a realidade aponta para a presença do termo excluído. Assim, não existindo possibilidade de manter a ideologia através de fundamentos lógicos, é preciso se utilizar da violência para sustentá-la.

Toda ideologia parte de uma herança intelectual, por exemplo a partir de Marx e/ou Darwin, mas as totalitaristas distorcem as ideias de maneira tão extrema a ponto de não

poderem ser aceitas e precisarem ser impostas. Ao contrário de outros governos, não é possível aplicar as ideias de forma pacífica ou até um pouco tirana: os totalitaristas precisam do terror e da violência para atingir suas metas.

As contradições e distorções da ideologia totalitarista surgem da ideia de história que a ideologia tem. Arendt (1989, p. 400) diz: “Para uma ideologia, a história não é vista à luz de uma ideia, mas como algo calculado por ela. Existe a noção de que essa ideia tem uma lógica, que é o movimento inerente da própria ideia.” Por exemplo, o racismo é a crença de que existe um movimento inerente da própria ideia de raça. Seria como uma seleção análoga à natural, porém praticada pela própria história, pois há uma raça separada de todas que naturalmente merece viver em detrimento das demais. A naturalização é um dos pontos-chave dos movimentos totalitários, porquanto eles acreditam obedecer às leis da Natureza ou da História. Todas as outras leis positivas partem dessas duas leis, que são também chamadas leis de movimento. Dessa forma, esses movimentos afirmam partir da fonte de todas as leis, por isso podem dispensar legalidades menores.

Natureza e História, na interpretação totalitarista, deixam de ser a força estabilizadora para as ações dos homens, elas próprias se tornam movimento. Por exemplo:

Sob a crença nazista de leis raciais como expressão da lei da natureza, está a ideia de Darwin do homem como produto de uma evolução natural que não termina necessariamente na espécie atual de seres humanos, da mesma forma como, sob a crença da lei bolchevista numa luta de classes como expressão da lei da história, está a noção de Marx da sociedade como produto de um gigantesco movimento histórico que se dirige, segundo a sua própria lei dinâmica. (ARENDR, 1989, p. 394).

Seja sobre leis da natureza ou da história, trata-se da força motriz da evolução. Certo e errado, como um consenso iuris, não mais interessam porque, segundo Arendt (1989), o totalitarismo “promete libertar o cumprimento da lei de todo ato ou desejo humano; e promete justiça na terra porque afirma tornar a humanidade a encarnação da lei.” Em um governo legal, há um corpo político que dita leis positivas para se determinar certo e o errado. No governo totalitário, as leis positivas saem e entra o terror total. Segundo Arendt (1989, p. 395), “Se a legalidade é a essência do governo não tirânico e ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário.”

Podemos perceber, então, que os totalitaristas tentam mostrar-se como a maneira mais correta de ser, pois não estão corrompidos com “desejos humanos”. A História e a Natureza seguem o seu curso e suas ideias são exatamente o fluxo evolutivo dessas duas. Há a tentativa de estabilizar os homens para liberar as forças da Natureza e da História. O falseamento da realidade social é evidenciado de maneira explícita para todos em algum momento, revelando a essência que se acoberta, por isso precisa-se do terror. O terror será o responsável por executar as sentenças de morte que a Natureza, supostamente, pronunciou contra aqueles que são indignos de viver, por não serem de raça pura, ou que a História decretou contra as classes agonizantes. Assim, o terror supostamente aceleraria o processo natural das leis da História e da Natureza, segundo Friedrich e Brzezinski (1965). Nesse sentido, o terror eliminaria os indivíduos pelo bem da espécie, sacrificando as partes em favor do todo. Conforme Arendt (1989, p. 396), “Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas.”

O governo totalitário só está garantido na medida em que pode mobilizar a própria força de vontade do homem para forçá-lo a mergulhar naquele gigantesco movimento da História ou da Natureza. Ou seja, ele precisa que os sujeitos aceitem a existência desse fluxo evolutivo que tudo governa, suprimindo todo /querer/ no interior da esfera do necessário, do /dever ser/, do /não poder não ser/. Entretanto, a aceitação desse fluxo está ligada à tirania da lógica, em um processo sem fim, no qual os sujeitos se baseiam para elaborar seus pensamentos. Seria o caso de não se pode dizer A, sem dizer B ou C. Um exemplo dado por Arendt (1989), muito esclarecedor, é o expurgo bolchevista. Os bolchevistas acreditavam que a história é a luta de classes e o Partido tinha um papel decisivo na história, pois conhecia as leis da História, portanto cabia ao Partido punir os crimes. Mesmo que o Partido não conhecesse o criminoso, o fato de conhecer os crimes indicava que se precisava de uma punição para que a História pudesse progredir. Por isso, um sujeito qualquer ou era criminoso ou era escolhido pelo Partido como tal, de qualquer forma um inimigo do Partido e da História, precisando confessar pelo bem do progresso da História. A lógica, nesse caso, é: “[...] se te recusas, te contradizes e, com essa contradição toda a tua vida perde o sentido; pois o A que pronunciaste domina toda a tua vida através das consequências do B e do C que se lhe seguem logicamente.” (ARENDR, 1989, p. 403)

Isso tudo remete à questão da identidade, discutida na seção totalitarismo. Tenta-se criar uma lógica que sirva para o uno. É essa lógica de pensamento que é perpetuada e fazem todos chegar às mesmas conclusões, sendo usada em todas as situações para sempre chegar ao pensamento e à vontade do líder.

Dentro dessa lógica, podemos pensar na própria construção dos significados, conforme Blikstein (2020). O estudioso afirma que a imposição e fixação de determinados significados é o método para a construção de ideias fixas, clichês ou ainda estereótipos. Estes geram pressupostos e significados aceitos como “naturais”, quando são, na verdade, estratégias discursivas que visam justificar preconceitos. O que explica o conteúdo linguístico totalitarista estabilizado, que não dá, aos adeptos, margem para metáforas e conotações.

Seguindo a linha de Blikstein (2020), podemos pensar que o tratamento dado pelo totalitarismo à História ou à Natureza é a de uma realidade externa, que valida o discurso vigente. Podem ser encaradas assim, nos quadros da teoria greimasiana, como referentes ao mundo natural ou como o próprio mundo natural. No totalitarismo, esse mundo natural é recortado de acordo com o /querer/ de um destinador único, não podendo conviver aí pontos de vistas divergentes sobre o real. O destinatário tem, então, de aceitar as expressões e conteúdos já prontos; não há, portanto, um fazer interpretativo complexo da parte do sujeito.

Todo /querer/ e /saber/ vem de dois destinadores transcendentais – História e Natureza – que são construídos discursivamente como perfeitos por serem preexistentes ao sujeito. Ou seja, o líder ou o Partido não se colocam como destinadores em si, mas aqueles cujo /poder/ lhes foi delegado por veicularem o mesmo /saber/ e /querer/ desses destinadores transcendentais. Dessa forma, cabe ao líder ou Partido implementar o /querer fazer/ e /ou /querer ser/ desses destinadores. Nesse sistema, não haveria justiça mais perfeita que essa.

O objeto de /querer/ dos sujeitos deve ser reprimido se não estiver de acordo com o objeto de /querer/ delegado pelo destinador. Há sempre uma tendência ao uno, por isso, o individual é sempre suprimido pelo todo. A identidade una seria a única alternativa para os sujeitos, sendo ela determinada pelo destinador, único que possui o /saber/. É interessante notar que não só o /querer/ dos sujeitos é reprimido, mas também o /saber/. Aos

sujeitos só cabe o /crer/, por isso o líder é, muitas vezes, idolatrado e divinizado. Basta a esses sujeitos, aceitar, pois sendo um sistema intimidador, o terror é dominante. Dessa forma, a obediência ativa e vontade passiva são sempre euforizadas, assim como o crer, pois aos sujeitos, enquanto destinatários, só cabe crer. O objeto de saber repassado pelos governos totalitaristas deixa qualquer sujeito de saber horrorizado, porquanto a ideologia, isto é, a mentira desses sistemas é tão explícita que parece necessário ser somente um sujeito de crer para estar nele, se não o estiver por medo. O totalitarista crê antes de qualquer coisa, por isso não raro encontramos fanáticos nessa forma de governo.

Podemos resumir, então, a ideologia totalitarista da mesma maneira que Arendt (1989):

- a) analisa o que vem a ser, nasce e passa. Sempre se orientam na direção de um fluxo evolutivo, pretendendo a uma explicação total;
- b) emancipa-se da realidade, constituindo uma realidade “mais verdadeira”;
- c) o pensamento ideológico arruma os fatos sob a forma de um processo supostamente lógico.

Isto é, os líderes desses governos estão sempre seguindo o saber e o fazer dos destinadores transcendentais, assim como acreditando mostrar a verdadeira essência da realidade justamente por seguir esses destinadores. E, por fim, entendem que o fazer cognitivo dos seguidores deve ser uma espécie de inteligência implicativa, ou seja, se isso, então aquilo, cujas premissas são resumidas à vontade do líder ou do partido. Como lembra Arendt (1989), o pensamento ideológico funciona de maneira que quem não concordasse com a existência de “classes agonizantes” e não chega ao ponto de matar os seus membros, ou com o fato de que direito de viver tinha algo a ver com classes e não deduz que é necessário matar as “raças incapazes”, evidentemente ou é estúpido ou covarde. O mais perfeito retrato da intolerância.

Apesar de falarmos sobre o caráter histórico da ideologia e a conceituarmos com uma mentira, nesta seção, como é possível observar, não dissemos qual é a mentira do totalitarismo ou o contexto histórico no qual se manifesta. Isso porque falar da ideologia de uma forma de governo, cuja manifestação pode se dar de diversas maneiras, é mostrar não a mentira em si, mas as implicações, consequências e formas de manifestação dessa mentira.

Pensar na ideologia totalitarista no geral, independente de tipos e manifestações, é tirá-la do curso da história. Assim como Arendt (1989) e Friedrich e Brzezinski (1965), portanto, tentamos abstrair essa ideologia. Dessa forma, seja o nazismo, o comunismo, a sociedade do romance *1984* e de *O Castelo*, encontraremos os aspectos listados e poderemos vê-los através de uma análise mais estrutural. Porém, em cada uma dessas manifestações, além desses aspectos, veremos qual a mentira contada, a ideologia, e, assim, poderemos relacionar ideologia e estrutura. Ou seja, apresentaremos a ideologia dessa sociedade, em específico, que se manifesta em uma forma de governo totalitarista, por isso a importância dos aspectos levantados. Logo, a manifestação nos levará ao nível discursivo, em que analisaremos não somente através de estruturas narrativas, mas também através de figuras e temas, revelando o modo de pensar de determinada sociedade, para então mobilizarmos o percurso gerativo quase como um todo.

#### 4.7 Elementos totalitaristas

Antes de chegarmos a um quadro resumo de tudo que abordamos sobre o totalitarismo, precisamos retomar a questão da tensividade, especificamente a triagem, e da programação. Perceba o leitor que a questão da manipulação, do /saber/ e do /crer/ e da ideologia são muito importantes para tratarmos do totalitarismo. A análise da tensividade e da programação dependem em grande medida da análise profunda sobre o crer e o ser e, por isso, constituem passo posterior a ser desenvolvido em trabalhos futuros.

Agora que já temos uma análise semiótica sobre as características do totalitarismo, precisamos fazer uma espécie de quadro dos elementos. Esse quadro será nosso guia para o capítulo seguinte, em que procuraremos articular esses elementos no livro.

<b>ELEMENTOS TOTALITARISTAS</b>
Poder absoluto do líder;
Estratégia de manipulação: intimidação;
Foco em uma só identidade;
Intolerância;

Terror (medo intenso e extenso);
/crer/ e /dever/ sobredeterminando /saber/ dos destinatários;
“Criação” de uma nova axiologia;
Objetificação dos sujeitos;
/saber/ e /poder/ do destinador;
Hierarquia, subordinada ao líder;
Os líderes seguem o saber e o fazer dos destinadores transcendentais;
Crer mostrar a verdadeira essência da realidade;
O fazer cognitivo dos seguidores deve ser uma implicação (se isso, então aquilo), cujas premissas são resumidas à vontade do líder ou do partido.

Fonte: elaborado pela autora

## 5 O DOMÍNIO DO CASTELO

Esse capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, teremos uma espécie de apresentação da sociedade do romance para que o leitor possa estar preparado para os comentários sobre o nível discursivo que serão feitos na parte dois. Na segunda parte, mostraremos quais características do totalitarismo o enunciador faz aparecer. Isso porque se o leitor já sabe quem é o destinador do sistema, podemos passar a uma análise sem nos preocuparmos mais em introduzir e caracterizar o destinador. Por exemplo, podemos argumentar sobre como o enunciador se parece com o destinador da sociedade ou que efeitos de sentido surgem desse destinador.

### 5.1 PARTE I

#### 5.1.1 O líder

Logo no início do romance, somos apresentados ao espaço da narrativa: “A aldeia jazia na neve profunda.” (KAFKA, 2008, p. 7); esse espaço é figurativizado como aldeia. Aldeia, de acordo com Houaiss (2009), é “povoação de pequenas proporções, menor que a vila, povoação rural, povoado.” Trata-se de um lugar pequeno, com uma população pequena, portanto. O chefe dessa aldeia, aquele que a comanda, nos é apresentado logo depois: “Esta aldeia é propriedade do Castelo, quem fica ou pernoita aqui de certa forma fica ou pernoita no Castelo. Ninguém pode fazer isso sem permissão do conde. [...]. O Castelo do senhor conde Westwest.” (KAFKA, 2008, p. 7). Assim, o chefe é o conde.

Há uma quebra de expectativa: a aldeia, por ser um lugar de proporções pequenas, deveria ser um lugar de fácil administração, portanto a presença do Castelo não só não é esperada, como mostra certa extravagância. Essa extravagância, entretanto, se revela por meio de um símbolo de poder desproporcional, o Castelo. Talvez, por isso, no romance vemos, muitas vezes, os indivíduos daquela sociedade falando

daqueles que estão no poder sem dizerem seus nomes diretamente, por exemplo, “senhores do Castelo” e “funcionários do Castelo”. A referência é feita ou ao seu símbolo, o Castelo, ou a algum funcionário de lá, como em: “Você não conhece o Castelo”, “Não gosta do Castelo?” e “Não há diferença entre os camponeses e o Castelo”. O Castelo, uma figura que, normalmente, tem semas como /inanimado/, adquire o sema /animado/, mais especificamente, o sema /humano/, ou seja, ocorre o que chamamos de personificação. Nesse sentido, poderíamos dizer que o Castelo é o destinador do qual falaremos aqui.

De acordo com Houaiss (2009), castelo é “1- residência real ou senhorial dotada de fortificações e 2- praça-forte protegida por fosso, muralhas, torres etc.” Nessas duas definições, podemos ver que as figuras *fortificações* e *protegida* revestem um /poder/, ao mesmo tempo, marcam o /não poder/ do sujeito que está para além do Castelo. Estamos diante, então, de um sujeito de poder e de outro sujeito ou sujeitos de não poder. Como já sabemos que, para além do Castelo, estão os aldeões, podemos concluir que eles são as figuras dos sujeitos de /não poder/. Dessa maneira, em diversos momentos, estamos diante dessa oposição:

I) — A criadagem de Klamm — disse Frieda. [...]. — Em nome de Klamm — exclamou —, para a estrebaria, todos para a estrebaria. (KAFKA, 2008: 50)

II) O senhor Klamm é um senhor do castelo, por si só isso já significa uma posição muito elevada, independentemente do posto que ele possa ocupar. (KAFKA, 2008, p.61).

III) Se existem autoridades de controle? Existem apenas autoridades de controle. Evidentemente elas não se destinam a descobrir erros no sentido grosseiro da palavra, pois não ocorrem erros, e mesmo que aconteça um, como no seu caso, quem tem o direito de dizer de forma definitiva que é um erro? (KAFKA, 2008, p.79).

IV) Como é que uma informação dada por um funcionário do Castelo pode ser desimportante? (KAFKA, 2008, p. 87).

Primeiramente, devemos esclarecer que Klamm é um senhor do Castelo e Frieda, uma aldeã. Assim, no trecho I, estamos diante de uma aldeã, ou seja, um sujeito do /não poder/. Por isso, ao se referir à figura de poder, o nome próprio, ela se modaliza momentaneamente com um /poder fazer/ importado da figura convocada. Interessante notar que a frase “Em nome de” é usada como um /poder fazer/ no âmbito religioso. Assim, podemos sugerir que há uma espécie de divinização desse destinador, o que acaba, nesse

caso, por intensificar o /poder/ dessa figura. Essa modalização efetuada por Frieda demonstra que há um crer no poder do destinador. Aqui, então, vemos a presença do primeiro elemento totalitarista que se manifesta, o /crer/.

Já no trecho II, somos introduzidos a uma hierarquia, pois os postos dão mais ou menos /poder/ ao indivíduo. O enfoque dado, entretanto, é no /poder/, porquanto, independentemente da posição na hierarquia, o ator é uma figura de poder. Dessa forma, podemos ver que há uma subordinação entre as partes, assim como uma delegação de /poder/. Existiriam, assim, vários destinadores que seriam destinatários de outrem. Por exemplo, Klamme que é um destinador, mas torna-se destinatário em relação ao conde; já este seria o único a ocupar exclusivamente o papel de destinador.

Essa hierarquia, entretanto, é colocada em cheque pelo trecho III. Vejamos bem: Controle, nesse trecho, é a figura do /poder fazer/, e o objeto desse fazer é verificar os erros. Se entendermos “erro” como tema do /não saber/, então é necessário que as figuras de poder sejam também as figuras do saber, com o fim de controlar. Entretanto, o fazer não é realizado, pois há um saber anterior ao /poder fazer/ e ao /saber fazer/: os sujeitos precisam saber qual sujeito pode, mas se mostram não modalizados com esse /saber/, conforme vemos no questionamento “quem tem o direito de dizer de forma definitiva”. Se a hierarquia funcionasse, os atores necessariamente estariam modalizados com esse /saber/. Além dessa possibilidade, uma hierarquia disfuncional, podemos pensar em um poder e hierarquia esvaziados, pois aqueles com mais poder deveriam ser capazes de atestar os erros, contudo se não existe alguém com direito de buscar erros, então todos têm o mesmo poder.

Vejamos que aqui, além do elemento hierarquia aparecer, é destacado o /poder/ do destinador, elemento que caracteriza tanto o totalitarismo, quanto a burocracia. O elemento hierarquia, aliás, ao se mostrar seja disfuncional, seja esvaziado, mostra um efeito de sentido de mentira, pois parece ser uma hierarquia, mas não é, pois não funciona como uma. Ao colocar isso, nos vemos diante da não importância da hierarquia mediante o /poder/ do destinador. Sem querermos nos adiantar e falarmos do enunciador, devemos colocar aqui um enunciador que critica o sistema ao mostrar um sistema cuja organização só funciona em aparência, quando, na verdade, a única coisa funcional é o /poder/ do líder.

Se focarmos, ainda, na expressão *não ocorrem erros*, no trecho III, notaremos que o destinador é tido como todo poderoso e todo sábio, porquanto nem ele, nem seus delegados erram, por definição, então não há motivos para buscar erros. Destarte, o fazer de todos é esvaziado, pois só existem autoridades de controle, cuja função é ser destinador julgador e apontar erros. Dessa maneira, esse trecho nos mostra que o Castelo tem um poder que não é sustentado por nenhum elemento descritivo, sem apoio figurativo e esvaziado pela própria estrutura, em que ele tem poder porque sim, poder pelo poder. Nesse sentido, o trecho IV corrobora mostrando que objeto de saber transmitido pelo destinador é irrelevante se comparado àquele que o transmite; o foco é no destinador, por ser aquele que tem todo poder.

Assim vamos vendo um sistema que não precisa que o destinador seja qualquer outra coisa que não poderoso, não interessando se ele tem ou não o saber. Há, portanto, uma quebra de expectativa, pois se esse destinador é figurativizado como o líder de uma sociedade, enquanto líder deveria ser também aquele que sabe. Porém essa sociedade parece aceitar um líder que é principalmente, senão somente, poderoso. O interessante aqui é que o romance sobremodaliza o /poder/ em relação ao /saber/. Notamos que nos elementos totalitaristas existe um foco não só no /poder/ como também no /saber/ do líder, o que não se revela na obra. Nessa sociedade, o /saber/ que o líder tem não é colocado em questão, pois seu /poder/ é intenso, sendo simplesmente tematizado como controle, dominando todo o sistema. Ao que parece, o /saber/ que antes era colocado em perspectiva como uma manipulação, para que a população visse o líder como aquele que tudo sabe também, sai de foco, pois o destinador já conseguiu todos os meios de se manter, de maneira que ele é simplesmente aquele que pode de todas as formas. O romance traz o efeito de sentido de ironia ou deturpação, pois não se pode entender o líder de maneira lógica, haja vista que causa e efeito se misturam: ele é líder porque tem o /poder/ e tem o /poder/ porque é o líder.

### **5.1.2 Destinador (es)**

Apesar de colocarmos no início que há uma referência maior aos líderes como senhores do Castelo ou funcionários do Castelo do que aos seus nomes, alguns ganham

destaque, como Klamm, Sortini e Sordini. Seriam essas figuras somente atores de um mesmo actante, destinador, ou seriam elas figuras que realmente marcam actantes distintos, de maneira que seriam sujeito em busca de um valor, talvez em busca do poder?

A fim de entender melhor o líder, comecemos pela análise do seguinte trecho:

V) Ora, naturalmente Barnabás não é um funcionário, nem um funcionário da categoria mais baixa, nem ele se atreve a querer sê-lo. Mas mesmo servidores de nível superior, que aqui na aldeia com certeza não se consegue em absoluto ver, não têm uniformes oficiais, segundo o relato de Barnabás; [...] os servidores de *nível superior* são mais reservados do que os funcionários, talvez com razão estejam situados *mais alto* até do que certos funcionários; algumas coisas parecem indicá-lo, eles *trabalham menos* e, segundo Barnabás, deve ser uma visão maravilhosa enxergar esses homens *fortes, grandes, seletos*, caminharem *lentamente* pelos corredores; (KAFKA, 2008, p. 200, grifo nosso).

Barnabás não se apresenta como a figura de um sujeito de poder, mas somente como um sujeito modalizado de /dever/, distinguindo-se dos funcionários e dos servidores de nível superior. Assim funcionários, senhores e servidores apresentam-se como as figuras que se referem às funções de poder. *Nível superior, mais alto e trabalhar menos* são expressões que reforçam a intensidade de poder. No entanto, por se configurarem em termos abstratos, por exemplo, temas como superioridade, corroboram com a noção abstrata de /poder/ apresentada na seção anterior. A diferenciação entre os destinadores é tão somente a intensidade do seu poder.

Devemos salientar que a figura *trabalhar menos* mostra que aquele com mais /poder fazer/ é o que menos faz. O efeito de sentido resultante é de um sistema cujo /fazer/ e /ser/ são também secundários. Logo, mais uma vez somos lembrados de que o poder está acima de qualquer outra modalidade. Além disso, *fortes, grandes e seletos* são adjetivos que implicam uma mudança pragmática nos sujeitos, mudanças estas operadas pelo poder. Isto é, quanto mais poder um ator tem, mais esse poder se mostra visualmente e o distingue, o que mostra que há uma suposta triagem até mesmo entre aqueles com poder, quanto mais poder, mais valorizado nessa sociedade o ator é. Novamente destacamos que a pouca densidade sêmica cria imagens imprecisas, pois não podemos dizer especificamente quais mudanças ocorreram no plano figurativo. Temos simplesmente a presença de temas como força e seleção. O mundo criado pelo enunciador parece de certa forma desfocado. Novamente somos levados ao elemento totalitarista de poder do líder. Um poder que vai

sendo tematizado como controle. Ou seja, existem temas, não figuras, o que acaba mostrando um efeito de sentido de intensificação do /poder/. Ora, sabemos que as figuras limitam o universo, o caracterizando; por outro lado, os temas não delimitam nada, somente abrangendo. Tematizar o poder, portanto, ao invés de figurativiza-lo é dar o efeito de sentido de intensificação desse poder. Um poder ilimitado.

*Lentamente* é um tema que, para além da lentidão do andar das figuras de poder, remete ao andamento do próprio sistema, pois há grande burocratização. Esta é justificada pelo aparente amor à organização, em que o zelo é mais importante que a eficiência, conforme os trechos abaixo:

VI) [...] *se* um processo segue o caminho certo, como é a regra, ele chega à repartição correspondente o mais tardar em um dia, sendo despachado nesse mesmo dia ainda; *se* porém erra o caminho, tem de procurar o caminho errado com bastante zelo, dada a *excelência* da organização, caso contrário não o acha e então é evidente que demora muito tempo. (KAFKA, 2008, p. 76, grifo nosso).

O trecho VI nos mostra, através dos marcadores *se*, que o fazer e o saber, nesse sistema, estão comprometidos, pois o tema *organização*, que recobre um /poder fazer/ e reforçada pelo qualificativo *excelência*, mostra que a confiança ou crer no /poder/ e/ou /poder fazer/ ofusca o /saber/ e/ou /saber fazer/, o que torna o sistema incapaz de funcionar eficientemente e com rapidez. Dessa maneira, os atores ou figuras de poder agora se apresentam também modalizadas pelo crer, o crer no poder. Essa ineficiência é reforçada no trecho VII:

VII) [...] o espaço dos funcionários é estreito, *onde duas pessoas só podem passar uma pela outra se espremendo*, e um espaço amplo, que é o das partes, dos espectadores, dos servidores, dos mensageiros. Sobre a escrivaninha estão abertos *livros* grandes, um ao lado do outro, e ao lado da maioria deles há funcionários em pé, que os lêem. Mas eles não permanecem no mesmo livro, embora não troquem de livros, mas de lugares; para Barnabás o mais espantoso é como eles, nessa troca de lugares, precisam pensar uns aos outros ao passar, por causa justamente da estreiteza do espaço. Bem diante da escrivaninha se encontram mesinhas baixas, onde estão sentados *escrivães* que, se os funcionários *querem*, escrevem os ditados que lhes são apresentados. A maneira como isso acontece sempre espanta Barnabás. Não ocorre *nenhuma ordem explícita* do funcionário, nem o ditado é feito em voz alta, quase não se nota que está sendo ditado, ao contrário, o

funcionário parece ler como antes, só que nesse lance ele ainda sussurra e o escrivão ouve. Muitas vezes o funcionário dita tão baixo que o escrivão, sentado, não consegue ouvir, aí ele precisa *se levantar de um salto* para captar o que é ditado, *sentar-se* rapidamente e escrever, *depois saltar outra vez* e assim por diante. (KAFKA, 2008, p. 205, grifo nosso).

Primeiramente percebemos que se trata de descrever o fazer dos funcionários. Esse fazer, entretanto, parece esvaziado de propósito e monótono. Há a repetição dos fazeres, como ler, trocar de lugar, ditar, não ouvir, levantar de um salto, sentar, saltar e assim repetidamente, o que indica a automatização do fazer. Além disso, a repetição mostra a automatização dos sujeitos. Ou seja, as figuras de poder, os funcionários, são considerados objetos modais no e pelo sistema, indicando a objetificação dos sujeitos no quadro de elementos. A automatização implica um /saber fazer/ mínimo, pois o saber necessário é mínimo, o que torna o fazer repetitivo. Assim, mais uma vez, vemos um fazer esvaziado - como no trecho III, em que as autoridades de controle que existem para buscar erros, não buscam erros, visto que não há erros - também, nesse caso, vemos que o fazer parece não operar qualquer transformação, como um fazer pelo fazer.

O destinador, como vimos, é antes de tudo poderoso. O saber não é uma modalidade que parece caracterizá-lo. Entretanto, se observarmos a figura *livros*, como um revestimento do saber, veremos que os funcionários supostamente estão se modalizando com um saber, porém não há qualquer indício de que estar modalizado com o saber, ou ser um destinador sábio, seja importante nesse sistema. Isso não só corrobora com a afirmação da necessidade de um saber mínimo, como também de que o saber é sobremodalizado pelo poder. Novamente citamos aqui o nível discursivo, pois o uso da figura *livros* para indicar o saber, ao mesmo tempo em que mostra um saber mínimo indica certa ironia, visto que as figuras de poder têm acesso ao /saber/, mas não parecem se utilizar dele, o que não deveria ocorrer por constituírem o líder. É novamente a prova de que o destinador já não precisa mais manipular ou ter o /saber/, pois ele já conseguiu garantir sua posição no sistema.

Até aqui vimos que as descrições não formam imagens claras, mas difusas. Enfatizam-se os temas e com poucos detalhes figurativos. Dessarte somos questionados se é possível identificar, além das figuras de funções e de seus nomes próprios, não só temas, mas figuras mais densas, capazes de delinear esses sujeitos e lhes dar uma identidade. Por exemplo, a aparência física ou o temperamento de Klamm. Alguns trechos nos esclarecem:

VIII) Seu aspecto físico é bem conhecido na aldeia, alguns o viram, todos ouviram falar dele e dessa aparência, desses rumores e também de segundas intenções, várias e falsas, se formou uma imagem de Klamm que certamente nos traços básicos *deve ser* verdadeira. Mas só nesses traços essenciais. De resto *ela é mutável* como a aparência real de Klamm e talvez nem mesmo tão mutável. Ele deve ter uma *aparência completamente diferente* quando vem à aldeia, outra quando a deixa, outra ainda antes de ter bebido cerveja, outra depois, outra acordado, outra dormindo, outra sozinho, outra durante uma conversa e, o que é compreensível, quase inteiramente outra lá em cima no castelo. (KAFKA, 2008, p. 203, grifo nosso).

IX) Aliás, até agora *nunca consegui vê-lo* com meus próprios olhos, ele não pode vir aqui para baixo, está muito sobrecarregado de trabalho, sua sala, conforme *me descreveram*, tem todas as paredes cobertas por colunas de processos volumosos empilhados uns sobre os outros, são apenas aqueles nos quais Sordini está trabalhando no momento. (KAFKA, 2008, p. 80, grifo nosso).

Expressões como *deve ser*, *mutável*, *nunca consegui vê-lo* e *me descreveram* revelam que não há figuras que marquem individualidades nos dois atores, seja Klamm, seja Sordini. Essas expressões, entre outras já mostradas, não só indicam o contrato enunciativo a ser explicitado na parte II, como mostram que os sujeitos não sabem, provavelmente, porque, enquanto sujeitos desprovidos de poder, não *podem saber*. Além disso, há falta de individualidades, que marcariam diferentes identidades. Assim esses indivíduos parecem não se distinguir perceptivelmente, como se independentemente da sua posição de poder, tudo que se consegue saber é: aquele indivíduo é um líder. Nesse sentido, Klamm, Sordini, senhores do Castelo, chefes da administração e outros são somente figuras que revelam diferentes atores para um mesmo actante, destinador, ou figuras que marcam supostos graus de poder. Esses supostos graus de poder, entretanto, parecem não ser de grande importância, como discutimos acima, de forma que ser um destinador e ter poder é o que basta para que os sujeitos nesse sistema dirijam total respeito a esses atores, em razão do papel do destinador nesse sistema.

De todas as formas, somos levados a afirmar que nada mais interessa nesse sistema que não a crença no poder. O destinador não parece ter de usar estratégias de manipulação a fim de conseguir que seus valores circulem, ou sua ideologia, no sentido semiótico do termo, a própria crença no poder parece ser suficiente para que os sujeitos aceitem os valores escolhidos. Portanto, o estudo do destinador nos revelou que os elementos totalitaristas encontrados foram o /crer/, o /poder/ do líder e uma objetificação dos sujeitos. Esse /poder/ se tematiza como controle e é reafirmado de todas as formas. A falta de

elementos descritivos ou figurativos que revistam esse /poder/ só o intensifica mais. Agora, passemos para o estudo daqueles que são manipulados, mandados e aceitam os contratos, os destinatários.

### 5.1.3 Destinatários

Mais acima, apontamos a dinâmica da hierarquia, em que um destinador é destinatário de outro destinador, cujo /poder/ é mais intenso. Entretanto, esses destinatários são prioritariamente destinadores, em relação aos aldeões. Assim, os destinatários por excelência seriam os sujeitos que não podem, os aldeões. Começemos a investigação sobre os destinatários pelos seguintes trechos:

X) “Vós aqui ao *nascerdas*, já trazeis o *respeito* pelas autoridades” (KAFKA, 2008, p.197, grifo nosso).

XI) Em cima do balcão estavam sentados os seus dois ajudantes, um pouco tresnoitados porém *contentes*, era a *alegria* do verdadeiro *dever cumprido*. (KAFKA, 2008, p. 53, grifo nosso).

XII) Através dos criados aprendi certos detalhes — como, por vias indiretas, sem o procedimento *difícil*, que *leva anos*, de admissão pública, pode-se chegar ao serviço do castelo; é claro que *nesse caso* a pessoa *não é*, em verdade, servidor titular, mas ela fica empregada apenas em caráter secreto e admitida pela metade; não tem *direitos* nem *deveres*; *o pior de tudo é* o fato de *não ter deveres*. (KAFKA, 2008, p. 252, grifo nosso).

Em primeiro lugar, destacamos duas palavras do trecho X, *nascerdas* e *respeito*. Nascer é uma figura que, se pensarmos nos modos de existência semióticos, podemos dizer, faz o sujeito ser realizado, no sentido de que o coloca em conjunção com a vida. Assim, se entendermos o respeito como tema de /dever/, veremos que o sujeito que surge nesse sistema já está em conjunção com o /dever/. Dessa maneira, a auto-sanção positiva, no trecho XI, se explica. Contentes e alegria mostram que esses sujeitos estão bem inseridos na axiologia dominante, que estão satisfeitos em cumprir com o /dever fazer/. Através do trecho XII, em expressões como *o pior de tudo*, *não ter* e *deveres* notamos que os sujeitos querem a não-disjunção com o dever. Se os sujeitos já nascem sendo definidos pelo /dever/, então já encontramos o seu valor. Ora, não devemos esquecer que o /crer/ e o /dever/ dos destinatários foram modalidades descritas nos elementos totalitaristas. Nesse sentido, já encontramos aqui outro elemento que caracteriza essa sociedade.

Além disso, *procedimento difícil, que leva anos; pode-se chegar ao serviço do castelo; fica empregada apenas em caráter secreto e admitida pela metade* relacionam-se com a palavra seletos, reafirmando a triagem. Esses temas, como dificuldade e seleção, mostram que não basta o /querer/ dos sujeitos para que possam receber um /dever/. Dessa maneira, estão à mercê de um destinador para receberem o /dever/, porquanto, como sabemos, são os sujeitos do não poder e se aceitam como tais. Pois, se o que define esses sujeitos é o /dever/, podemos concluir que eles dependem de outro sujeito que lhes dê um objeto de dever. Isso mostra que estão subordinados. Da mesma forma, seu /querer dever/ nos faz concluir que aceitam essa dependência e que não há qualquer conflito modal. Destarte, a triagem do sistema é aceita, tanto por destinadores, quanto por destinatários. Assim, é interessante notarmos a incompatibilidade de modalidades desse sistema, pois os sujeitos devem, mas não podem. Há uma necessidade e uma impossibilidade ao mesmo tempo, o que impede qualquer ação dos sujeitos, a ação dos sujeitos está completamente sujeita ao destinador.

A aceitação de sua impotência implica que aceitam o /poder/ do destinador. Alguns trechos nos revelam isso:

XIII) Sou *fiel* ao meu marido, mas em relação a Klamm o que sou? Klamm tornou-me uma vez *sua amante*, será que posso um dia perder *esse nível*? (KAFKA, 2008, p. 95, grifo nosso).

XIV) O senhor sabe o que significa ser interrogado pelo senhor secretário? É provável que talvez nem ele próprio saiba. Fica sentado tranqüilamente ali e cumpre o seu dever, em função da ordem, como diz. Mas tenha em mente que Klamm o *nomeou*, que ele trabalha em *nome de Klamm*, que o que faz — mesmo que nunca chegue até Klamm — tem desde o início a *aprovação* de Klamm. E como pode alguma coisa ter a aprovação de Klamm que não esteja plena do seu espírito? Longe de mim querer com isso, por acaso, lisonjear de uma maneira rude o senhor secretário, ele próprio o proibiria com veemência, mas não estou falando de sua personalidade individual, as *daquilo que ele é quando conta com a aprovação* de Klamm, como é o caso agora. (KAFKA, 2008, p. 135, grifo nosso).

A expressão *tornou-me* mostra que houve a mudança de estado de um sujeito proporcionada por um outro sujeito, ou seja, existe um sujeito de estado e um sujeito do fazer. A mudança de estado poderia ser interpretada como a realização da conjunção do sujeito de estado com o amor ou prazer sexual, conforme a figura que recobre o estado é amante. Entretanto, estar em conjunção ou não com o amor ou prazer sexual, geralmente, envolve o /querer/ do sujeito de estado; os dois amantes seriam, de certa forma, sujeitos do fazer. Por

isso a escolha pelo vocábulo *tornou-me* torna-se estranha, assim como revela que o /querer/ de um dos sujeitos pouco importa. Dessarte, o sujeito que é desprovido de poder renega seu /querer/ - ou melhor, sequer põe em questão um querer – e coloca-se como um objeto nesse sistema. Se a figura que pode quer, então o sujeito que não pode simplesmente aceita. Essa passividade e anulação do sujeito que somente foca no destinador já nos mostra uma das características dos sistemas totalitários, o foco em uma só identidade. Os sujeitos se constroem e buscam o /dever/, marcando sua relação de obrigatoriedade para com o destinador, não colocando em questão, em nenhum momento, sua alteridade.

A questão “será que posso um dia perder esse nível?” reforça isso, mostrando que aceitar o /querer/ da figura de poder é ser, entre outras coisas, admirável. Ao afirmar a fidelidade ao marido, ator de mesmo nível que aquele que fala, o ator, dona de um albergue, revela a discrepância de níveis: ser amante de Klamm é tão importante que não pode se configurar em traição ao seu marido. Trata-se de uma instância de obediência e dependência intensificadas pelo desnível hierárquico. Destarte, no trecho XIV, as expressões *nomeou* e *aprovação* mostram que o destinador investiu um actante com um /poder fazer/, transformando-o em mais um ator do actante destinador.

O foco, então, é no destinador, pois é aquele que concede poder. Há, portanto, uma devoção e aceitação de poder tão intensas, quase religiosas, como veríamos em um padre ou pastor que fazem algo em nome de Deus. Esses sujeitos parecem estar, antes de tudo, crendo no destinador, ou melhor dizendo, no poder do destinador. Veja o leitor que esse /crer/ intenso religioso nos remete ao que vimos no capítulo 1, na revisão dos trabalhos teológicos. Entretanto, ao contrário de Kohzadi e Azizmohammadi (2013), não podemos afirmar que Klamm é Jesus, por exemplo, pois não há elementos descritivos, figurativos e temáticos suficientes para tal afirmação, porquanto só nos é apresentado o tema obediência. O que podemos afirmar é que parece haver algo de religioso no /crer/ dos destinatários. Esse é, portanto, o único ponto de concordância entre nosso trabalho em semiótica e os trabalhos em teologia.

Duas observações podem ser feitas agora. Os sujeitos já surgem manipulados nesse sistema, já nascem possivelmente buscando uma não disjunção com o /dever/, dependentes do destinador e crendo em seu poder. Dessa forma, o destinador parece ter total controle sobre esse sistema. A obediência, admiração e aceitação direcionadas ao destinador fazem os destinatários sempre reafirmarem a axiologia do sistema, pois os destinatários em

sua subordinação total consideram o /poder/ do destinador acima de qualquer coisa, portanto, o que o destinador faz e é assim deve ser. Essa reafirmação da axiologia marca o que já falamos no capítulo 4, a ideologia que é transformada em uma nova axiologia. Notemos que não há outro valor para esses sujeitos que não o /dever/ e não existe outra atitude que não a obediência. Não havendo outro valor possível, a ideologia passa a ser, então, uma nova axiologia, um dos elementos totalitaristas. No caso do romance, a nova axiologia se constitui unicamente do /dever/ tematizado como trabalho.

Nesse ponto, podemos reafirmar que o /crer/ no destinador e o /dever/ como valor dos destinatários é um outro elemento totalitarista que se manifesta. O interessante é que essas modalidades são tematizadas de modo que não temos nada “concreto”, pois temas como trabalho não especificam o /dever/ mas só reforçam a própria obrigação. Dessa mesma forma o crer não tem um porquê, não sabemos, portanto, a causa de crerem. Isso acaba mostrando um crer fanático que se sobrepõe a qualquer objeto de /saber/. Novamente nos adiantamos para dizer que podemos pensar que o enunciador ao não figurativizar o /dever/ especificando o trabalho, por exemplo mostrando a dinâmica patrão e empregado, dá o efeito de sentido de alienação dos sujeitos. O sistema totalitarista no romance, então, através da tematização, se mostra arbitrário, de modo que quem está dentro é alienado e quem está fora, como o enunciatário, não entende o porquê do que acontece dentro.

Sendo o valor desses sujeitos o /dever/ e completamente obedientes, é difícil imaginar a possibilidade de desobediência. Contudo, há um caso de insubordinação, cujas consequências nos revelam uma peculiaridade dessa sociedade. Devido ao tamanho da narrativa, resumiremos com nossas palavras, destacando trechos diretos para desenvolver a análise.

O caso, contado por Olga, se dá quando uma aldeã, irmã de Olga chamada Amália, recebe uma carta de Sortini, um senhor do Castelo: “Era uma intimação para procurá-lo na Hospedaria dos Senhores, e na verdade Amália devia ir imediatamente, pois Sortini tinha de partir em meia hora.” A moça ao invés de seguir a intimação, se desfaz da carta: “rasgou-a, atirou os pedaços no rosto do homem lá fora e fechou a janela.” Depois desse acontecimento, a aldeã e sua família foram acusados por todos. Entretanto, não houve nenhuma punição explícita:

XV) Todos nós sabíamos que não viria nenhuma punição explícita. Eles só se afastaram de nós. Tanto as pessoas aqui quanto o castelo. Mas enquanto se observava, naturalmente, o afastamento das pessoas, não se notava nada, em absoluto, da parte do castelo. Já havíamos reparado antes, também, a falta de solicitude do castelo, agora tínhamos de notar uma mudança de atitude. Esse silêncio foi o pior de tudo. (KAFKA, 2008, p. 236).

Os aldeões afastaram-se, por acreditarem ser seu dever: “Quando se desligaram de nós acreditaram que faziam apenas o seu dever: nós não teríamos agido de outra forma no seu lugar.” Em meio a tudo isso, o pai da aldeã perde seu emprego na aldeia e qualquer ligação com o Castelo. Em função disso, passa a buscar perdão: “Mas do que deviam perdoá-lo? — era o que lhe respondiam, até então não tinha sido expedida nenhuma queixa contra ele, nem mesmo ela constava ainda nos protocolos”. Sua busca passou a ser nas ruas, esperando que algum funcionário passasse e o pudesse perdoar, mas o tempo passou e suas esperanças foram se perdendo, foi enfraquecendo fisicamente, até que:

XVI) Certa manhã o pai não conseguiu mais tirar as pernas duras da cama; estava inconsolável, acreditava ver, numa fantasia de febre amena, como naquele momento, lá em cima, na horticultura de Bertuch, parava uma carruagem, descia um funcionário, perscrutava a grade em busca do pai e voltava para o veículo, irritado e balançando a cabeça. O pai, nessas ocasiões, soltava gritos que era como se quisesse, daqui, ser notado pelo funcionário lá em cima e explicar a falta de culpa de sua ausência. (KAFKA, 2008, p. 247).

Destacamos a palavra *intimação*, que recobre um /dever/ dado pelo destinador, e os verbos *rasgou-a* e *atirou* como exemplos do descumprimento do dever, da recusa explícita. Ao mostrar desobediência, o sujeito recusou o /dever/, conseqüentemente recusa o destinador, ou seja, Amália recusa o contrato proposto pelo destinador. Sua sanção conforme as figuras *falta de solicitude* e *silêncio*, no trecho XV, mostram que o destinador se recusa a ter aqueles sujeitos, Amália e sua família, como seus destinatários. A desobediência contra tal destinador resulta em uma sanção dos outros sujeitos de não poder, que creem ser seu dever cortar qualquer laço com aqueles sujeitos rejeitados pelo destinador, pois desobedecer aquele destinador não é somente recusar a fazer parte daquele sistema, mas estar impossibilitado de pertencer a qualquer outro, porquanto não conhecem qualquer outro destinador. Assim, mesmo que sejam retirados do sistema pragmaticamente, não saem cognitivamente, estando sempre atrelados a esses valores, mesmo que à margem do sistema.

A sanção cognitiva surge a partir do momento em que a carta é rasgada; todos os outros sujeitos sabem do fato e reprovam a família, resultando na sanção pragmática, ostracismo.

Dessa forma, um dos sujeitos de não poder, a figura do pai, resolve reparar os danos, a fim de retornar a ser um destinatário e novamente buscar o valor /dever/, provando ser um sujeito nesse sistema, porquanto sem o destinador, não há valor, conseqüentemente não há sujeito. Em sua busca, o sujeito não só recebe o silêncio do Castelo, mas também as expressões *do que deviam perdoar, não tinha sido expedida nenhuma queixa e nem mesmo ela constava nos protocolos* revelam que o destinador não formalizou a desobediência, como seria o esperado em uma sociedade burocrática, assim como a própria menção a expedir queixa e constar nos protocolos, para que se saiba o que deve ser perdoado, mostra que seria esse o procedimento padrão. Essa não formalização, juntamente com seu silêncio podem indicar não só a sanção “mais cruel” a ser dada, retirar pragmaticamente os sujeitos do sistema, como também que o destinador não precisou sancionar, pois os sujeitos daquele sistema, por reafirmarem a axiologia do destinador e crerem no seu poder, tornaram-se destinadores julgadores e ostracizaram os desobedientes, o que dá o efeito de sentido de que esse destinador é tão poderoso que qualquer fazer contrário à axiologia é severamente reprimida pelos sujeitos do sistema. O poder do Castelo é infinito e todos reconhecem isso, inclusive a família transgressora, mas mesmo sabendo da infinitude de seu poder não desistem do perdão. A condição da família agora parece ser essa: buscar para sempre o perdão que não tem.

Devemos notar que a atitude dos sujeitos que se colocam como destinadores julgadores é a mesma dos sujeitos dos sistemas totalitaristas destacados por Arendt (1989) e Friedrich e Brzezinski (1965). Nesses sistemas os sujeitos se colocam uns contra os outros por medo de serem considerados culpados. Comparando ao que ocorre no romance podemos pensar que não só há uma adesão e crença na ideologia do destinador, que aliás transforma a ideologia em uma nova axiologia, como também há um medo dos sujeitos de que se eles não sancionarem negativamente a ação, podem ser também considerados culpados, o que marca o terror nessa sociedade.

O sujeito renegado, pai, sente a sanção não só cognitivamente, mas também pragmaticamente, como podemos ver as figuras *não conseguiu mais tirar as pernas e acreditava ver*. Essas figuras mostram que o sujeito perde qualquer competência que poderia ser revestida de figuras com o sema /animado/ ou /racional/, por exemplo. Parece que entra

em uma espécie de estado vegetativo, perdendo qualquer complexidade que uma figura como ser humano traria. Portanto, sem o reconhecimento do destinador, esse sujeito se mantém à margem no sistema. Se pensarmos novamente nos modos de existência semiótico, podemos dizer que esse sujeito não é mais um sujeito realizado, mas potencializado, de maneira a perder cada vez mais sua densidade existencial, parece caminhar para uma ausência total e se virtualizar.

Podemos ver, então, que as consequências são graves para aqueles sujeitos que não cumprem o /dever/ atribuído pelo destinador, mas, mais ainda para o pai, que foi o único que viveu a sanção também em seu corpo. Dessa forma, alguns questionamentos surgem durante a análise: Por que somente o pai perde sua humanidade? Por que Amália, a verdadeira responsável, sofre somente a mesma punição que sua irmã, ser desprezada pela sociedade? Seria o pai aquele que sofre a sanção mais cruel por ser o único a buscar seu lugar na sociedade? O resto da família também não perde seu lugar? Seriam Amália, Olga e o resto da família seres indiferenciados, não sujeitos, por isso a sanção sofrida é mais leve?

Essas perguntas parecem respondidas quando nos direcionamos à peculiaridade de que falamos: a sociedade parece distinguir homens e mulheres. Vejamos os trechos abaixo:

XVII) A relação das mulheres com os funcionários, acredite-me, é muito difícil, ou antes, sempre muito fácil de julgar. Amor aqui nunca falta. Não existe amor infeliz de funcionário. Não é um elogio, nesse sentido, quando se diz de uma jovem — aqui não estou me referindo nem de longe a Frieda — que ela se entregou ao funcionário porque o amava. Ela o amava e se entregou a ele, foi isso o que aconteceu, mas não há nada a louvar neste caso. (KAFKA, 2008, p. 225).

XVIII) Mas nós sabemos que as mulheres não podem senão amar funcionários quando estes se voltam para elas; na verdade amam o funcionário desde antes, por mais que queiram negá-lo. (KAFKA, 2008, p. 225).

Nos dois trechos é possível ver através das sentenças *a relação das mulheres com os funcionários* e *não existe amor infeliz de funcionário* que o sujeito, cuja figura tem semas como /humano/, /sexualidade/ e /feminino /, tem um papel bem definido no sistema, ser amante, assim esse sujeito nunca entra em disjunção com o valor. Ou seja, o sujeito figurativizado como mulher é reconhecido sempre como potencial amante pelo destinador.

Assim, nem a desobediência é capaz de tirar pragmaticamente esse sujeito do sistema. Parece ser uma visão de amor que foge do senso comum, pois já está dado de antemão.

Por outro lado, o sujeito figurativizado como homem não tem um papel único na sociedade, dessa forma nada garante que ele não poderá se disjuntir do valor. Além disso, a figura homem, ao contrário da mulher, a depender da sua conexão com o Castelo, seja por estar fisicamente perto ou ter um dever dado por ele, pode receber o sema /animal/. Essa observação nos leva a convocar alguns outros excertos:

XIX) Ela pegou *um chicote* que estava num canto e saltou com um único pulo, alto [...]— Em nome de Klamm — exclamou —, para a estrebaria, todos para a estrebaria. [...]. Agora *eles* viam que era sério, com um *medo incompreensível para K. começaram a se apinhar no fundo; sob o impacto do primeiro abriu-se uma porta, o ar da noite entrou, todos desapareceram com Frieda, que certamente os conduziu pelo pátio até a estrebaria.* (KAFKA, 2008, p. 50, grifo nosso).

XX) Você sabe muito bem que praga era para Frieda *o corpo de criados*; no fundo são, na maioria das vezes, pessoas tranquilas, mimadas pelo serviço fácil e transformadas em gente preguiçosa: “que você possa ter a vida de um criado” é uma fórmula de bênção dos funcionários e efetivamente, no que diz respeito à boa vida, os criados deviam ser os verdadeiros senhores no castelo; eles também sabem apreciar isso, e *no castelo*, onde se movimentam sob suas leis, são silenciosos e dignos, muitas vezes isso me foi confirmado e aqui também se acham ainda, entre os criados, resíduos dessa espécie, mas *resíduos apenas*; de outra forma, pelo fato de que *na aldeia as leis do castelo não vigoram mais por completo em relação a eles, acabam como que metamorfoseados*; um povo selvagem, insubordinado, dominado por seus impulsos insaciáveis em vez de controlados por leis. Sua falta de vergonha não conhece limites. (KAFKA, 2008, p. 250, grifo nosso).

As figuras *chicote*, *estrebaria*, *selvagem*, *insubordinado* e *dominado por seus impulsos insaciáveis* levam à isotopia do mundo animal, indicando que a figura *corpo de criados*, que deveria ter o sema /humano/, tem, na verdade, o sema /animal/. Entretanto, vemos que eles somente são assim caracterizados no espaço *aldeia*, pois estão longe do espaço *castelo*. Neste espaço, os adjetivos *silenciosos* e *dignos* mostram que o sema /humano/ retorna. Assim, por mais que estejam em conjunção com o dever, visto que são criados, por estarem longe fisicamente do Castelo perdem suas características humanas. Essa animalização, aliás, remete ao que Zilcosky (1991) fala sobre uma Vontade que escraviza tudo e animaliza os servos.

Como podemos observar, somente a figura que contém o sema /masculino/ pode também ser acrescida do sema /animal/, o que corrobora a afirmação de que as mulheres

sempre têm o sema /humano/. O mesmo não pode ser dito em relação aos homens. Isso ainda mostra que a busca pelo /dever/ é também a busca de se reafirmar como destinatário em busca do destinador. A busca é tão intensa que quanto mais perto do campo de presença do destinatário está o destinador, mais o sujeito se reafirma, podendo ser figurativizado como homem, não animal.

Podemos agora retomar os questionamentos sobre o caso da família de Amália e pensarmos que o pai sofre a sanção mais cruel, justamente por ser homem, e ao ter seu valor negado, não há como se assegurar pragmaticamente no sistema. Por outro lado, Amália e Olga têm um papel muito claro, enquanto mulheres, assim esse papel, amante, garante que elas não sejam disjuntas do valor. Homens parecem ser atores mais complexos, portanto, pois são mais passíveis de investir um sujeito, ao contrário das mulheres que somente têm um papel, amantes, e parecem exercer a função de objeto nesse sistema.

Além disso mais uma vez podemos notar que as expressões *em nome de e medo* marcam a submissão dos aldeões, pois a simples menção ao nome já é capaz de representar todo o poder. Usar uma figura como o nome próprio para referir-se ao sujeito de poder, conforme vimos na seção destinatário, é indicar a intensidade do poder. Assim, o nome dos sujeitos de poder é capaz de evocar, dentre outras paixões, o medo. Novamente podemos comparar a algumas religiões nas quais os sujeitos usam o nome do destinador para invocar para si as modalidades visadas. Nesse sentido, a admiração, obediência, respeito e dependência dos sujeitos em relação ao destinador, assim como o crer no poder, vão delineando um sujeito fanático, incapaz de pensar em se desligar do destinador e procurar outros valores. Estando esses sujeitos no sistema do crer, talvez pudéssemos dizer que não só creem no poder, como também creem dever. Assim trata-se de uma sociedade que crê que seu propósito último é dever.

Dada a conclusão a que chegamos sobre o crer no poder e no dever, assim como o valor único e último desses sujeitos que os tornam tão dependentes do destinador, o leitor pode se questionar como é possível que aconteça uma desobediência. Parece haver uma contradição. Não há realmente qualquer explicação do porquê do descumprimento. Este é tratado com naturalidade por todos no sentido que os sujeitos não questionam o porquê acontece, só aceitam. Essa situação nos mostra uma incompreensão que acompanha o leitor por todo o romance e que se relaciona ao que falamos sobre o enunciatário que não entende o

porquê. Esse ponto é algo a ser tratado no nível da enunciação, por isso retomaremos essa possível contradição na parte 2.

Finalizamos essa seção identificando os elementos totalitaristas que foram apresentados: foco em uma só identidade, pois nunca é colocada em questão a alteridade dos sujeitos; o /crer/ e o /dever/ dos destinatários; o terror, visto que há um ostracismo pelo fato de um sujeito ter ofendido o destinador; e, por fim, a ideologia que passa a ser uma nova axiologia.

Para que nossa apresentação dessa sociedade fique completa, precisamos apresentar uma das partes mais importantes do romance, o actante sujeito. É através dele que percebemos essa sociedade e vemos como ela lida com o diferente. Por isso dedicamos a próxima seção ao personagem principal, K.

#### **5.1.4 O elemento estranho**

Toda a história do romance é contada a partir de K., não por ser uma narração em primeira pessoa, mas porque o narrador está preso a ele. Dessa forma, o que sabemos seja do destinador, seja dos destinatários vem do que K. observa e ouve. Além disso, K. se mostra importante porque como um sujeito de fora – ele é contratado para ser um agrimensor da aldeia e é a partir de sua chegada que a história começa - ele mostra como a sociedade lida com um sujeito que tem outros destinadores.

Começemos analisando os seguintes trechos:

XXI) — Está *olhando* o castelo? — perguntou, mais brando do que K. havia esperado, mas num tom de quem *não aprovava* o que K. estava fazendo. — Sim — disse K. — *Sou de fora*, estou aqui só desde ontem à noite. — *Não gosta* do castelo? — perguntou rápido o professor. — Como? — replicou K. um pouco desconcertado e repetiu a pergunta numa forma mais suave: — Se gosto do castelo? Por que acha que não gosto? — *Nenhum forasteiro gosta* — disse o professor. (KAFKA, 2008, p. 15, grifo nosso).

Os destinatários são sujeitos, cujo valor é o dever, além de serem modalizados com o /não poder/. Conforme vimos no caso de Amália, eles reafirmam os valores do

destinador tornando-se destinadores julgadores em relação aos sujeitos que, de alguma forma, afrontam o sistema. Assim, no trecho acima, podemos perceber através da figura *não aprovava* que um sujeito se coloca como destinador ao sancionar um fazer, que é revestido pela figura *olhando*. Olhar é um termo que se refere a um dos cinco sentidos humanos, pelos quais conhecemos o mundo. Nesse sentido, pode ser interpretada como uma figura do /querer saber/. Ora, nesse sistema, não há qualquer /querer saber/, como já vimos. Assim a expressão *não gosta* se justifica, indicando uma espécie de preconceito em relação àquele que olha, porquanto o sujeito que não pode, ao aceitar seu destinador, não é modalizado por nenhum /querer saber/. Em outras palavras, o sujeito que /não pode/ não realiza ações como olhar para o Castelo, pois seria uma automodalização e a busca de um saber, cujo objeto é o destinador, portanto um fazer completamente impensado e desrespeitoso. Automodalizar-se é colocar a si mesmo como um destinador com valores diferentes do destinador Castelo, logo um fazer impensado, pois não há espaço para outro destinador nesse sistema, assim como um fazer desrespeitoso, pois os sujeitos que não podem, o que inclui o /não poder saber/, creem e aceitam seu não poder. Dessa forma não há razão para o /querer saber/, porque seria uma modalidade conflituosa com o /não poder saber/, e, como sabemos, não há conflitos modais. Destarte, um sujeito que olha está mostrando que não aceita ou crê no destinador como os outros sujeitos do sistema. Nesse sentido só olha para o Castelo quem questiona o Castelo enquanto destinador absoluto, logo, indica que não gosta do Castelo, como sugere o excerto acima. Todos no sistema aceitam e respeitam esse destinador absoluto. Consequentemente só alguém de fora do sistema olharia, ou, em outras palavras, apresentaria qualquer /querer saber/.

Há, portanto, uma espécie de argumento lógico que se revela nas palavras *nenhum forasteiro gosta*: se é de fora, então não gosta do destinador. Dessarte, esse argumento parece ser um /saber/ já naturalizado, ou até mesmo /crer/, dos sujeitos que não podem. Assim, os sujeitos desse sistema são preconceituosos e dispensam qualquer sujeito de fora, revelando um sistema de triagem. Esse argumento lógico remete ao elemento totalitarista sobre o fazer cognitivo dos seguidores. Aqui no romance a premissa é o respeito ao líder, então todas as ações e pensamentos serão voltadas para o cumprimento dela. Note o leitor que a premissa de respeito ao Castelo é algo vago e abrangente, que envolve até mesmo um olhar. A tematização, respeito, novamente parece reforçar essa obrigatoriedade na relação entre destinador e destinatário ao não colocar limites para o que seria considerado desrespeitoso.

Apesar de isto não ficar claro no livro, podemos pensar o terror como uma consequência lógica dessa falta de limites, visto que uma atitude qualquer pode ser considerada desrespeitosa e o sujeito sofrer uma punição.

Aceitar o destinador como absoluto é, por conseguinte, somente aceitar os valores desse destinador. Sendo o valor dos destinatários somente o /dever/ e percebendo sua não aceitação a qualquer afronta ao destinador, vemos que é reforçada a ideia e o elemento totalitarista de que a ideologia desse sistema se tornou uma nova axiologia, pois só há aquele valor no sistema todo. Com efeito, o actante sujeito será sancionado negativamente de diversas formas.

Vejamos os seguintes trechos:

XXII) O senhor *não é do castelo*, o senhor *não é da aldeia*, o senhor *não é nada*. Infelizmente porém o senhor é alguma coisa, ou seja, *um estranho*, alguém que está *sobrando* e fica *no meio do caminho*, alguém que sempre causa aborrecimento. (KAFKA, 2008, p. 61, grifo nosso).

XXIII) — Então tenho de ir buscar uma permissão — disse K.  
 — Sim, mas de quem? — perguntou o jovem.  
 — Do senhor conde — disse K. — Não resta outra coisa a fazer.  
 — Agora, à *meia-noite*, buscar a permissão do *senhor conde*? — exclamou o jovem e recuou um passo.  
 — *Isso não é possível?* — perguntou K. impassível. — Por que então me acordou?  
 Mas dessa vez o jovem ficou fora de si.  
 — Isso são *maneiras de vagabundo!* — bradou ele. — *Exijo respeito* pela autoridade do conde. (KAFKA, 2008, p. 8, grifo nosso).

As expressões *não é do castelo*, *não é da aldeia* e *não é nada* mostram diferentes graus de adesão e pertinência do sujeito a essa sociedade. Elencar os sujeitos de maior poder até a não existência do poder intensifica a sanção, ou melhor, a triagem própria desse sistema. Destarte, as expressões *estranho*, *sobrando* e *meio do caminho* revelam que o actante sujeito é visto como um antiobjeto. O uso de mais de um tema que marca o não pertencimento ao sistema acaba por reiterar e intensificar K. como um antiobjeto, assim como a repulsa e inadequação direcionadas a esse actante e, por fim, a intolerância desse sistema. Vejamos que aqui aparece explicitamente o elemento totalitarista intolerância.

Poderíamos dizer, portanto, que a intolerância é decorrente somente do fato de ele ser um sujeito de fora? O trecho XXIII, entretanto, nos revela que o problema não está

somente no fato de o indivíduo ser um forasteiro, ou seja, não se trata somente do saber prévio, que se perpetua entre os sujeitos do não poder. O termo *permissão* mostra que há um destinador que modalizará um outro sujeito. O destinador em questão é a figura do conde, que, como sabemos, é o destinador de maior grau de poder, portanto o mais respeitado e temido. A expressão *meia noite* marca o tempo, indicando que já é madrugada, que, associada a *exclamou* e *recuou*, justificam o espanto que desestabiliza o sujeito que teve o saber invadido em seu campo de presença, pois a perturbação do ator que reveste o destinador na madrugada se configura falta de respeito e de devoção, atitudes impensáveis nesse sistema. Logo, *maneiras de vagabundo* configura sanção negativa, mostrando que o actante sujeito não é civilizado ou socialmente apto, por quebrar o contrato social.

Dessa maneira, a intolerância não está fundamentada somente na presunção prévia de que todo estrangeiro por sua própria condição exterior à comunidade é incompatível com ela, mas também pelas palavras e ações do sujeito que confirmam sua não adesão ao destinador. Podemos nos questionar, então, sobre a forma de inserção do sujeito nesse sistema. Alguns excertos nos esclarecem:

XXIV) Prezado senhor: como sabe, o senhor foi *admitido* nos *serviços administrativos* do conde. Seu *superior imediato* é o prefeito da aldeia, que lhe comunicará todos os detalhes sobre o *trabalho* e as condições de pagamento e a quem o senhor também prestará contas. A assinatura não era legível, mas sob ela estava impresso: *Chefe da repartição X*. (KAFKA, 2008, p. 31, grifo nosso).

XXV) Só como trabalhador da aldeia, o mais distante possível dos senhores do castelo, ele era *capaz de conseguir* alguma coisa lá; estes habitantes da aldeia, que ainda eram tão desconfiados em relação a ele, começariam a falar uma vez que, apesar de não ser amigo de nenhum, havia *se tornado seu concidadão*. (KAFKA, 2008, p. 33, grifo nosso).

Em primeiro lugar, colocamos em destaque a figura chefe da repartição X. A vagueza na descrição do cargo indica somente sua adesão ao destinador, mas não identifica qualquer particularidade: não se sabe qual a repartição ou quem é o chefe (dada também a assinatura ilegível). Isso corrobora o que dissemos no tópico Destinador(es): os aldeões são despidos de saber, assim como os atores que são figuras do destinador gozam de uma única identidade.

Em segundo, destacamos as expressões *admitido* e *superior imediato*, que revelam que o actante sujeito foi colocado no sistema pelo destinador e, portanto, é um destinatário.

Da mesma forma, *serviços administrativos e trabalho* mostram que se trata de um sujeito do dever. Podemos concluir que esse sujeito aceitou um contrato inicial, ou seja, foi manipulado para entrar no sistema como um sujeito do dever e aceitou a manipulação. Já no trecho XXV, as expressões *capaz de conseguir e se tornado seu concidadão* mostram que esse actante quer pertencer ao sistema, portanto indicam um /querer dever/. Assim, vemos que o actante sujeito não só tem o mesmo destinador que os outros sujeitos, como parece estar modalizado com o mesmo /querer/ deles.

Nesse sentido, poderíamos esperar que, por apresentar o mesmo destinador e estar modalizado da mesma maneira que os outros, os demais sujeitos não mais demonstrassem intolerância em relação a K. Porém o trecho XXIII foi o nosso primeiro indicativo de que o valor do actante sujeito difere do valor dos outros sujeitos, porquanto sua afronta ao destinador mostra que, ao contrário dos sujeitos do não poder, não está completamente subordinado ou dependente ao destinador. Esse sujeito tem vontade de pertencer ao sistema. Entretanto, diferentemente dos outros sujeitos que já surgem no sistema conjuntos com o valor dever e somente conhecem e respeitam um único destinador e que, não conhecendo outro sistema ou valor, querem dever, o actante sujeito conhece outros destinadores, porque já vem de outro sistema, provavelmente tem outros valores. Sua vontade de pertencer parece então caracterizar antes um /querer ser/ do que um /querer dever/. Pois, se para os sujeitos do sistema o dever é algo essencial – a crença no dever - para o actante sujeito é irrelevante, no sentido de que poderia ser qualquer outro valor: sua busca pelo dever é, na verdade, função de um desejo de pertencer àquele sistema e não uma crença no dever ele mesmo. Logo, se em uma conclusão rápida poderíamos dizer que K. e os aldeões têm o mesmo querer, através de sua afronta vemos que não só parecem estar em regimes diferentes – os aldeões estão no regime do crer dever e K. no regime do saber dever -, como o querer de K. é diferente do querer dos demais.

Como vai sendo possível notar, o romance é pouco figurativo e muitas coisas só devem ser aceitas, mesmo sem saber o porquê. Isso resulta em não sabermos exatamente quais os valores descritivos a que está atrelado o ator K. Só podemos, de certa forma, especular. Entretanto, existe um trecho muito curioso que parece elucidar essa questão. K. está procurando por Klamm no albergue para resolver o problema do seu emprego, mas Klamm, de acordo com os criados, não aparecerá para ele. Mesmo sendo mandado embora e os criados dizendo que ele jamais verá Klamm (“- O senhor não vai vê-lo de todo

modo, ficando ou indo embora [...]" ), ele insiste em esperar Klammm (“- Prefiro então não vê-lo ficando aqui”), ficando no frio dentro do transporte, o qual levaria a figura de poder embora. Klammm realmente vai embora sem que K. veja, mas ele não fica triste:

XXVI) Na parte de cima ficou iluminada apenas a fenda da galeria de madeira, capturando um pouco o olhar errante, uma vez que parecia a K. que agora todas as ligações com ele tivessem sido rompidas e estivesse sem dúvida mais *livre* que nunca e pudesse ali esperar no local antes proibido para ele quanto tempo quisesse e tivesse lutado por essa liberdade como quase nenhum outro e ninguém tivesse permissão para tocá-lo ou mandá-lo embora, nem mesmo interpretá-lo. No entanto essa convicção era no mínimo igualmente forte, como se, ao mesmo tempo, não existisse nada mais sem sentido, nada mais desesperado do que essa *liberdade*, essa espera, essa invulnerabilidade. (KAFKA, 2008, p. 125, grifo nosso).

Veja que ele se sente livre. Há uma auto sanção positiva de K. Ele acredita que o seu esforço para ver Klammm mostra uma espécie de poder ou conquista sua. Talvez seja o único momento em que K. conseguiu algo, isto é, entrou em conjunção com um valor. A questão é que parece ser tão pouca essa conquista que impressiona, porque, na verdade, ele não falou com Klammm, nem resolveu seu problema. Ele euforiza o valor pelo fato de ele não ter ouvido a ordem ou tomado a decisão ali. O /poder/, a possibilidade de escolha, de não fazer como diziam, mas de desafiar o sistema. O valor de K. parece ser o /poder/, o qual pode ser tematizado como liberdade, como fica explícito no trecho. O /poder/ de K. não é o /poder/ das figuras de poder. O delas se tematiza como controle, mas o de K. como liberdade. O ponto a ser destacado, contudo, é que o sistema parece repelir a busca de /poder/ independentemente de como ele se manifesta. Isto é, não interessa que o /poder/ que K. busca seja diferente daquele do Castelo. A repressão parece se manifestar em imanência, na modalidade, não na tematização. Daí, caminhamos para falar na generalização do romance. Ainda nesse caminho podemos colocar a questão ideológica, pois a liberdade não é um valor a ser buscado nesse sistema, o que pode ser buscado é o /dever/ que se tematiza na obediência, qualquer outro valor não é passível de existir no sistema, como se a própria axiologia da sociedade não permitisse a existência desse valor, momento em que dizemos que ideologia e axiologia estão se confundindo.

Esse /poder/, ou essa liberdade, caracterizam essa busca não só por aproximar-se do Castelo ou ir e vir, mas também uma busca pelos valores do Castelo ou do que ele representa, caracterizando uma busca por pertencer. Isso nos remete diretamente a Anders (1969). O autor diz que Kafka, em suas obras, descreve o fato de o sujeito não pertencer, ou, o

não ser. Se virmos esse fato especificamente no romance em questão, podemos dizer que K. busca esse pertencimento porque não pertence. Se pensarmos sobre a questão dos campos de concentração, os quais, de acordo com Arendt (1989), traduzem o não pertencimento ao mundo, podemos ver que essa questão do não ser e do não pertencer estão bem presentes no livro através de K. Este que busca um objeto que parece ser o próprio /poder ser/, mas que é triado, ou seja, tem seu objeto negado pelo sistema, de maneira a parecer que ele está sendo colocado em uma espécie de campo de concentração, pois a ele não é dado o direito de pertencer. Dessa maneira o campo de concentração de Arendt (1989) está presente no romance, não figurativizado, mas de forma mais sutil ou tematizado.

Por consequência K. entrará em um conflito, pois se seu valor é a liberdade, tema do /poder ser/, ele precisa buscar em primeiro lugar um /dever/. Essa busca pelo /dever/ fica bem clara quando a burocracia e falta de eficiência que marcam o sistema resultam em uma confusão. Apesar de ter sido admitido para trabalhar como agrimensor, ao falar com seu superior imediato, o prefeito, descobre que não há necessidade nenhuma dos seus serviços: “O senhor foi aceito como agrimensor, como diz, mas infelizmente nós não precisamos de agrimensor. Não haveria o menor trabalho para um, aqui.” (KAFKA, 2008, p. 72) Assim, o actante sujeito, ao ser modalizado com o saber de que não é um sujeito de dever, consequentemente não é um destinatário, tem duas opções: ou sair do sistema ou buscar a conjunção com o valor que o mantenha nesse sistema que, como sabemos, é o /dever/. O trecho abaixo parece nos revelar não só sua escolha como o valor que busca:

XXVII) — Oh, senhor prefeito — disse K. — [...]. Vou enumerar-lhe algumas das que me *retêm* aqui: o *sacrifício* que fiz para me distanciar de casa, a longa viagem, as *esperanças fundadas* que alimentei em nome de minha aceitação neste lugar, minha total falta de recursos, a impossibilidade de encontrar, agora, na minha terra, um trabalho equivalente e finalmente, o que não é menos relevante, minha noiva, que é daqui.  
— Ah, Frieda! — disse o prefeito sem mostrar qualquer surpresa. — Eu sei. Mas Frieda o seguiria para qualquer parte. No que diz respeito ao resto são necessárias, de fato, certas ponderações e vou informar o castelo a esse respeito. Se se chegar a uma decisão, ou se for preciso interrogá-lo mais uma vez antes disso, vou mandar chamá-lo. O senhor está de acordo?  
— Não, de maneira alguma — disse K. — Não quero *favores* do castelo, mas aquilo que é o meu *direito*. (KAFKA, 2008, p. 88, grifo nosso).

O verbo *retém* mostra a escolha do actante sujeito: ele permanecerá no sistema. Sua escolha parece ser justificada através de temas como *sacrifício*, *esperanças fundadas* e

*impossibilidade*, pois *sacrifício* recobre um fazer que implica a disjunção do sujeito com algo; *esperanças fundadas* recobre a expectativa do sujeito que surgiu devido a um /saber/ - refere-se, portanto, ao contrato aceito -, e *impossibilidade*, que parece ser o próprio tema manifesto, deixa claro o /não poder/ do actante sujeito. Dessarte, para chegar até aquela sociedade, K. mostra que acabou disjuncto de alguns valores, sofrendo perdas, assim como tinha expectativa eufórica, visto que havia sido nomeado, indicando que esperava estar modalizado com um /poder fazer/, portanto, ele se coloca impossibilitado de sair. Dessa forma, para esse ator, não se trata de uma escolha, visto que escolha é figura do /querer/, mas sim de estar modalizado com um /não poder/. Não sair do sistema revela que esse sujeito continua achando-se manipulado, ou seja, uma vez aceito o contrato, o destinatário tem a expectativa que o destinador mantenha o contrato.

O apelo de K. ao prefeito, contudo, se configura em uma manipulação infrutífera, não parece modificar qualquer coisa. A expressão *Se se chegar a uma decisão* sugere que só há possibilidade, mas não qualquer certeza, isto é, há mais um /poder fazer/ que um /dever fazer/. Porém, ao invés de aceitar o seu não poder e confiar no poder do destinador, como os outros sujeitos do sistema, K. resiste, justamente por ser um elemento que vem de fora do sistema e ter de buscar seu lugar dentro dele. As figuras *favores* e *direito* são prova disso. A principal diferença que destacamos entre as duas figuras está no dever do sujeito de fazer, isto é, o sujeito que faz um favor não necessariamente está modalizado por um dever, em contrapartida, o sujeito que cumpre a concessão de um direito está modalizado por um dever. Dessa forma, aquele que pleiteia o direito sabe ou crê que lhe deve ser concedido. Nesse sentido, pedir ou exigir um direito, apesar de ser uma subordinação em relação aquele que concederá, mostra “insubordinação” por acusar o dever do destinador, dever de modalizar. Trata-se de algo completamente impensado nesse sistema, em que somente um sujeito que não crê no poder do destinador e no seu não poder poderia requerer algo do tipo. Uma construção profundamente religiosa: a lógica da graça divina, em que ninguém exige a graça, mas se contenta em recebê-la quando vem. Portanto, a afronta ao conde e ao Castelo mostra que K. não parece aceitar que para estar no sistema é preciso antes de tudo estar no regime do crer. Sua busca de pertencer é caracterizada agora como a busca pelo direito, ou seja, o valor que o actante sujeito busca é o /poder ser/ ou /poder fazer/ ou /não dever ser/ ou /não dever não ser/, isto é, a liberdade.

É interessante que notemos não só os elementos totalitaristas que se manifestam - como poder absoluto do líder, /crer/ e /dever/ dos destinatários, criação de uma nova axiologia e fazer cognitivo dos destinatários - mas também como a resposta de K. é temática. Esperança, sacrifício e impossibilidade são temas que não especificam os motivos de K. mas só reafirmam sua não vontade de sair, ou seja, seu /não querer/. Isso se refere justamente à estratégia do enunciador de não explicitar. É um contrato enunciativo do segredo. Não sabemos porque K. continua nesse sistema e não nos é dado uma causa que não seja seu não querer sair. Isso ficará claro na próxima parte, em que abordaremos o nível discursivo e explicaremos como isso se relaciona ao totalitarismo.

Na busca pelo seu valor, o actante sujeito desafiará o sistema e mostrará desobediência ao destinador, causando espanto e transtorno. Segue um exemplo abaixo:

XXVIII) — Senhor secretário — perguntou K. —, Klamm vai ler o protocolo? — Não — disse Momus. — *Por que* haveria de fazê-lo? Klamm *não pode* ler todos os protocolos, na verdade não lê absolutamente nenhum. “Tire de perto de mim esses seus protocolos!”, ele costuma dizer. — Senhor agrimensor — queixou-se a dona do albergue —, o senhor *me esgota com essas perguntas. É necessário ou pelo menos desejável* que Klamm leia o protocolo e tenha literalmente consciência *das futilidades da sua vida?* [...]. — Boa noite — disse K. — Tenho *aversão* a todo tipo de interrogatório. E realmente dirigiu-se até a porta. — Ele vai mesmo embora — disse Momus, quase *com ansiedade*, à dona do albergue. — Ele *não ousará* — disse ela. K. não ouviu mais nada, *já estava no corredor*. (KAFKA, 2008, p. 136, grifo nosso).

Esse trecho revela novamente que aldeões estão completamente subordinados ao destinador, que por ser poderoso não tem obrigação de mostrar importância aos súditos. Ou seja, eles demonstram a relação desigual entre o Castelo e os súditos, uma vez que estes últimos tudo devem sem contrapartida do destinador. Ao contrário, o actante sujeito não só clama pelo /dever/ do destinador, mas também revela, através da figura aversão, que rejeita um objeto do seu campo de presença, objeto dado pelo destinador, propondo assim uma relação menos desigual. Sua tentativa é, como sabemos, infrutífera: K. não tem força o suficiente para coagir um contrato diferente daquele apresentado pelo Castelo. Dessa maneira, o actante sujeito explicita sua rejeição ao próprio destinador, porquanto Momus é o sujeito que, segundo vimos no trecho XXVIII representa o próprio destinador. Assim, na fala de Momus, quando K. se retira, podemos ver que *ansiedade*, enquanto uma prospecção de disforia futura, e *ousará*, enquanto uma quebra um contrato, mostram que os sujeitos não

esperam ou acham impensadas as performances do actante sujeito, pois o sistema parece não ter a possibilidade de outros valores ou modalizações que não sejam, basicamente, o /não poder/ e /crer não poder/, /não saber/, /dever/ e /querer dever/: a quebra de contrato está no campo da impossibilidade.

### **5.1.5 Conclusão**

Na parte I da análise, vimos a estrutura social do romance, assim como os elementos totalitaristas que se manifestam. A estrutura social é composta pelo líder, destinador que tem vários atores, como Klamm e Sortini, pelos aldeões, destinatários que são completamente dependentes e obedientes ao líder, e, por fim, K., sujeito que vem de fora e é rejeitado por aquela sociedade.

Quanto aos elementos totalitaristas que se manifestam no romance, temos: o poder absoluto do líder, o qual se manifesta em um /poder/ intenso e extenso, tematizado como controle; o terror, que aparece de forma implícita, medo intenso e extenso, responsável pela obediência e respeito irrestritos ao líder; foco em uma só identidade, pois apesar de os destinatários serem desprovidos de /poder/, não se encontra diferença entre líder e aldeões; intolerância, a qual mostra o sujeito de fora como um antiobjeto; fazer cognitivo dos seguidores, os quais possuem um pensamento implicativo (se é de fora, então não respeita irrestritamente o líder), cuja premissa é a obediência ao líder; /crer/ intenso e fanático, quase religioso, dos aldeões, assim como /dever/ tematizado como respeito ou obrigação; “criação” de uma nova axiologia, visto que o valor /dever/ não é um valor escolhido entre outros, mas o único valor possível; hierarquia subordinada ao líder, que se manifesta de maneira distorcida, pois ou ela é disfuncional ou esvaziada de sentido, se resumindo a manifestação de poder absoluto do destinador; e, por último, objetificação dos sujeitos, em que os funcionários, mesmo sendo figuras de poder, são esvaziados de identidade, funcionando como objetos modais do actante destinador, sendo resumidos a suas funções.

## **5.2 PARTE II**

Através dos trechos que colocamos para analisarmos, é possível observarmos como o texto é temático, com temas como respeito, liberdade, sacrifício e esperança. Ou seja, *O Castelo* não é um romance com muitas imagens ou densamente figurativo. Ele parece um texto quase filosófico e não propriamente literário. Além disso, não é possível compreendermos ou sabermos com certeza algumas coisas, por exemplo, o valor a que adere K., por qual motivo K. continua insistindo em fazer parte daquela sociedade, o que faz os aldeões continuarem sob o controle do Castelo e não tentarem fugir ou revoltar-se, entre outros. Mas o que essas informações nos dizem? Para respondermos a essa pergunta, nos voltamos para o nível discursivo do percurso gerativo do sentido.

### **5.2.1 O contrato enunciativo**

De acordo com Fiorin (2016), existem dois contratos, em que um é de verdade ou falsidade; nele “x deve ser lido como x”, e outro é o da mentira ou segredo; nele “x deve ser interpretado como não x”. O enunciador usará um desses contratos para revelar um fato ou dissimulá-lo. Já falamos na parte I que o contrato do romance seria o do segundo tipo, o qual “x deve ser lido como não x”. Vejamos como chegamos a essa conclusão:

XIX) No quarto agora mergulhado na penumbra K. foi até as barras paralelas para ver Frieda. Sob seu olhar ela se ergueu, arrumou os cabelos, enxugou o rosto em silêncio e se preparou para fazer café. (KAFKA, 2008, p. 158).

XXX) Só então K. percebeu como estava silencioso na passagem, não apenas naquela parte do corredor onde permanecera com Frieda e à qual pareciam pertencer os espaços domésticos, mas também na extensa passagem onde se achavam os quartos antes tão animados. Assim, portanto, os senhores tinham afinal adormecido. K. também estava muito cansado; talvez não houvesse se defendido de Jeremias tanto quanto devia, por causa do cansaço. [...]. K. estava tão cansado que pensou se não poderia tentar ir para um daqueles quartos, muitos dos quais estavam vazios, e dormir durante horas numa bela cama. Teria sido, na sua opinião, uma recompensa por um monte de incidentes. (KAFKA, 2008, p. 288).

Como já falamos anteriormente, toda a história é contada a partir de K. Ou seja, o observador só tem K. como actante cognitivo, contando a história através de “seus olhos”. Observe o leitor o primeiro trecho. A narração é feita em terceira pessoa, havendo uma debreagem enunciativa, em que temos a descrição da cena de forma exterior, não a partir do

íntimo de um personagem. Já no segundo trecho, o narrador se confunde com o observador, descrevendo e percebendo o que se passa. Ele diz que K. está cansado, como ele percebe o ambiente e diz até o que ele pensou. O observador adentra, portanto, no interior do personagem, mas ao invés de nos mostrar suas razões mais profundas e sentimentos, ele mostra coisas, de certa forma, simples, como percepções de ambiente e estados de espírito. Esse saber limitado do observador nos revela uma escolha do enunciador. Trata-se de uma focalização externa, em que não se mostram as coisas a partir do interior de um personagem, mas o observador, incubido do fazer cognitivo, ao adentrar no interior do personagem, comete uma infração, pois não seria de sua incumbência a parte interior dos actantes. Essa infração dá o efeito de sentido de que o observador está tendo seu saber limitado pelo enunciador, deixando com que ele saiba o que se passa, mas não tudo. Deixando que adentre no íntimo das personagens, mas não em seu âmago. Como se o enunciador dissesse: eu sei e posso dar as respostas, mas não quero.

Além disso, destacamos o “na sua opinião”, do trecho XXIX, em que o narrador deixa claro que se trata de uma opinião de K. e não dele. Por outro lado, expressões como “talvez não houvesse se defendido [...]” não têm uma marca textual clara se se trata de uma opinião do narrador ou se foi algo pensado por K. Essa confusão de opiniões e pensamentos é constante no texto, por exemplo, quando o narrador coloca aspas em algumas partes, indicando que se trata de uma tradução *ipsis litteris* dos pensamentos de K. Como no trecho, “‘Poderia muito bem ser meu processo’, passou pela cabeça de K.” (KAFKA, 2008, p. 312-313). Nesse excerto, o narrador adentra na mente do personagem. O efeito de sentido é que o narrador deu voz a K., fazendo, portanto, uma debreagem. Nos perguntamos, porém, o porquê. Não fica claro porque o narrador destaca certos pensamentos como sendo de K. e outros não. Essas marcações textuais não acrescentam nada ao programa narrativo principal, a busca de K., ou para as partes da história. São marcas textuais que deveriam esclarecer algo, mas só estão realçando coisas triviais, trazendo dúvidas, pois não é explicitado o porquê do realce para o enunciatário. Dessa forma, o enunciador expõe o desnível de saber entre ele, o narrador e o observador, mostrando que tem o conhecimento do que se passa no interior de K., mas somente mostra algumas partes, assim como joga com o ser e o parecer, pois as marcações parecem importantes, contudo não são.

Outra parte do romance em que aparece esse jogo entre ser e parecer é mostrada quando K. é chamado por um dos senhores do Castelo chamado Erlanger. Logo após o

pequeno diálogo, sobre Frieda, entre os dois, K. fica parado no corredor da hospedaria observando o que se passa. Vê servidores distribuindo processos para os senhores ali hospedados, quando um desses senhores começa a gritar e a tocar um sino, enquanto os outros também faziam sons altos e “pareciam, em relação ao barulho, ser plenamente da mesma opinião” (KAFKA, 2008, p. 313). Surge, então, o gerente da hospedaria e sua mulher que tomam K. pelo braço e o tiram de lá. Nesse momento começa uma narrativa que não sabemos se se trata de fala, pensamento ou uma mistura dos dois:

XXXI) Nem o gerente nem a mulher dele podiam compreender que K. tivesse conseguido ousar algo daquela natureza. Mas afinal o que ele tinha feito? [...] Só com lentidão K. reconheceu tudo. Ele não tinha o direito de estar na passagem, em princípio só o balcão de bebidas era acessível e mesmo assim por clemência e de forma revogável. Se era convocado por um senhor naturalmente tinha de comparecer no lugar da convocação, mas sempre consciente – certamente ele tinha pelo menos o bom senso usual dos homens? [...]. Ele não tinha sido intimado para um interrogatório noturno e não sabia, portanto, por que haviam sido introduzidos os inquiridos à noite? Os interrogatórios noturnos – e aqui K. recebeu uma nova explicação sobre seu sentido – tinham como objetivo apenas inquirir as partes cuja visão era totalmente insuportável para os senhores durante o dia [...] (KAFKA, 2008, p. 315-316).

Vejamos que a narrativa começa falando sobre o gerente e sua mulher. Mas não é possível ter certeza se se trata de um discurso indireto feito pelo narrador ou se é um pensamento dos dois que foi a nós revelado pelo narrador. Isso porque nos falta marcas textuais para termos certeza. Logo após vem a pergunta “Mas afinal o que ele tinha feito?”. Essa pergunta nos parece um pensamento do próprio K. em relação à indignação do gerente e sua mulher. Ou seja, K. ouviu as reclamações dos dois, conseqüentemente a narrativa inicial dos dois sujeitos teria de ser uma fala. Perceba o leitor que estamos deduzindo do que se trata. Ou seja, não nos é dada certeza. Essa incerteza continua quando é dito que K. percebeu tudo e nos é apresentada a percepção de K.: “Ele não tinha o direito de estar na passagem”. A incerteza continua porque depois do período que apresenta a percepção de K. e começa: “Se era convocado por um senhor...” continuamos achando que ainda é uma explanação dos pensamentos de K. Entretanto, nesse mesmo período a pergunta “certamente ele tinha pelo menos o bom senso usual dos homens?” nos faz questionar se esse realmente seria um pensamento de K., haja vista que a sentença é parecida com as sanções negativas que esse actante sujeito sofre por parte dos outros sujeitos do sistema. Isto é, seria essa pergunta, portanto, uma fala do gerente e da sua mulher? Se sim, então em que momento o narrador

passa do pensamento de K. para a fala dos dois sujeitos? Veja o leitor que não há marcas textuais. As *debreagens* não são marcadas. Não sabemos da página 315 até a 320 os momentos em que o narrador mostra os pensamentos de K. e quando dá voz aos personagens. Ficamos em dúvida se há uma *embreagem*, em que os personagens falam em terceira pessoa, ou se são feitas várias *debreagens*. Ora, a principal coisa que podemos extrair é a dúvida. Quem realmente fala? Por que o narrador não torna isso claro? Falamos em narrador, nesse caso, porque essa seria a função do narrador, que claramente tem de saber quem fala para realizar a *debreagem*. Entretanto, ao não deixar isso claro, notamos que o enunciador não só esconde e mostra claramente o desnível de saber entre seu saber e o do narrador, como faz o narrador esconder seu saber, já limitado, do narratário, mostrando claramente um enunciador que escolhe mostrar somente um parecer bastante seletivo, e que, portanto, trabalha na base do segredo.

Não podemos deixar de notar também o cuidado com que os sujeitos do sistema demonstram aos servidores, figuras de poder, sancionando K. negativamente por aparecer na frente dos servidores pela manhã. Os sujeitos ainda dizem:

XXXII) [...] por sua causa, só e exclusivamente por sua causa, os senhores não foram capazes de sair de seus quartos, uma vez que pela manhã, logo depois do sono, eles são pudicos demais, vulneráveis demais, para se expor a olhares de estranhos [...] (KAFKA, 2008, p. 317).

Veja que eles se referem às figuras de poder como vulneráveis, o que é irônico, dado o fato de que vulnerável é tema do /não poder/. Como é possível que a figura de poder seja vulnerável? Isso não é explicado. Além disso, há claramente uma defesa para com esses senhores, de maneira que não é vergonhoso eles serem vulneráveis. Isso não é questionado, mas tratado com naturalidade, só restando a esses sujeitos a opção de “defender” essas figuras. Há um cuidado tão profundo com o bem estar dessas figuras, que nós chegamos a nos questionar qual o real sentido dessa suposta “defesa” se a parte que supostamente sofre é uma figura que tanto poder. Novamente somos levados ao tema da adoração religiosa e ao elemento totalitarista do poder do líder, pois parece que se trata de um respeito tão profundo, que, por mais que essa figura tenha o poder de se defender, os sujeitos buscam a satisfação eterna dessa figura, pois “enquanto figura de poder, você me dá aquilo que eu não posso obter

e eu lhe ofereço minha vida”. Poderíamos até parafrasear uma frase comum no meio evangélico e colocar como epílogo do livro: “Você aceita o Castelo como salvador?”

Voltando-nos novamente para o enunciador, destacamos o excerto a seguir:

XXXIII) Eles próprios também estavam cansados do susto noturno, por terem saído da cama antes da hora, principalmente a mulher do gerente, que vestia uma roupa marrom, ampla, e fazia um ruído parecido com o da seda, abotoada e ajustada um pouco em desordem – onde a teria buscado em meio à pressa? -, conservava a cabeça, como que vergada, apoiada no ombro do marido, os olhos tapados com um pequeno lenço fino, e dirigia olhares infantilmente malévolos a K. (KAFKA, 2008, p. 319).

Veja o leitor como a descrição é mais figurativa e nos faz imaginar a cena. Essa é uma das poucas situações que são realmente detalhadas com figuras como roupa marrom, abotoada, olhos tapados, ombro e outros. No geral, as descrições no romance são como vimos na parte I, por exemplo, uma descrição das figuras de poder como grandes, fortes e seletas. Essas partes mais figurativas, entretanto, são sempre de partes “não importantes”. Notemos que se a descrição das figuras de poder ou das razões de K. para continuar no Castelo fossem tão detalhadas como no excerto em questão, então, essas descrições contribuiriam para o programa narrativo principal, por exemplo. O enunciador parece estar jogando com o enunciatário mostrando que detém o saber, mas só modaliza o observador quando quer. Como se ele estivesse mostrando que sabe fazer descrições precisas, mas não as faz. Talvez pudéssemos comparar o enunciatário a K. e o enunciador ao Castelo. Somos obstinados como K. ao continuarmos lendo o romance e descobrirmos o segredo, mas o enunciador assim como o Castelo é “todo poderoso” e só faz “o que quer, quando quer”.

Da mesma forma que o narrador mostra marcado no texto os pensamentos de K. em algumas partes, mas em outras não, sem entendermos o porquê, também as cenas mais figurativas são as mais triviais e não entendemos o porquê. O contrato, então, vai sendo o do segredo ou da mentira, em que não sabemos com certeza de nada e a instância da enunciação e do enunciado não concordam. O efeito de sentido é de um enunciador que se mostra poderoso como o Castelo nos tornando, portanto, sujeitos do não poder, como os aldeões. Contudo, como questionamos as lacunas de saber deixadas pelo enunciador, nos mostramos como K., estranhos àquela narrativa. Destarte, não entendemos por que não pertencemos ao sistema e vice-versa.

### 5.2.2 O crer e o não saber do enunciatário

Como observamos na seção anterior, várias são as lacunas no saber do enunciatário. Uma dessas diz respeito ao ponto de vista do texto. Já dissemos que o observador está preso a K., portanto, tudo que sabemos sobre o sistema vem do que dizem a K. ou do que ele observa. Como K. não tem o direito de adentrar o Castelo e somente se desloca para poucos lugares, nunca vemos a figura de poder diretamente. Não temos uma visão do todo, portanto. O enunciador só nos dá acesso ao Castelo principalmente através de um sujeito do sistema, Olga, e de um secretário, Burgel. Isso quer dizer que a identidade do Castelo é construída pelo relatório de outrem, cabe ao enunciatário, portanto, acreditar nas palavras daqueles para quem o narrador dá voz. Isso vai indicando que assim como os destinatários dos regimes totalitaristas, temos de crer no que o destinador nos apresenta, pois ficar no regime do saber só traz dúvidas. Portanto, surge aqui o elemento totalitarista do /crer/ dos destinatários.

Destacamos agora os trechos já apresentados, III, V e VI, a fim de mostrarmos a questão da tematização. No trecho III, somos apresentados a um tipo de autoridade, de controle, mas não se diz exatamente o que se controla. Além disso, a palavra erro é mais um tema que uma figura. Temas como controlar e erro não são especificados, mas referidos como algo óbvio e já sabido. Erro, como dissemos na parte I, é tema de um /não saber/, mas qual é o objeto de saber? Não sabemos. Já no trecho V, vemos a descrição dos servidores que, como dissemos, não os caracterizam propriamente mas só mostram como são poderosos. Observe o leitor que o interessante aqui é que se a descrição fosse mais precisa, teríamos mais informações e poderíamos tirar maiores conclusões. O efeito de sentido resultante da tematização, portanto, é o de foco no /poder/ e na triagem. A questão é que a abrangência da tematização faz surgir dúvidas.

No trecho VI, destacamos temas como processo, certo e zelo. Novamente notamos como nada é especificado. Que tipos de processo? O que seria exatamente errar o caminho? Além disso, não entendemos como ter zelo no erro pode levar à excelência da organização. É algo tão absurdo que torna difícil ao enunciatário acreditar que a organização seja excelente. Dessa forma, o enunciador que mostra algo absurdo, que é relatado como algo sério por uma figura de poder, a qual o narrador deu voz, torna esse um caso muito parecido ao que é

relatado por Cruz (2006). O autor argumenta que, em uma das narrativas de Machado de Assis, um sujeito defende uma organização política de aranhas. Assim como na narrativa de Machado, em *O Castelo*, o narrador ao dar voz a uma figura de poder, demonstrando veracidade na informação, tenta fazer crer. Entretanto, o enunciador desacredita pelo absurdo da teoria, no caso da narrativa de Machado, e pela falta de sentido de um erro com zelo que revela a excelência da organização, na obra *O Castelo*. O enunciatário, portanto, não se convence, mas, mais que isso, tem dúvidas. Pois, se o Castelo não é colocado logo de cara em cena, ou uma figura de muito poder, como Klamm ou o conde, mas somente uma figura na base da hierarquia, como o prefeito, já temos uma falha, porquanto não vemos todas as perspectivas e, quando temos acesso a alguma informação, o enunciador ainda desacredita a informação ou ela está tematizada, o que torna difícil sua apreensão. Veja o leitor que como o Castelo, com seu poder absoluto, nega a K. qualquer direito, o enunciador nos nega o direito do /saber/, somente nos apresentando dúvidas, seja através da tematização, seja através do próprio contrato que propõe.

O enunciador, em outro momento, novamente nos faz desacreditar do que é narrado. Não pelo narrado em si, mas na pessoa que narra. A diferença do exemplo anterior está que, neste caso, o sujeito em questão responde a uma dúvida que surge logo no começo do romance: Por que Frieda deixou sua posição de amante de Klamm e não sofreu retaliação?

Pepi – sujeito de dever que substitui Frieda no balcão de bebidas do Albergue, quando esta decide deixar Klamm – afirma que Frieda mente sobre sua relação com Klamm. Isto é, Frieda dizia e parecia ser amante de Klamm, mas não o era. Sua explicação do porquê ela acredita que Frieda mente contém diversas contradições e nos deixa extremamente confusos. Veja o excerto abaixo:

XXXIV) Você não acredita nisso, pode até verificar, dirija-se a Klamm e pergunte a ele. Como é esperta, como é esperta! E se você não devesse ousar ir até Klamm para colocar essa questão e talvez outras infinitamente mais importantes e mesmo que ele permanecesse completamente inacessível a você – a você e aos que se parecem com você, pois Frieda, por exemplo, vai aos pulos para Klamm quando quer – se é assim, você pode, apesar de tudo, examinar o caso, só precisa esperar. Klamm não poderá tolerar por muito tempo, com certeza, falsos rumores dessa espécie; seguramente tem muita vontade de saber o que se conta a respeito dele no balcão de bebidas e nos quartos dos hóspedes, tudo isso é da maior importância para ele e *caso seja falso irá corrigi-lo prontamente. Mas não corrige, então não há nada para corrigir e sendo assim se trata da verdade pura e simples.* O que na verdade se vê é apenas que Frieda leva a cerveja ao quarto de Klamm e sai de lá com o pagamento; mas *o que não se vê é o que Frieda conta e a pessoa é obrigada a acreditar. E ela não conta absolutamente nada,* não vai divulgar, certamente, tais segredos; não, são os

segredos que se espalham por si mesmos em torno dela; aí de qualquer modo ela não teme mais falar pessoalmente a respeito deles, mas de forma modesta, sem afirmar o que quer que seja, apenas se refere ao que, aliás, é conhecido por todo mundo. [...]. De qualquer forma, por mais espantoso que possa parecer, Frieda é a amante dele. O que, porém, é suficiente para Klamm – como é que os outros também não deveriam admirar? *E assim Frieda, antes que alguém desse por isso, se tornou uma grande beldade, uma jovem feita exatamente como o balcão precisa. Em verdade, quase tão bela, tão poderosa, que o balcão é praticamente insuficiente para ela. Com efeito parece às pessoas curioso* que ela continue no balcão; ser a moça do balcão; ser a moça do balcão é muito; a partir daí parece muito plausível a ligação com Klamm; mas se a servente do balcão é amante de Klamm, por que ele a deixa ficar nesse lugar – e por quanto tempo? Por que é que ele não a promove? Pode-se dizer mil vezes às pessoas que aqui existe uma contradição, que Klamm tem motivos definidos para agir desse modo; ou que a ascensão de Frieda virá de repente, talvez muito proximamente; tudo isso não faz muito efeito; as pessoas têm ideias precisas e não se deixam desviar delas a vida toda em função de qualquer habilidade. *Ninguém mais duvidou de que Frieda é amante de Klamm, mesmo aquelas que evidentemente sabiam mais já estavam muito fatigadas para duvidar. “Seja amante de Klamm e vá para o inferno”, pensavam.* (KAFKA, 2008, p. 328-330, grifo nosso).

Ela afirma que Klamm tem vontade de saber o que se conta a respeito dele. Isso por si já é questionável, pois Pepi, enquanto sujeito que não pode, se coloca como sujeito do /saber/ e sancionadora das modalidades da figura de poder, lhe atribuindo um /querer saber/. Como ela pode atribuir um /querer saber/ a uma figura de poder? Começamos a pensar, então, que Pepi mente ou tem um ponto de vista distorcido. Dessa maneira, o enunciador indica que esse sujeito não pode ser confiável. Logo depois, Pepi afirma que “caso seja falso irá corrigi-lo prontamente”. Aqui as coisas ficam realmente confusas, pois ela diz que ele não corrigiu, então seria verdade que Frieda é amante de Klamm. Pepi começa verbalizando que Frieda mente, para depois afirmar que seria verdade. Mas, nossas dúvidas não param, pois ela afirma que não se vê Frieda contando e que Frieda não conta nada. Se não se vê Frieda contando, como Pepi sabe que ela não conta nada? Aparentemente Pepi deduz que ela não conta nada porque se tratam de segredos. Entretanto, se ela deduz e acredita que Frieda fica calada, por que afirmar que não se vê ela contando? Essas contradições vão realmente construindo um sujeito no qual não se pode confiar. Contudo, veja como ela novamente se coloca como sujeito do saber, dizendo que “parece às pessoas curioso” ou fazendo uma *debreagem*, afirmando o que as pessoas dizem com a marca textual das *aspas*, “seja amante de Klamm e vá para o inferno”. Ou seja, as *aspas* dariam credibilidade à fala de Pepi porque seriam uma tradução *ipsis litteris*. Ela faz uma validação no argumento de que Frieda mente, mostrando que os aldeões sabem que é mentira, em uma espécie de argumento de autoridade, pois se trata de um consenso social.

Podemos concluir duas coisas. Em primeiro lugar, o fato de ela se colocar como sujeito que sabe os pensamentos alheios, da mesma forma que fez com Klamm, como dissemos, já nos faz duvidar dela, porque os sujeitos do sistema são sujeitos do /dever/, não do /saber/. Em segundo lugar, suas contradições tornam difícil termos confiança nela, o que mostra um contraste entre enunciação enunciada e enunciado enunciado. Isso porque o enunciador deixa Pepi falar, mas faz o narrador apresentar uma fala contraditória, na qual não conseguimos confiar. Ou seja, o enunciador mostra saber mais que o narrador e o observador, ao limitar e confundir o que o observador sabe e repassa para o narrador. Por isso, apresentando um discurso dissimulador e falso ou secreto. Isso implica dizer que a nossa pergunta inicial - “Por que Frieda deixou sua posição de amante de Klamm e não sofreu retaliação?” - que seria respondida, indicando que Frieda nunca abandonou sua posição porque mentia sobre ela, não pode ser acreditada, porquanto aquele que fala não é digno de confiança. Note o leitor que o único sujeito e momento os quais apresentariam uma resposta não podem ser acreditados, dando o efeito de sentido de que o enunciador não só quer deixar dúvidas, mas como o Castelo, se afirmar como aquele que tudo sabe e pode. O que temos até agora são dúvidas e suposições. Podemos afirmar então: se o enunciatário não entrar no regime do /crer/, a ele só restará o /não saber/. Os elementos totalitaristas que se manifestam aqui, portanto, são o poder absoluto do líder e o /crer/ dos destinatários.

Outro ponto que causa muita confusão é quanto ao programa narrativo principal. K. chega na aldeia para trabalhar como agrimensor, ou seja, ele chega em conjunção com um valor. Logo depois ele descobre que a aldeia não precisa de um agrimensor - “O senhor foi aceito como agrimensor, como diz, mas infelizmente nós não precisamos de agrimensor” (KAFKA, 2008: 72) - sendo assim ele está em disjunção com o valor e precisa buscá-lo. Em sua busca, entretanto, ele para e tem diálogos longos com sujeitos que nada podem fazer por ele, como a dona do Albergue, o prefeito, Olga e Pepi. Por exemplo, seu diálogo com Olga, ostracizada pelos demais, ocupa 73 páginas das 352 páginas do romance. K., no máximo, conseguiria o ódio dos outros sujeitos por estar com alguém que é sancionado pelo sistema. Ele consegue informações sobre o Castelo, mas nenhuma tão relevante a ponto de ajudá-lo a entrar em contato com as grandes figuras de poder. Cada etapa, como nos diálogos, é tão bem detalhada que temos o exemplo de 7 páginas do romance serem somente uma descrição do trabalho de dois servidores que K. observa, o que resulta em um efeito de sentido de lentidão. Raros são os momentos em que as etapas são cortadas e, quando o são,

demonstram tanta velocidade que não entendemos o porquê ocorreu. Como acontece com o amor entre K. e Frieda, os quais ficam juntos após um curto diálogo. Uma conversa que, aliás, não tem nada de romântico, pois ficam juntos pouco tempo depois que K. diz: “Você deveria abandonar Klamm e tornar-se minha amante” (KAFKA, 2008, p. 49). É o que Anders (1969) fala sobre as sequências de causa e consequência que são invertidas. Note ainda o leitor que os detalhamentos nada acrescentam a busca de K. e não respondem às dúvidas do enunciatário. Perguntamo-nos, portanto, por que o enunciatário torna o romance lento.

Além disso, destacamos que K., o qual parece obstinado, mesmo sendo sancionado negativamente continua no sistema. Ele insiste em continuar no sistema, mas sua busca é passiva. Veja bem, o fato de o sistema vê-lo como um antiobjeto e expulsá-lo o deveria fazer querer ir embora, o que não acontece. Sua insistência em continuar ali é, portanto, um ato de rebeldia. Entretanto, essa é sua única atitude rebelde, porquanto não tenta ir fisicamente ao Castelo, ou descobrir onde as figuras de poder se reúnem, ficando parado esperando, entre outras coisas, que mostrariam um /querer/ intenso próprio de se buscar a um objeto, modalidade impulsionadora. Ainda no final do romance, Pepi se pergunta o que ele quer, ou seja, nem os sujeitos do sistema entendem qual seu valor - “[...] pois o que ele quer, esse estranho homem? Ao que aspira, quais são as coisas importantes que o ocupam e o fazem esquecer o que existe de mais próximo, de melhor, de mais belo que tudo?” (KAFKA, 2008, p. 324) - indicando que esse programa narrativo principal não está figurativizado claramente.

Isso tudo implica não só uma monotonia, indicada por Anders (1969), pois nada avança, como também no /não saber/ do enunciatário que não entende por que K. continua desafiando o sistema e como ele transformará seu estado. Não sabemos, aliás, se seu estado é ou não transformado, pois o livro termina abruptamente. O que é interessante porque nunca temos certeza de nada no romance todo, ao enunciatário só resta o /não saber/. Esse fim, portanto, agrega a todo o efeito de sentido do texto: dúvida e angústia.

Podemos concluir essa seção fazendo uma breve comparação com *Dom Casmurro*, em que Bento Santiago dispõe de poucas informações, conforme Cruz (2006). Da mesma forma, o narrador de *O Castelo*, como em *Dom Casmurro*, faz o enunciatário preencher lacunas do seu saber com inferências que podem ser mais ou menos acertadas. Tanto no plano da narração, quanto no plano do narrado há falhas no saber. Há, portanto, uma frustração ou sentimento de traição que pode ser comparado ao de K., pois o enunciatário, ao explorar o parecer, mas nunca o ser, está prometendo um saber e nunca o entregando; do

mesmo modo que o Castelo continua prometendo algo a K. mas nunca entregando. O enunciador trabalha justamente com o não saber, com o parecer da realidade, que não se chega nunca ao ser. Esse seria o saber, ou melhor dizendo, o não saber que o enunciador quer transmitir. É tudo tão óbvio para os sujeitos do sistema, que o enunciador ao jogar com ser e parecer mostra que nada é óbvio; que só é óbvio para aquele que crê sem medidas. Além disso, o enunciador ao nunca colocar em cena diretamente a figura de poder mostra uma estratégia para trabalhar esse parecer, pois ao somente vermos as figuras de poder através do que os sujeitos do sistema falam, não temos uma visão do todo, o que só gera dúvidas. Essa é a angústia do enunciatário: estar em um mundo no qual o que comanda é o regime do /crer/ e como sujeitos de fora do sistema ser obrigado a crer nisso, porque o sistema não faz sentido se assim não for. O enunciatário, então, sente-se como K., um sujeito de fora que quer respostas em um sistema fechado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando o romance do autor tcheco, Franz Kafka, *O Castelo*, partimos, nessa dissertação, de algumas aproximações entre nosso estudo em semiótica e outras áreas, Literatura, Psicologia e Psicanálise, Teologia e Sociologia e Filosofia - como em Literatura, em que não há determinação dos eventos ou em Teologia, dado o tema obediência ou do /crer/ sem medidas. Todavia, paralelos entre nossa pesquisa em semiótica, e essas áreas são difíceis de estabelecer, devido à pouca densidade semântica do romance. Isto é, existem mais temas que figuras, de modo que não podemos afirmar que o romance se refere ao nazismo, ao judaísmo ou que é uma alegoria. A tematização abre as possibilidades para aquilo ao qual o romance pode ser comparado. Assim, as aproximações são pontos localizados, ou seja, feita em momentos específicos, de maneira que uma aproximação sistemática se mostrou infrutífera.

Acreditamos, contudo, que o ponto mais importante do trabalho são os capítulos 4 e 5. Não nos esqueçamos que, através das características de Friedrich e Brzezinski (ideologia; partido único, tipicamente dirigido por um só homem; polícia terrorista; monopólio de comunicações; monopólio de armamentos e economia centralizada) e de Hannah Arendt (ideologia e terror), chegamos a um quadro de elementos totalitaristas. Esses elementos são: Poder absoluto do líder; Estratégia de manipulação: intimidação; Foco em uma só identidade; Intolerância; Terror (medo intenso e extenso); /crer/ e /dever/ sobredeterminando /saber/ dos destinatários; “Criação” de uma nova axiologia; Objetificação dos sujeitos; /saber/ e /poder/ do destinador; Hierarquia, subordinada ao líder; Os líderes seguem o saber e o fazer dos destinadores transcendentais; Crer mostrar a verdadeira essência da realidade; O fazer cognitivo dos seguidores deve ser uma implicação (se isso, então aquilo), cujas premissas são resumidas à vontade do líder ou do partido.

Podemos vê-los figurativizados e/ou tematizados, particularizando, assim, o totalitarismo. No caso de nosso *corpus*, *O Castelo*, nem todos os elementos se manifestaram, mas a maioria sim. O poder absoluto do líder se manifesta no controle do Castelo sobre os aldeões; o foco em uma só identidade, visto que os aldeões defendem o valor dado pelo Castelo colocando-se como sancionadores dos descumpridores das regras; intolerância, observada na rejeição de K. pelo sistema; o terror (medo intenso e extenso), implicado no ostracismo do sujeito descumpridor, no caso, a família de Olga, em que os outros sujeitos

rejeitam a família por eles terem desrespeitado uma figura de poder, provavelmente para não serem considerados coniventes; /crer/ e /dever/ dos destinatários, cujos objetos se tematizam no crer no poder do líder e trabalho ou obrigação; “criação” de uma nova axiologia, pois o valor /dever/ não é somente o valor escolhido mas o único possível; objetificação dos sujeitos, em que as figuras de poder tem seu fazer automatizado de maneira a funcionarem como um objeto modal para o sistema; /saber/ e /poder/ do destinador, que mostra /poder/ não se colocando em questão seu /saber/; hierarquia subordinada ao líder, pois não há outra questão que se coloca que não seja o poder do destinador, em que a hierarquia não funciona como deveria pois ou é disfuncional ou é esvaziada e, por fim, o fazer cognitivo dos destinatários, cuja premissa é o respeito ao líder, funcionando na lógica, se é de fora, então não respeita o destinador.

É possível vermos ainda o poder absoluto do líder e o /crer/ dos destinatários através de algumas estratégias do enunciador, como o contrato enunciativo. O enunciador joga com o ser e o parecer principalmente através da narração, em que não sabemos porque marca certas falas como sendo de um personagem e outras não ou então as debreagens, passando-se da fala de um personagem a outro sem que fique claro quem fala. O enunciador esconde as informações, trabalhando na base do segredo. A dúvida é, portanto, constante, porquanto não entendemos com certeza o valor ou razões de K., como aquela sociedade seria, dada a tematização, e ainda a descrença naqueles que nos dão as informações, pois o enunciador mostra que não são dignos de confiança. O enunciatário, então, está preso em um universo no qual o enunciador tem todo o poder e o saber não o compartilhando, como um líder totalitarista. Ou enunciatário crê ou não sobreviverá no sistema. O efeito de sentido resultante é a angústia de um sujeito não pertencente ao sistema preso a ele. Ou seja, a pessoa fora do sistema totalitarista não tem outra escolha que não seja crer para que o sistema faça sentido.

Além dos nossos achados, consideramos importante também apontar os limites da nossa abordagem. No decorrer dessa dissertação nos utilizamos da teoria e método semióticos. Nosso foco foi a semiótica de Greimas. No capítulo 3, por exemplo, não exploramos a semiótica tensiva ou a sociossemiótica. Não as exploramos não porque não fossem pertinentes ao trabalho, porquanto no nosso quadro de elementos o terror e a intolerância deixam claro que a tensividade se encontra nessa forma de governo. Da mesma forma a sociossemiótica que se manifesta na objetificação dos sujeitos, na burocracia,

evidenciando a programação. Abstemo-nos de falar desses desdobramentos da teoria por termos preferido nos aprofundar na descrição semiótica clássica, que fornece as bases para o desdobramento tensivo e das interações programadas. Contudo, nos permitimos citar elementos tensivos e sociossemióticos no quadro de elementos e na análise, a fim de clarificarmos que eles aparecem e constituem essa forma de governo.

Algumas partes dos capítulos 4 e 5, por conseguinte, podem parecer pontuais- como é o caso do terror, no capítulo 5, que se manifesta de maneira muito sutil- ou abruptas- por exemplo quando citamos os modos de existência, no mesmo capítulo, que parece não ser uma parte produtiva da análise. Porém, elas são importantes como um modo de reconhecer que existem e que devem ser exploradas. Elas servem para mostrar ao leitor da área de semiótica que não nos descuidamos totalmente dos desdobramentos da teoria. Esses desdobramentos, por sinal, devem aparecer em pesquisas futuras sobre o tema. Mas, como dissemos no capítulo 4, a triagem, como indica Fontanille e Zilberberg, (2001), não é um elemento suficiente para explicar toda a forma de governo. Acreditamos também que a programação não é suficiente. Destarte, tratar o totalitarismo somente como uma triagem ou uma programação é perder parte do que seria essa forma de governo.

Se nos justificamos quanto à parte teórica, devemos aqui esclarecer um ponto quanto à escolha dos pesquisadores do totalitarismo. Neumann foi deixado de fora realmente por ter uma análise mais sintagmática que Friedrich e Brzezinski e Hannah Arendt. Entretanto, ao subordinarmos o objeto ao *corpus*, deixamos de explorar partes importantes do objeto, as quais devem ser consideradas pelos demais pesquisadores, como a parte histórica que ressoa no sistema totalitário e que se mostra importante para determinar porque um sistema tornou-se totalitário e outro não.

A despeito dos limites apontados, parece-nos claro que a abordagem escolhida mostrou a atualidade da perspectiva greimasiana e as contribuições que ela pode trazer para a descrição dos discursos. É nesse sentido que pudemos concluir que, as relações enunciativas do romance nos mostram dois pontos centrais de como ele manifesta os elementos totalitaristas. Em primeiro lugar, a figurativização pouco densa, mais temática que figurativa, nos faz pensar em um texto literário, que apesar de se distanciar de gêneros como ensaio ou discurso político, o torna muito similar a um texto filosófico, porquanto um /poder/ que se tematiza como controle e /dever/, como obediência deixam o texto muito mais no âmbito da generalização reflexiva da filosofia do que na particularidade imagética do texto literário. Em

segundo lugar, há o espelhamento entre enunciado e enunciação, em que tanto os sujeitos instalados no enunciado quanto o enunciatário estão modalizados com um /não saber/ e obrigados ao /crer/ intenso, trazendo à tona o efeito de sentido de angústia. Portanto, podemos dizer que a maior marca do romance é construir um sistema, cuja manipulação do enunciator faz o enunciatário vivenciar o totalitarismo junto ao actante sujeito. Ora, sendo essa a maior marca do romance, terminamos esta pesquisa afirmando: se o romance peca por não manifestar todos os elementos, então pode ser acusado de ser quantitativamente menos totalitarista. Entretanto, excede e reconstrói o totalitarismo no nível discursivo, de maneira que é qualitativamente uma perfeita expressão do totalitarismo.

Conforme dissemos no capítulo 1, nossa pesquisa surge para suprir um vazio dentro da semiótica política brasileira: a análise do totalitarismo. Dessa forma, esta pesquisa se mostra como um passo inicial nessa direção. As escolhas feitas, os percursos empreendidos findaram por construir um quadro muito particular do que pode ser o totalitarismo numa construção literária da envergadura do romance de Franz Kafka, assim como abriu o caminho para o aprofundamento desse capítulo da semiótica política, que, sendo maior que este trabalho, esperamos seja também em parte iluminada por ele.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, W. Theodor. **Prismas: crítica, cultural e sociedade**. São Paulo: Ática, 1998.

AGUIAR, O. Alves. A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt. **Dois pontos**, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 73-88, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/14661/9841>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ANDERS, Gunther. **Kafka: pró e contra**. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Perspectiva, 1969.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARBOSA, J. E. da Paz. Textualização da verdade e crise da tradição: ressonâncias cabalísticas em *O castelo* de Franz Kafka. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 22, p. 1-18, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/14450/pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021

BARBOSA, J. E. da Paz. O antinomismo teológico em O CASTELO de Franz Kafka e suas relações com a Cabala herética. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 43, p. 216-231, 2018b. Disponível em: [https://pdfs.semanticscholar.org/fb5f/b5755790739ee068027d0347aa3a02199356.pdf?\\_ga=2.152467706.271019434.1635861851-1073788896.1635861851](https://pdfs.semanticscholar.org/fb5f/b5755790739ee068027d0347aa3a02199356.pdf?_ga=2.152467706.271019434.1635861851-1073788896.1635861851). Acesso em: 16 jun. 2021

BARROS, D. L. Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Ática, 2001.

BARROS, D. L. Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2005.

BARROS, D. L. Pessoa de. Preconceito e intolerância em gramática do português. *In*: BARROS, D. L. Pessoa de; FIORIN, J. Luiz. (org.). **A fabricação dos sentidos: estudos em homenagem a Izidoro Blisktein**. São Paulo: Humanitas, 2008.

BARROS, D. L. Pessoa de. A construção discursiva dos discursos intolerantes. *In*: BARROS, D. L. Pessoa de (org.). **Preconceito e intolerância: reflexões linguístico-discursivas**. São Paulo: Mackenzie, 2011. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/49516420/1-a-construcao-discursiva-dos-discursos-intolerantes-diversitas>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BARROS, D. L. Pessoa de. Intolerância e ensino. *In*: BASTOS, N. Barbosa (org.). **Língua portuguesa e lusofonia: história, cultura e sociedade**. São Paulo: EDUC - IP-PUC, 2016.

BEIVIDAS, Waldir; LOPES, I. Carlos. Argumentação e persuasão: tensão entre crer e saber em "Famigerado", de Guimarães Rosa. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 53, n.2,

p. 443-455, 2009. Disponível em:  
<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2125/1743>. Acesso em: 03 jun. 2021

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: Edusp, 2003.

BLISKSTEIN, Isodoro. **Semiótica e totalitarismo**. São Paulo: Contexto, 2020.

BUENO, A. Marcelo. **Intolerância linguística e imigração**. 2006. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística) – Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-31072007-143055/publico/TESE\\_ALEXANDRE\\_MARCELO\\_BUENO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-31072007-143055/publico/TESE_ALEXANDRE_MARCELO_BUENO.pdf). Acesso em: 07 jun. 2021

CALVANI, C. Eduardo. Teologia e Literatura: princípio profético, busca de sentido e ambiguidades na vida religiosa. **Correlatio**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 5-29, 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/COR/article/view/1028/1071>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CARONE, Modesto. **Lições de Kafka**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHASIN, J. Sobre o conceito de totalitarismo. **Verinotio**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 15, p. 15-21, 2013. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.18115063214781754.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CRUZ, D. Ferreira da. Algumas considerações sobre o crer e o saber. **Estudos Semióticos**, São Paulo, n 4, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49200>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CRUZ JUNIOR, D. Ferreira da. **O ethos do enunciador dos romances de Machado de Assis: uma abordagem semiótica**. 2006. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-31072007-153032/pt-br.php>. Acesso em: 16 jun. 2021.

DIAS, G. Rosário. **O potencial dramático na literatura de Franz Kafka**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP-849KAE/1/disserta\\_\\_o\\_revisada\\_e\\_formatada2.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP-849KAE/1/disserta__o_revisada_e_formatada2.pdf). Acesso em: 07 jun. 2021.

FIORIN, J. Luiz. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, J. Luiz. **Linguagem e ideologia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FIORIN, J. Luiz. O projeto Hjelmsleviano e a semiótica francesa. **Galáxia**, São Paulo, n. 5, p. 19-52, 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1314/810>. Acesso em: 07 jun. 2021

FIORIN, J. Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008a.

FIORIN, J. Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, tempo e espaço. São Paulo: Ática, 2016.

FIORIN, J. L. A crise da representação e o contrato de veridicção no romance. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 197–218, 2008. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/142>. Acesso em: 16 jun. 2021

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. Tradução de Jean Cristtus Portela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FONTANILLE, Jacques. Un point de vue sur 'croire' et 'savoir'. **Actes sémiotique**, Guérin v. IV, n. 31, p. 15-31, 1982.

FONTANILLE, Jacques; GREIMAS, A. Julian. **Semiótica das paixões**. São Paulo: Ática, 1991.

FONTANILLE, Jacques. A semiótica hoje: avanços e perspectivas. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/127608>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e Significação**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

FRATRIC, Glauco Correa da Cruz Bacic. **A teoria dos conjuntos na obra O Castelo, de Franz Kafka**. 2008. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Alemã) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8144/tde-30112009-121713/pt-br.php>. Acesso em: 07 jun. 2021.

FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Z. K. **Totalitarismo e Autocracia**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: A.G.R. Dórea, 1965.

GLICKSBERG, Charles I. Psychoanalytic Aesthetics. **Prairie Schooner**, Nova Iorque, v. 29, n. 1, p. 13-23 1955. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40624720>. Acesso em: 07 jun. 2021.

GREIMAS, A. Julian; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. Tradução de vários tradutores. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GREIMAS, Algirdas Julian. **Semântica estrutural**. Tradução de Haquira Osakape e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultix, 1973.

GREIMAS, A. Julian. **Sobre o sentido II**: ensaios semióticos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2014

IZABEL, Tomaz Amorim Fernandes. **Origem negativa na literatura de Franz Kafka: O castelo e outras narrativas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria e Crítica Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270010> Acesso em: 07 jun. 2021.

KAFKA, Franz. **O castelo**. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

KOHZADI, Hamedreza; AZIZMOHAMMADI, Fatemeh. Identity, alienation and theology in Franz Kafka's *The Castle*. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, Canadá, v. 70, p. 715-718, 2013. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1877042813001158?token=5F2B31CBCBEDB3347858A135490778D3D78A00B566B3CE62E8482B292FCFC59BC3CFCB89F12BFB0C5F2628B1649E5E87&originRegion=us-east-1&originCreation=20211102204449>. Acesso em: 07 jun. 2021.

LANDOWSKI, Eric. Crise semiótica do populismo. **Galáxia**, São Paulo, n. 44, p. 16-28, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/NPsR4yxJwmHBFpygT5jVCpt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

LEITE, R. Lopes; FARIAS, Otávia Marques de. Estratégias enunciativas na produção do efeito de imparcialidade em notícias jornalísticas. **Galáxi**, São Paulo, n. 34, p. 175-185, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/rFbGm3Z3kLSCqrtdDRvnfkq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MENDES, M. Conrado. Da linguística estrutural à Semiótica discursiva: um percurso teórico-epistemológico. **Raído**, Dourados, v.5, n.9, p. , 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/975/810>. Acesso em: 20 set. 2020

MOTTA, F. C. Prestes. **O que é burocracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

NETO, Bruno Andrade de Sampaio. **A face irracional da burocratização no romance O Castelo de Kafka**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14917/1/Disserta%20Bruno%20Andrade%20de%20Sampaio%20Neto.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021

NEUMANN, Franz. **Estado Democrático e Estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

POULANTZAS, N. Observações sobre o totalitarismo. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 12, p. 161–172, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/11320>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHIMODA, Lucas Takeo. **Por um estudo semiótico do timbre na fala, na canção e na música**. 2020. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-17072020-120538/fr.php>. Acesso em: 15 jan. 2021

TRAVERSO, Enzo. **El Totalitarismo**: história de um debate. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

VICENTE, J. J. N. B. A singularidade do totalitarismo em Hannah Arendt. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 122, p. 53-59, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12711>. Acesso em: 23 jun. 2021.

WEBSTER, Peter Dow. A Critical Examination of Franz Kafka's The Castle. **American Imago**, v. 8, n. 1, p. 35-60, 1951. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26301442>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ZILBERBERG, Claude. **Razão e poética do sentido**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatite Waldir Beividas. São Paulo: Edusp, 2006.

ZILCOZKY, John. Kafka approaches Schopenhauer's Castle. **German Life and Letters**, v. 44, n. 4, p. 353-369, 1991. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0483.1991.tb00341.x>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (org). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.